

PROJETO

A EDUCAÇÃO NÃO PODE ESPERAR

Ações para minimizar os impactos negativos à educação em razão das ações de enfrentamento ao novo coronavírus



Realização:



Apoio:



EXPEDIENTE

Realização

Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB)

Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede)

Tribunais de Contas dos Estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins, e Tribunais de Contas dos Municípios dos Estados da Bahia, de Goiás, do Pará e do Município de São Paulo.

Coordenação

Cezar Miola

Ernesto Martins Faria

Júlia Cordova Klein

Vinicius Schafaschek de Moraes

Viviane Pereira Grosser

Sistematização e análise dos dados

Ernesto Martins Faria

Lecticia Maggi Silveira

Vinicius Schafaschek de Moraes

Textos

Lecticia Maggi Silveira

Projeto gráfico e diagramação

Fabiano Francesco Rizzo

Noctua Art

Pesquisa com as redes de ensino

Adriana Falcão do Rego (TCE-PB)

Adriana Maria Frej Lemos (TCE-PE)

Adriano Alves Doto (TCM-SP)

Alanna Maria Lima da Silva (TCE-AL)

Aline Kazuko Sonobe (TCE-BA)

Ana Carolina Leitão Uchoa de Almeida (TCE-RN)

Ana Cristina Santos Sodré (TCM-PA)

Ana Maria Furbino Bretas Barros (TCE-RJ)

Ana Maria Lima Borba (TCE-AL)

Arthur Leandro Alves da Silva (TCE-PE)

Bruna Sarah Salomão (TCE-MG)

Bruno Botelho Piana (TCE-RO)

Caroline de Lima Santos (TCE-PI)

Célia Maria dos Santos Rodrigues (TCE-MA)

Cláudia Elizabeth de Oliveira Vieira (TCE-TO)

Dalton Miranda Costa (TCE-RO)

Daniel Alves de Santana (TCE-SE)

Diego Henrique Moraes Maciel (TCE-PE)

Elen Pantoja Moraes (TCM-PA)

Elizete Oliveira (TCE-GO)

Everaldo Lino Alves (TCM-PA)

Francisco das Chagas Evangelista (TCE-CE)

Francisco das Chagas Silva Sousa Júnior (TCE-MA)

Francisco Vagner de Lima Honorato (TCE-RO)

Gílson de Nóbrega (TCM-SP)

Gilson Soares de Araújo (TCE-PI)

Giovanna Augusta Adjafre (TCE-CE)

Gláucia da Cunha (TCE-SC)

Glaucio Hashimoto (TCE-MS)

Helvilane Maria Abreu Araújo (TCE-MA)

Iana Silva Gomes de Lima (TCE-RN)

Irapuan Alfaia Castellani (TCE-AM)

Israel Santos de Jesus (TCE-BA)

Jane Rosiclei Pinheiro (TCE-RO)

João Antônio Robalinho Ferraz (TCE-PE)

João Marcos de A. Braga Junior (TCE-RO)

José Augusto Oliveira Rezende (TCM-PA)

José Luís Galvão Pinto Bonfim (TCE-BA)

José Nivaldo Oliveira Gois (TCE-SE)

Juliana Alves Prates Caminha de Castro (TCE-BA)

Júlio Alan dos Santos Viana (TCE-AM)

Jumara Novaes Sotto Maior (TCM-BA)

Larissa Cristina Fernandes Fagundes (TCE-PA)

Laura Donarya Alves de Sá Nascimento (TCE-PI)

Leandro Bottazzo Guimarães (TCM-GO)

Lígia Cássia Rocha Braga (TCE-TO)

Lucia Patricio de Souza Araújo (TCE-PB)

Luís Otávio Gadelha Barbosa (TCM-PA)

Luiz Dias Neto (TCE-CE)

Maíra Oliveira Noronha (TCM-BA)

Marcio da Paixão Barros (TCE-AP)

Marco Antônio da Silva Pereira (TCE-RJ)

Marcos Antônio Rocha dos Santos (TCE-SE)

Marcos Leal Melo (TCE-SE)

Marcos Teixeira Bezerra (TCE-CE)

Matilene Rodrigues Lima (TCE-MA)

Monara Machado Rezende e Silva (TCM-GO)

Mônica Souza da Costa (TCE-SE)

Naila Garcia Mourthé (TCE-MG)

Natã Consentins Henzel (TCE-AM)

Nazli Leça Nejaim (TCE-PE)

Paula Rodrigues Sabra (TCE-ES)

Paulo Douglas Tefili Filho (TCE-SC)

Pedro Henrique Rodrigues C. da Cruz (TCM-BA)

Priscila de Castro (TCE-CE)

Raimundo Paulo Dias Barros Vieira (TCE-RO)

Raimundo Valdiran Ferreira Maciel (TCE-RR)

Raquel Soares Damas (TCE-PA)

Regiane Guedes Rodrigues (TCE-AP)

Renan Godoi Ventura Menegão (TCE-MT)

Renata Vieira Caetano (TCE-GO)

Ricardo Cardoso da Silva (TCE-SC)

Ricardo de Sousa Mesquita (TCE-PI)

Ricardo Moreira Dias (TCE-CE)

Ricardo Schneider Rodrigues (TCE-AL)

Roberto de Carvalho Coutinho (TCM-GO)

Robson de Oliveira Aguiar (TCE-RJ)

Rodrigo Arguelo de Moraes (TCE-MS)

Ronaldo Andrade Lamprecht (TCE-RR)

Roseane Tavares Oliveira (TCE-SE)

Rosemari Machado (TCE-SC)

Sérgio Henrique Pio de Sales (TCE-MT)

Silvia Miralha de Araújo Ribeiro (TCM-PA)

Sonia Regina Machado Tobias Vieira (TCE-MA)

Soraya Caetano Aragão (TCE-MG)

William Fernandes (TCE-ES)

Wirla Cavalcanti Revorêdo Lima (TCE-PE)



PROJETO

A EDUCAÇÃO NÃO PODE ESPERAR

As ações necessárias ao combate do novo coronavírus¹ interromperam as aulas presenciais nas escolas brasileiras na metade de março, impactando, somente na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), 47,9 milhões de alunos (INEP, 2019). A prioridade no momento é a manutenção da saúde e a preservação das vidas. As escolas devem permanecer fechadas até que a situação se estabilize e seja segura a reabertura — data esta que ainda é incerta.

Para além da incontestável necessidade de isolamento físico neste período, os profissionais da Educação, em específico, e a sociedade como um todo devem estar cientes dos efeitos gravosos a médio e a longo prazo que um período extenso sem aulas pode ter sobre a aprendizagem dos estudantes. A fim de exemplificar essas possíveis consequências, recorre-se aqui ao estudo de Wills (2014), que investigou como greves de professores afetaram o desempenho dos alunos no Ensino Fundamental na África do Sul. Os resultados apontaram que, apesar de a duração média da greve nas escolas estudadas representar apenas 7% dos dias oficiais do ano letivo, o efeito sobre a aprendizagem dos estudantes foi equivalente a ¼ de ano perdido, o que sugere que as paralisações podem gerar efeitos disruptivos na aprendizagem.

1. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou em 11/03/2020 emergência em Saúde Pública em decorrência da pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). No dia 17/03/2020, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria nº 343 autorizando, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, pelo período de até 30 dias, prorrogáveis, a depender de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital.

Para estimar os efeitos da suspensão temporária das aulas presenciais no Brasil, foram consideradas projeções que indicam que, em média, os estudantes devem agregar 13 pontos por ano na escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Caso sejam transpostos para o cenário nacional os mesmos efeitos observados no estudo de Wills (impacto na aprendizagem de -0.1 desvio padrão, em média), estes representariam aproximadamente 5 pontos a menos na escala Saeb. Isto é, aproximadamente 40% de toda aprendizagem prevista para um ano letivo. E isso considerando como base os estudantes sem aulas por 7% dos dias do ano letivo, o que, no Brasil, equivale a 14 dias. A interrupção das aulas em razão do combate ao novo coronavírus já supera significativamente esse total de dias.

Por isso, primeiramente, reforça-se a importância de todas as redes de ensino avaliarem a possibilidade de adotar estratégias de ensino remoto. Tais alternativas são fundamentais para manter o vínculo dos estudantes com a escola, ajudando a diminuir as taxas de abandono e evasão no retorno. Mais do que isso: assegurar conteúdos pedagógicos neste momento, mediante a utilização das ferramentas mais democráticas possíveis, buscando alcançar todos os alunos, é a principal forma de tentar evitar que as desigualdades educacionais já existentes em todas as redes de ensino, em maior ou menor grau, se agravem ainda mais.

A Constituição da República define a Educação como um direito social fundamental (art. 6º), garantindo que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” (art. 208, § 1º). E a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 5º, preconiza:

O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

Em que pesem todas as particularidades e desafios da situação atual, a emergência sanitária não deve destituir esse direito. Apoiados ainda no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, vale destacar que a política pública deve ser orientada pela



Doutrina da Proteção Integral, isto é, considerando que as crianças e adolescentes são sujeitos de direito, estão em condição peculiar de desenvolvimento e devem ser tratados com a absoluta prioridade determinada no artigo 227 da Constituição da República (1988).

Dito isso, ressalta-se que uma boa aula presencial com um bom professor é insubstituível, e assim deve continuar a ser. Importante também atentar para a distinção entre ensino remoto e educação a distância (EaD), para que não sejam tratados como equiparáveis. EaD é estruturada e organizada para tal desde a sua concepção, inclusive com regulamentação, diferentemente do ensino remoto. Surpreendidas pela pandemia do novo coronavírus, as redes de ensino estão aprendendo e se reinventando para fornecer conteúdos pedagógicos remotamente, no intuito de não deixar os estudantes desamparados.

Com o objetivo de auxiliar as redes e os profissionais de Educação neste momento de incertezas, proporcionando-lhes maior segurança em suas decisões, o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) – instituto que conduz pesquisas aplicadas na área de Educação –, o Instituto Rui Barbosa (IRB) – associação civil de estudos e pesquisas, que visa ao aperfeiçoamento dos Tribunais de Contas brasileiros –, 22 Tribunais de Contas Estaduais, além de três Tribunais de Contas com jurisdição exclusiva nas esferas locais e um Tribunal de Contas de Município elaboraram o projeto “A Educação Não Pode Esperar”. Tal iniciativa faz um mapeamento das ações das redes públicas de ensino do País durante a pandemia e o planejamento que estão fazendo para o retorno às aulas presenciais. Assinam este relatório Iede, Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) e os seguintes órgãos de controle:

TCE-AL, TCE-AP, TCE-AM, TCE-BA, TCE-CE, TCE-ES, TCE-GO, TCE-MA, TCE-MG, TCE-MT, TCE-MS, TCE-PA, TCE-PB, TCE-PE, TCE-PI, TCE-RJ, TCE-RN, TCE-RO, TCE-RR, TCE-SC, TCE-SE, TCE-TO, TCM-BA, TCM-GO, TCM-PA, TCM-SP.

Os Tribunais de Contas com jurisdição sobre Estados e Municípios tinham como objetivo pesquisar, além da própria rede de ensino estadual, 12 redes de ensino municipais, sendo

uma delas a da capital de seu respectivo Estado. As outras 11 redes foram selecionadas por sorteio, de acordo com dois critérios: porte e nível socioeconômico.

1. PORTE

Para este indicador, foram utilizados os dados sobre matrículas que constam nas Sinopses Estatísticas do Censo Escolar 2019, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). As redes municipais foram agregadas por Estado e sorteadas 6 entre aquelas que integram o quartil 4 de tamanho (estão entre as 25% com o maior número de matrículas).

2. NÍVEL SOCIOECONÔMICO

Para o indicador de nível socioeconômico (NSE), foram consideradas as informações preenchidas pelos próprios estudantes, disponíveis nos microdados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), de 2017. A partir desses dados, o Iede calculou o nível socioeconômico médio dos estudantes atendidos em cada rede de ensino, utilizando como base as pontuações estabelecidas pelo Critério Brasil². Realizou-se, então, o sorteio de 5 redes de ensino dentre aquelas pertencentes ao quartil 1 de nível socioeconômico (estão entre as 25% de nível socioeconômico mais baixo).

A decisão por tais critérios — porte e nível socioeconômico — se justifica pela intenção de se ter uma amostra que contemple, ao mesmo tempo, redes que impactam um grande número de alunos e outras que atendem a estudantes dos grupos de maior vulnerabilidade, já que, de acordo com a literatura, os alunos de nível socioeconômico mais baixo são os mais afetados em períodos de ruptura do ano letivo (WILLS, 2014).

2. Descrita no livro Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil dos professores Wagner Kamakura (Rice University) e José Afonso Mazzon (FEA /USP), baseado na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE.



No total, a amostra que compõe este estudo é formada por 249 redes de ensino, de todas as regiões do País, sendo 232 municipais e 17 estaduais³. Entre maio e junho de 2020, os(as) secretário(as) de Educação de tais Municípios e Estados, ou técnicos da Secretaria designados por eles, responderam a dois questionários on-line e participaram de entrevistas via telefone ou videoconferência. As redes de ensino compartilharam as ações adotadas em diversas esferas: distribuição dos alimentos destinados à merenda escolar; estratégias e ferramentas de ensino remoto adotadas neste momento; e preparação para a volta às aulas presenciais.

A partir desses materiais, técnicos dos Tribunais de Contas preencheram fichas de observação, que foram analisadas pelo Iede e pelo IRB. Embasados nesses dados e outros prévios coletados por cada instituição e órgão de controle, foi construído este documento, que se divide nos seguintes capítulos:

1. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DURANTE O PERÍODO DE SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS

1.1. Frequência e tipos de conteúdos ofertados

- 1.1.1. EDUCAÇÃO INFANTIL
- 1.1.2. ENSINO FUNDAMENTAL
- 1.1.3. ENSINO MÉDIO
- 1.1.4. ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

1.2. Monitoramento do acesso às atividades e plataformas

1.3. Expectativas em relação à aprendizagem dos estudantes

2. ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

3. O número final de redes de ensino pesquisadas é menor do que o de sorteadas, pois nem todas responderam aos questionários e participaram das entrevistas em tempo hábil para a conclusão deste estudo.

3. ORIENTAÇÕES AOS RESPONSÁVEIS PELOS ESTUDANTES

3.1. Principais canais de comunicação

3.2. Expectativas em relação à atuação das famílias

4. PLANEJAMENTO PARA A VOLTA ÀS AULAS

4.1. Estratégias para evitar o abandono e a evasão

4.2. Estratégias para combater a defasagem

4.3. Principais desafios para a retomada das aulas

4.4. Sugestões gerais para o período de volta às aulas

5. DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS OU VOUCHERS ÀS FAMÍLIAS DOS ESTUDANTES

5.1. Logística de distribuição

5.2. Valor gasto com a política adotada para cumprimento da Lei

5.3. Segurança jurídica

6. BIBLIOGRAFIA

Esclarece-se que os gráficos presentes neste documento contemplam apenas as redes municipais, à exceção da rede municipal de São Paulo (SP), que foi estudada exclusivamente de forma qualitativa, por meio do preenchimento de uma ficha de observação pelos técnicos do Tribunal de Contas do Município (TCM-SP). Em razão da quantidade reduzida de redes na amostra para as regiões Sul e Sudeste, elas foram agrupadas a fim de evitar distorções. As redes estaduais, por sua vez, foram excluídas dos gráficos em razão do seu tamanho, das estratégias e políticas adotadas. Compreende-se também que as capacidades estatais das respectivas redes são maiores quando comparadas ao grupo de Municípios selecionados (GOMIDE & PIRES, 2016).

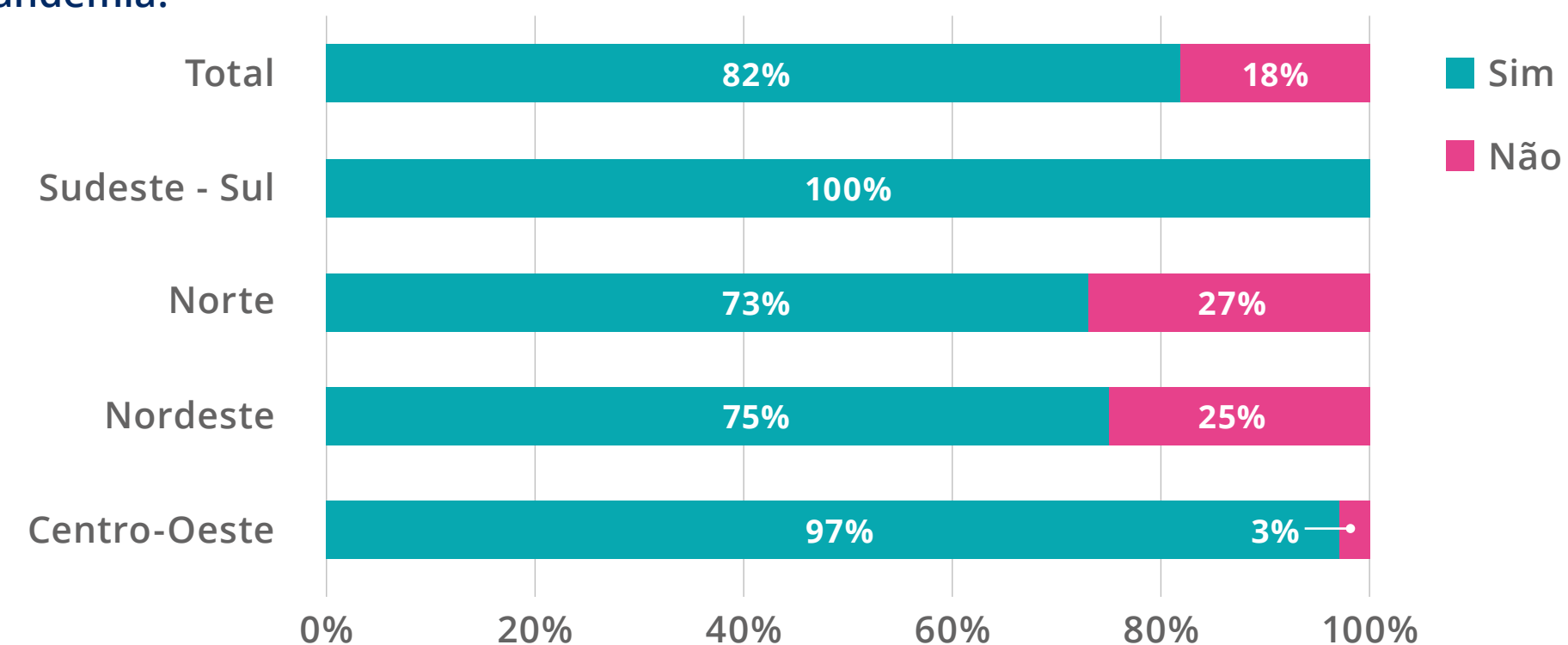


1. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DURANTE O PERÍODO DE SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS

O estudo “A Educação Não Pode Esperar” mostra que o tempo de resposta das redes de ensino para sua organização interna e disponibilização de conteúdos pedagógicos aos estudantes variou muito pelo País. Há redes que afirmam ter começado a fornecer conteúdos *on-line* já no dia 23 de março, logo após a suspensão das aulas presenciais; outras, ao longo do mês de maio; e 18% que, na metade do mês de maio, ainda não haviam adotado quaisquer estratégias para a aprendizagem a distância. Destas últimas, parte ainda estava planejando ações e parte declarou que não tinha condições de ofertar conteúdos no momento ou não achava essa prática adequada. As alegações são diversas e englobam desde a dificuldade em relação à configuração geográfica e socioeconômica do Município (“maioria dos estudantes em situação de extrema pobreza e sem acesso à internet”, “maioria dos estudantes que moram na zona rural, em chácaras distantes umas das outras”), à suposta ineficácia de tais ações, visto que não seriam 100% dos alunos contemplados e, no retorno às aulas presenciais, os conteúdos teriam que ser retomados de qualquer maneira.

GRÁFICO 1 . RESPOSTAS DAS REDES MUNICIPAIS À QUESTÃO:

“Há alguma estratégia para oferecer aulas ou conteúdos pedagógicos aos estudantes durante a pandemia?”

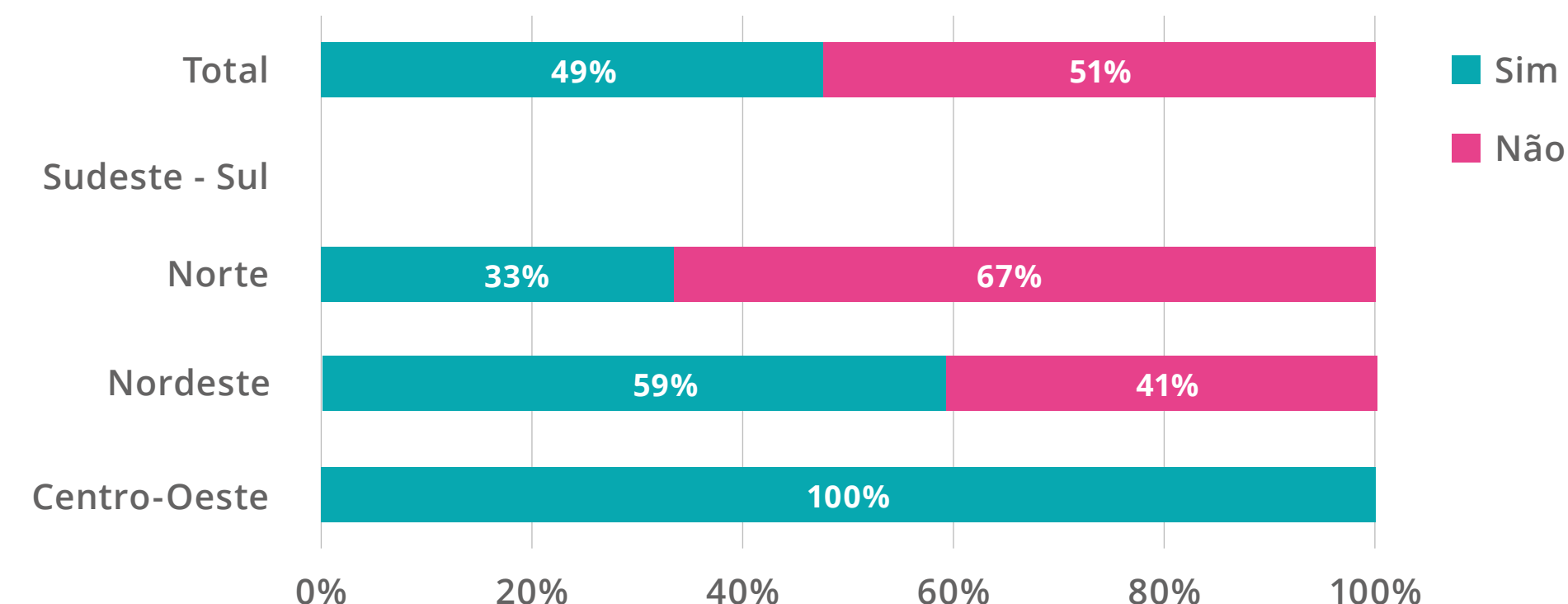


Base total de respondentes: 232 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 34, Nordeste: 88, Norte: 67, Sudeste-Sul: 43

Em relação às 17 redes estaduais pesquisadas, todas disseram ofertar algum tipo de conteúdo pedagógico no momento.

GRÁFICO 2 . RESPOSTAS DAS REDES MUNICIPAIS À QUESTÃO:

“Em caso negativo, há estratégias sendo formuladas para a oferta de conteúdos de forma remota?”



Base total de respondentes: 41 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 1, Nordeste: 22, Norte: 18, Sudeste-Sul: 0

Respostas de redes de ensino que **NÃO** estão ofertando conteúdos pedagógicos no momento:

“Estamos estudando a viabilidade de elaborar atividades e um carro da prefeitura levar nas residências (...). Possuímos alunos que moram em fazendas isoladas, povoados distantes que mal têm sinal de telefone celular, quanto mais internet. (...) Cerca de 60% dos estudantes são atendidos pelo Bolsa Família, se fizessemos aulas on-line uma minoria iria conseguir acompanhar, o que iria prejudicar os demais. Ademais, esbarramos em outra problemática da falta de estrutura da própria Secretaria para elaboração e edição dos vídeos e dos professores em gravar suas aulas (...).”

Rede municipal da região Nordeste

“A grande maioria dos alunos não possui computador; a internet é de baixa qualidade; quem tem celular, não possui dados suficientes e, pela condição financeira, não possui wi-fi em casa.”

Rede municipal da região Nordeste

“Não dispomos de recursos financeiros suficientes, não dispomos de equipamentos tecnológicos e nem de recursos materiais para a produção das atividades.”

Rede municipal da região Norte

“Depois de reuniões pedagógicas com a equipe da Semed e das escolas, optou-se por esperar o retorno das aulas, uma vez que atividades remotas não teriam efetividade buscando a equidade, já que, além da internet ruim, para a maioria de nossos alunos esse acesso não seria possível. (...) Entendemos que o professor é fundamental no processo de ensino aprendizagem. O contato físico é de extrema importância para que o aluno aprenda.”

Rede municipal da região Norte

Entre as redes de ensino que estão ofertando conteúdos pedagógicos no momento, observa-se, em grande parte delas, uma mescla de ferramentas *on-line* e *off-line*. Aos estudantes que têm acesso à internet, são disponibilizadas aulas via plataformas como *Google Classroom*, aplicativo ou vídeos e arquivos no formato PDF no site da Secretaria Municipal de Educação. Aos que não têm acesso à internet, atividades impressas que podem ser retiradas na escola — algumas redes disseram entregar os materiais nas residências dos estudantes que moram mais afastados. Ocorre em alguns Municípios a oferta de espaço e equipamentos da própria escola para uso das ferramentas tecnológicas pelos alunos, mediante agendamento de horário.

Verificou-se, em todas as regiões, o uso frequente do aplicativo WhatsApp, tanto na comunicação da Secretaria de Educação com as escolas; entre gestores das unidades escolares e professores; como também destes com os alunos e seus responsáveis. Excepcionalmente, o rádio também foi utilizado para envio de comunicados aos responsáveis.

Respostas de algumas das redes de ensino pesquisadas sobre as **ferramentas utilizadas neste período** para oferecer conteúdos aos estudantes:

“Plataforma digital, Google Classroom, entrega de material físico nas unidades e nos domicílios, aulas transmitidas em TV aberta.”

Rede municipal da região Sul

“WhatsApp, aulas gravadas, áudios, audiodescrição (educação especial), plano de Estudos Domiciliares (bloco de tarefas da semana), plano semanal de estudos (planejamento dos conteúdos e instrumentos de avaliação e orientação de retorno).”

Rede municipal da região Nordeste

“Há uma plataforma com ambiente interativo para disponibilização de materiais, vídeos, realização de fóruns, chats e webconferências. Para facilitar o acesso a todos os ambientes disponíveis, a Secretaria disponibilizou um portal (...). Para os alunos que não têm acesso à internet as escolas estão adotando estratégias com rotinas pedagógicas através da utilização do livro didático, apostilas e material complementar.”

Rede estadual da região Norte

“Plataforma de Atividades Complementares on-line e atividades impressas para os alunos que não possuem acesso a mídias digitais e à internet.”

Rede municipal da região Sudeste

“Vídeos orientativos, recreativos e atividades impressas, sendo estas retiradas pelos pais nas unidades escolares e, em vários casos, entregues pelo gestor ou até mesmo pelo professor nas residências.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

O Brasil é um País marcado por realidades completamente distintas — muitas vezes, inclusive, dentro de uma mesma rede de ensino. O papel do gestor é buscar formas de garantir o direito à Educação a todos e a cada um dos estudantes, compreendendo seus diferentes contextos. Nesse sentido, a disponibilização de conteúdos via internet (aulas *on-line* ou gravadas) ou aplicativo é uma estratégia relevante, mas que não pode ser a única adotada, já que contempla apenas uma parcela dos alunos. A pesquisa TIC Domicílios 2018, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), mostra que 99% dos domicílios da classe A possuem acesso à internet, contra somente 40% dos domicílios das classes DE. Há uma diferença expressiva também entre regiões, sendo que a Sudeste possui o maior percentual de domicílios com acesso à rede (73%), enquanto a Nordeste, o menor (57%). Na zona urbana, 70% das casas estão conectadas, já na zona rural, 40%.

É preciso considerar ainda que, na maioria das casas com conexão, esta ocorre via celular, o que exige conteúdos adaptados ao tamanho restrito da tela e traz limitações em relação à quantidade de dados disponíveis. A TIC Domicílios 2018 mostra que somente 39% dos lares brasileiros têm computador com acesso à internet (entre a classe DE, o percentual é 7%).

Entende-se que uma forma mais democrática de disponibilização de conteúdos pedagógicos é pela televisão e por rádio, a partir da articulação com as emissoras locais ou outros Órgãos/Poderes que possam viabilizar essa transmissão. Isso porque 96% dos Municípios brasileiros têm pelo menos uma televisão em casa. E, independentemente do recorte que se faça, esse percentual se mantém acima de 90%: na zona rural, são 93% dos lares; entre a classe DE, 92%. Essa, todavia, não é uma prática comum entre as redes de ensino pesquisadas no âmbito do projeto “A Educação Não Pode Esperar”: poucas redes declararam ofertar conteúdos via televisão e um número ainda menor, via rádio.

A propósito, especificamente, do veículo rádio, vale referir que todo o território nacional é coberto por mais de 9 mil emissoras, sendo a metade delas comunitárias e educativas. Tais serviços, normalmente, são explorados por particulares, mas sempre mediante concessão, permissão ou autorização do titular, a União. Há, portanto, espaço para se ampliar sua utilização, inclusive porque a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão deverão atender, entre outros princípios “a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas” (art. 221, inc. I, da CR).

O objetivo não é desestimular o uso da internet ou de aplicativos, mas ressaltar a necessidade de estratégias complementares, que atendam aos estudantes mais vulneráveis. Em que pesem todas as dificuldades estruturais dos Municípios, que, sabe-se, não são poucas e nem irrelevantes, e os desafios relacionados ao contexto socioeconômico em que estão inseridos, é imprescindível que busquem ofertar atividades pedagógicas não presenciais. Acredita-se que nenhum modelo, seja ele predominantemente *on-line* ou *off-line*, será capaz de atender à totalidade dos estudantes de uma rede com a mesma eficácia. Nem mesmo a mescla de ferramentas e o uso de estratégias variadas, como tem sido observado em diversas localidades, resolve perfeitamente a questão. Todavia, o direito à Educação deve ser preservado.

Inevitavelmente, em algum grau, a desigualdade de aprendizagem será agravada em decorrência da pandemia — a questão é o quanto a atuação das Secretarias de Educação e escolas pode impulsioná-la ou minimizá-la. Caso não haja um esforço coletivo, dentro das limitações e possibilidades locais, para ofertar conteúdos pedagógicos e dar suporte aos estudantes e aos responsáveis, provavelmente, no retorno às aulas, a situação será ainda mais crítica.

PRÁTICAS IDENTIFICADAS NAS REDES DE ENSINO:

- Uso de aplicativos de mensagens, como o WhatsApp, para comunicação entre os profissionais da Secretaria de Educação e das escolas; entre gestores, coordenadores pedagógicos e professores; e também dos educadores com os alunos e seus responsáveis. O aplicativo tem sido utilizado tanto para fornecer orientações como também para tirar dúvidas dos es-



tudantes e compartilhar conteúdos curtos, por meio de vídeos, por exemplo. O aplicativo é amplamente disseminado e, neste contexto, pode ser bastante útil para fins pedagógicos e, principalmente, para **manter o vínculo do estudante com a escola**, minimizando as chances de que ele abandone ou evada quando as aulas presenciais retornarem. Contudo, é necessário estabelecer regras quanto ao uso dos aplicativos de mensagens, de forma a não sobrecarregar os educadores e não comprometer a sua saúde mental. Uma possibilidade, por exemplo, é acordar com a turma os dias e horários em que as mensagens serão respondidas.

- Disponibilização de conteúdos em páginas on-line, criadas pela Secretaria de Educação, e em redes sociais (YouTube, Facebook etc.); e utilização de plataformas, como Google Classroom, para videoaulas em tempo real. Nos casos em que os professores têm pouca familiaridade com aulas remotas ao vivo e/ou não dispõem de recursos tecnológicos para tal, há redes que estão gravando aulas e distribuindo às famílias por diversos meios: páginas próprias, e-mail, publicação em redes sociais e envio por aplicativos de mensagens, no caso de vídeos mais curtos⁴.
- Entrega de *pen drive* com atividades e aulas para os estudantes que possuem computador, mas não acesso à internet. Àqueles que não têm computador ou smartphone, entrega de conteúdos impressos, apostilas e livros complementares. Nas redes que adotam tal prática, em geral, esses materiais são disponibilizados na escola para retirada pelos responsáveis, em dias específicos e, segundo as unidades, seguindo as normas de segurança necessárias para evitar aglomerações e o possível contágio pelo novo coronavírus. Mais raras na amostra, mas também presentes, estão redes que utilizam o sistema de transporte escolar para enviar os materiais aos estudantes que moram em localidades mais distantes e que não têm condições de ir até as unidades de ensino por conta própria. Algumas redes menores utilizam, inclusive, o carro próprio da Secretaria de Educação para entregar materiais em escolas pólo da rede rural ou mesmo diretamente na casa de alguns estudantes, como no caso da rede estadual do Tocantins e da rede municipal de Senador Canedo (GO).

4. Cabe consignar que não se avançou, neste trabalho, à seara do tratamento e proteção dos dados eventualmente disponibilizados por alunos, pais ou responsáveis e profissionais da Educação como condição para a utilização dessas ferramentas. A matéria é especialmente sensível, exigindo particular atenção dos gestores públicos.

O CASO DA REDE ESTADUAL DO TOCANTINS E DA REDE MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO (GO)

A rede estadual do Tocantins e a municipal de Senador Canedo (GO) utilizam uma mescla de estratégias e ações *on-line* e *off-line* buscando atender à maioria dos estudantes, valendo-se, inclusive, do transporte escolar para entregar atividades aos alunos mais isolados.

“São utilizados o site da Secretaria de Educação e plataformas digitais (YouTube); e rádio e TV Assembleia. De ação off-line, o aluno busca material impresso na escola ou recebe pelo transporte escolar (áreas rurais, indígenas e quilombolas). Há distribuição de pen-drive para quem tem computador, mas não acesso à internet.”

Rede estadual do Tocantins

“A rede utiliza redes sociais, WhatsApp, Google Classroom e atividades impressas, que são entregues às famílias nas instituições. Nas residências de difícil acesso e na área rural, a entrega é feita pelo transporte escolar. Foi criado um portal específico para a Educação durante o período de pandemia (www.semecsenadorcanedo.com.br). As atividades remotas foram iniciadas em 1º de abril, pois, na segunda metade de março, foi o tempo necessário para a preparação da plataforma Google Classroom e cadastramento de email de acesso para todos os alunos e servidores da educação.”

Rede municipal de Senador Canedo (GO)

COMO AS REDES IMPLEMENTARAM TAIS ESTRATÉGIAS

Rede estadual do Tocantins: “Em parceria com as escolas, realizamos um levantamento dos estudantes da rede, dividindo-os em quatro grupos: 1. Possuem celular



e/ou computador e acesso à internet; 2. Possuem equipamentos, mas sem acesso à internet; 3. Não têm acesso e nem equipamentos e residem na zona urbana; 4. Não têm acesso e nem equipamentos e moram na zona rural. A partir disso, a rede adotou diferentes estratégias para cada um dos públicos, disponibilizando conteúdos digitais ou impressos conforme a necessidade de cada um. Para os estudantes da zona rural, sem acesso à internet e sem computador/smartphone, semanalmente os professores elaboram atividades, que são entregues a eles pelo transporte escolar.”

Senador Canedo (GO): “O primeiro passo foi providenciar o direito de uso da plataforma *Google Classroom* sem custos ao Município. Para isso, uma das exigências foi a criação de um domínio próprio (www.semecsenadorcanedo.com.br) e o cadastramento de todos os alunos e servidores da Educação. Cada usuário recebeu um email no formato nome@semecsenadorcanedo.com.br. Todos os alunos e educadores foram orientados a baixar o aplicativo *Google Classroom* e a realizar o primeiro acesso usando o email fornecido. Todas as etapas de implantação da plataforma e preparação dos docentes para a disponibilização de atividades remotas demorou cerca de 30 dias, com intensa ajuda da equipe de TI.”

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS

Senador Canedo (GO): “O primeiro desafio foi a dificuldade de acesso à internet por parte dos estudantes, questão minimizada com a liberação dos pontos de wi-fi de todas as escolas para a comunidade escolar, possibilitando o acesso na unidade e nas imediações. Outro desafio foi a dificuldade de concentrar a comunicação na plataforma, visto que é um ambiente virtual novo a todos, enquanto o WhatsApp já está amplamente presente no dia a dia dos alunos.”

1.1. Frequência e tipos de conteúdos ofertados

1.1.1. Educação Infantil

Em abril de 2019, muito antes do início da pandemia, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou um guia indicando que bebês com menos de um ano de idade não devem passar nem um minuto sequer na frente de dispositivos eletrônicos. Para crianças entre 2 e 5 anos de idade, a orientação é quanto menos tempo de exposição, melhor, sendo que o período máximo de contato com as telas não deve exceder uma hora por dia. A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) estabelece recomendação igual: para crianças entre 2 e 5 anos, no máximo, uma hora por dia.

Além das recomendações médicas, contrárias ao uso de computadores e celulares com crianças pequenas, a LDB e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) vigentes não autorizam a educação a distância para esta etapa. Conforme o artigo 29º da LDB e o artigo 5º das Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI), a Educação Infantil é centrada na criança e no seu desenvolvimento por meio de brincadeiras (atividades lúdicas) e interações. Buscam-se, entre outros aspectos, a socialização, a autonomia e a comunicação. Não há disciplinas e tampouco imposição de desempenho acadêmico.

Por essas razões, **para a Educação Infantil, considera-se que a atuação da rede deve ser centrada em uma boa comunicação com os pais ou responsáveis.** É necessário acolhê-los, ouvi-los e fornecer-lhes informações de qualidade e objetivas sobre como podem estimular o desenvolvimento de seus filhos neste período. Isso pode ser feito de diversas maneiras, como mostram algumas das entrevistas feitas no âmbito deste estudo: por meio, por exemplo, de aplicativos de mensagens, como o WhatsApp e o Telegram;



por redes sociais; e-mail; telefone; e, nos casos em que as famílias não têm acesso a nenhum desses recursos, via orientações impressas entregues na escola ou, dentro das possibilidades do Município, na casa dos estudantes. Identificaram-se também redes de ensino de cidades pequenas que utilizam carros de som para se comunicar com as famílias. Nesses casos, oferecem orientações mais gerais, sobre, por exemplo, os dias em que as atividades aos estudantes estarão disponíveis e como obtê-las ou ainda os melhores canais para contato com os professores.

Sabe-se que o acúmulo de afazeres neste período é uma questão complexa para muitas famílias, que as impossibilita de participarem mais ativamente das atividades escolares dos filhos. Mas várias outras também não sabem o que fazer, não possuem conhecimento de como estimular habilidades motoras e cognitivas, por exemplo, nas crianças. Por isso, é importante que os educadores estejam próximos das famílias e conheçam minimamente cada contexto para que as atividades propostas sejam viáveis dentro de cada realidade. Nesse sentido, atividades que possam ser feitas com materiais que as crianças já utilizam no dia a dia ou materiais recicláveis, facilmente encontrados, são preferíveis.

Respostas de redes de ensino sobre as **atividades propostas para a Educação Infantil:**

“Vídeos com historinhas, com jogos, brincadeiras, atividades voltadas ao desenvolvimento da criança e da educação de forma geral e atividades impressas. As impressas são retiradas pelos pais nas unidades e as demais são enviadas por WhatsApp.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

“Na Educação Infantil, os professores estão ofertando conteúdos de acordo com o desenvolvimento das crianças, pois, neste momento é fundamental a interação

entre família e escola, para que o trabalho pedagógico seja viável.”

Rede municipal da região Nordeste

“Atividades sensorio motor, cognitivo, afetivo, noções básicas de números e letras.”

Rede municipal da região Sul

“São ofertadas videoaulas enviadas pelo WhatsApp, material impresso com orientações para os pais e atividade para as crianças, respeitando a etapa e a idade de cada uma.”

Rede municipal da região Sudeste

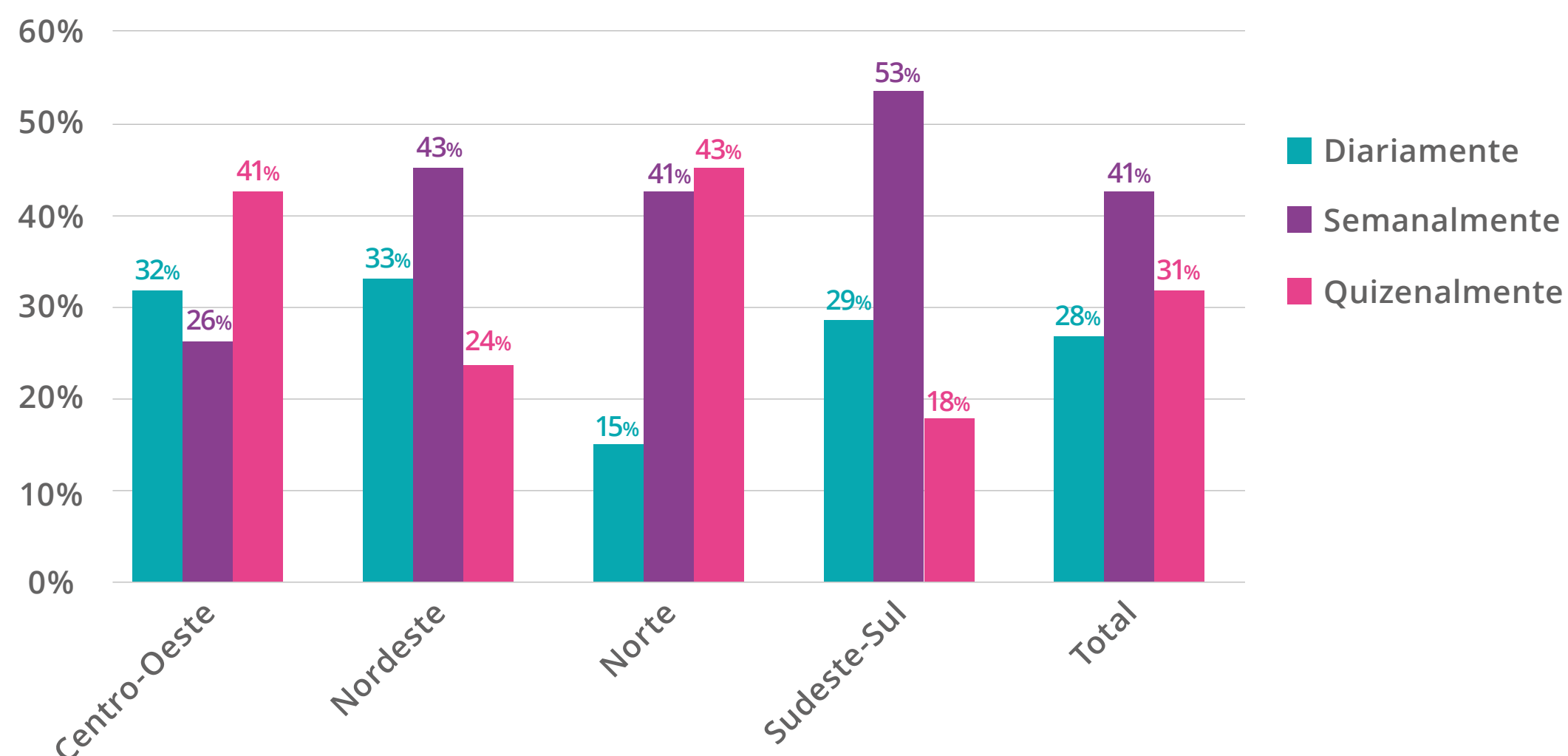
“São trabalhados na Educação Infantil os seguintes componentes curriculares: Campos de Experiência: 1. Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação; 2. Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações; 3. Traços, Sons, Cores e Formas; 4. Corpo, Gestos e Movimentos; 5. O eu, o Outro e o Nós. Para os alunos da Educação Infantil, as orientações e atividades organizadas pela Secretaria Municipal de Educação e pelas unidades de ensino, e que os pais devem trabalhar com os filhos neste momento, são atividades de estímulo, leitura de textos pelos pais, desenhos, brincadeiras, jogos, músicas infantis, filmes e programas infantis pela TV e até algumas atividades em meios digitais, quando possível. Enviamos caderno de atividades, desenhos, brincadeiras, entre outras, para os pais/responsáveis desenvolverem com as crianças e contação de histórias.”

Rede municipal da região Sudeste



GRÁFICO 3 . RESPOSTAS DAS REDES MUNICIPAIS À QUESTÃO:

“Com qual periodicidade são disponibilizados conteúdos para a Educação Infantil?”



Base total de respondentes: 184 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 34, Nordeste: 70, Norte: 46, Sudeste-Sul: 34

Dentre as 17 redes estaduais pesquisadas, apenas 5 disseram atender à Educação Infantil. Destas, 4 ofertam conteúdos semanalmente e uma de forma diária.

PRÁTICAS IDENTIFICADAS NAS REDES DE ENSINO:

- Orientações aos pais sobre atividades lúdicas guiadas, com o propósito de desenvolver habilidades sensoriais, motoras e de comunicação nas crianças.
- Orientações para além das práticas pedagógicas, envolvendo interações e brincadeiras, mas também sobre alimentação saudável e suporte psicológico. Todo o estresse desse período, os medos e incertezas que assolam os adultos têm impacto significativo também na saúde mental das crianças.

- Entrega de kits para as famílias, com cadernos de desenho e pintura e itens para modelagem, por exemplo, e sugestão de confecção de brinquedos com materiais simples, do dia a dia, e recicláveis.

O CASO DAS REDES MUNICIPAIS DE SÃO PAULO (SP), MATEUS LEME (MG) E ARIQUEMES (RO):

A rede municipal de São Paulo afirmou oferecer às famílias conteúdos específicos para bebês e crianças de até 3 anos e outro para crianças de até 5 anos de idade, com material impresso, *on-line* e na televisão. Mateus Leme (MG) contempla diversos campos de experiência e habilidades, priorizando a utilização de materiais facilmente encontráveis em boa parte dos lares. Já Ariquemes, em Rondônia, além de atividades e orientações, declarou ter entregue aos responsáveis alguns kits de pintura e modelagem.

“Os conteúdos são postos à disposição das famílias diariamente. Há dois cadernos, um para bebês e crianças dos Centros de Educação Infantil (CEI), de até 3 anos, e outro para as crianças das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), de 4 a 5 anos, com indicações de leituras, jogos, brincadeiras, entre outros. Existe uma plataforma para estudo, que oferece apoio complementar aos materiais impressos. Por meio dela, professores e famílias ficam conectados. A rede municipal tem também uma programação voltada à Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental no canal 2.2 da TV Univesp, disponibilizada em parceria com a Secretaria Estadual de Educação.”

Rede municipal de São Paulo (SP)

“São disponibilizados à Educação Infantil vídeos, músicas, brincadeiras orientadas, imitação, psicomotricidade, bolha de sabão, quebra-cabeça, história, colagem, poemas, dança, número, confecção de brinquedos com material reciclado.”

Rede municipal de Mateus Leme (MG)

“Ofertamos jogos lúdicos, ambientes temáticos, literatura infantil, materiais concretos, kits para modelagem e pintura.”

Rede municipal de Ariquemes (RO)

COMO FOI IMPLEMENTADA A ESTRATÉGIA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mateus Leme (MG): “Inicialmente, a rede estabeleceu contato com as famílias pelas redes sociais, por meio das quais foram enviados vídeos de histórias e sugestões de brincadeiras, entre outros. Posteriormente, foi desenvolvida uma plataforma, dentro do site institucional da Prefeitura (www.mateusleme.mg.gov.br), onde são disponibilizadas atividades lúdicas objetivando o fortalecimento do vínculo afetivo das crianças e famílias com a escola.”

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS

Mateus Leme (MG): “O principal desafio nosso é atingir todos os estudantes, especialmente aqueles sem acesso à internet. Para eles são disponibilizadas atividades impressas, que seguem a mesma lógica daquelas *on-line* (músicas, brincadeiras, histórias), que são entregues aos responsáveis. Até o momento, podemos contabilizar um resultado muito positivo. A adesão das famílias tem sido ótima. Os pais estão recebendo as atividades e interagindo com os professores e pedagogos. Temos plantão diário nas escolas, de 8 horas, em regime de revezamento, para atender às diversas solicitações, tirar dúvidas e orientar.”

COMO FUNCIONA A ENTREGA DE KITS PEDAGÓGICOS

Ariquemes (RO): “Os kits são organizados conforme as atividades programadas pelos professores. A princípio, eles são compostos de jogos lúdicos, lápis de cor, massinhas, tintas e

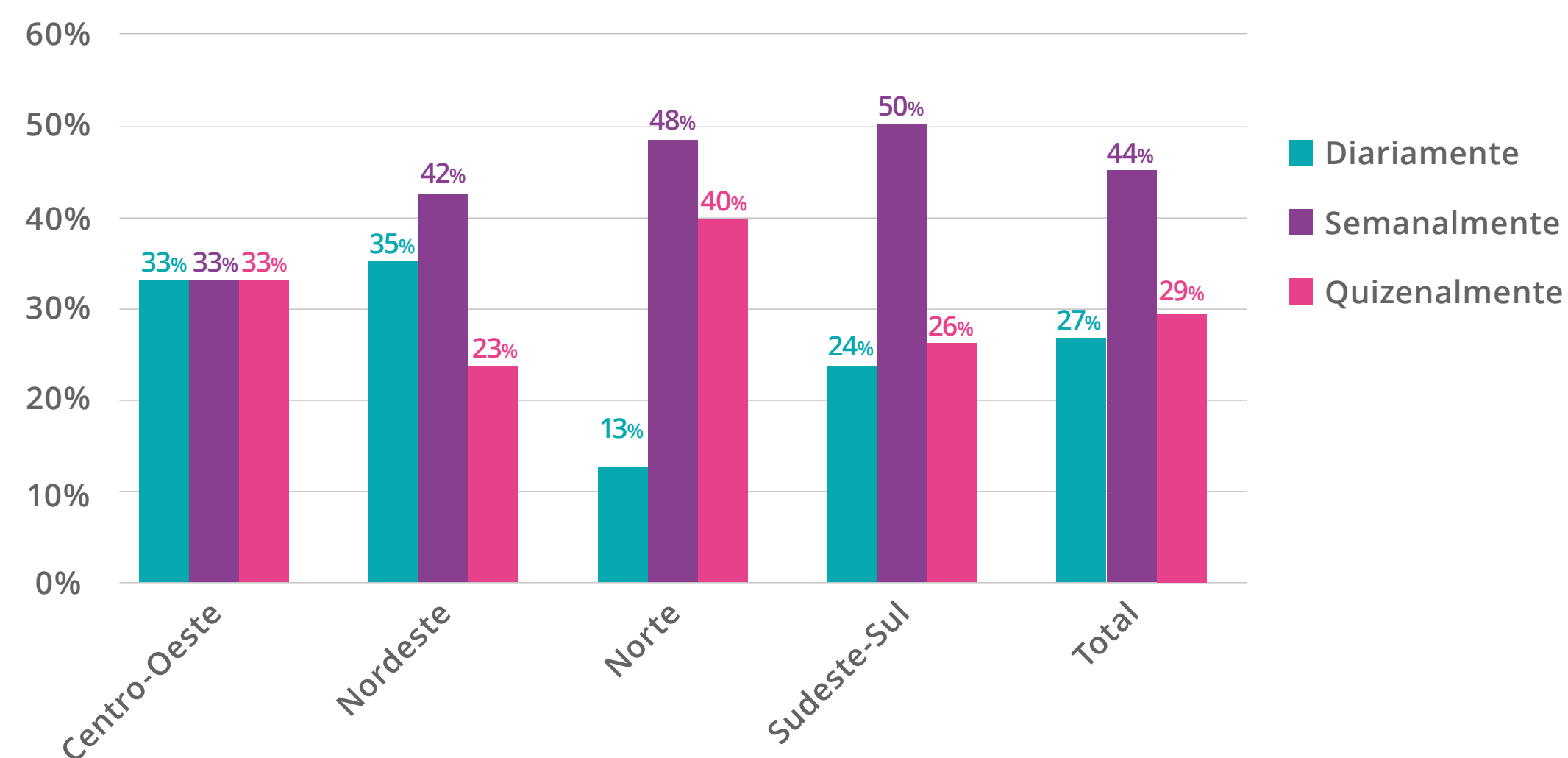
pincéis. A composição é formada com os materiais entregues às escolas pelos pais no início do ano. Por ocasião da remessa das atividades remotas, o professor ou a direção faz a distribuição equitativa dos materiais disponíveis. Se faltarem materiais, pode ocorrer de a escola adquirir com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).”

1.1.2. Ensino Fundamental

Das 190 redes de ensino municipais que responderam sobre a oferta de conteúdos para os anos iniciais do Ensino Fundamental, 44% disseram disponibilizar atividades semanalmente; 29%, quinzenalmente, enquanto 27%, diariamente. Para os anos finais, a situação é similar: 44% disponibilizam conteúdos novos toda semana; 25% a cada 15 dias; e 31%, todos os dias.

GRÁFICO 4 . RESPOSTAS DAS REDES MUNICIPAIS À QUESTÃO:

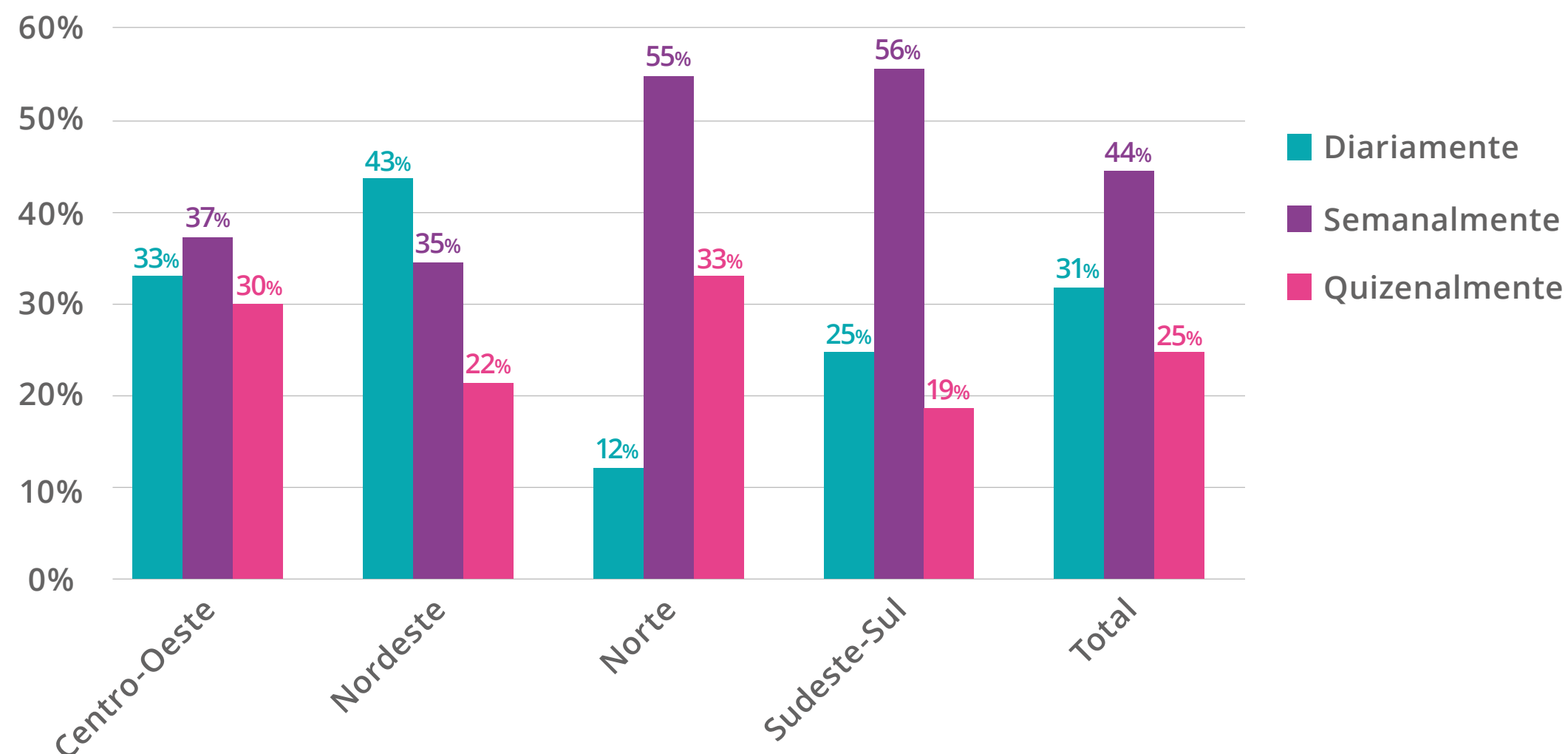
“Com qual periodicidade são disponibilizados conteúdos para os anos iniciais do Ensino Fundamental?”



Base total de respondentes: 190 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 33, Nordeste: 71, Norte: 48; Sudeste-Sul: 38

GRÁFICO 5 . RESPOSTAS DAS REDES MUNICIPAIS À QUESTÃO:

“Com qual periodicidade são disponibilizados conteúdos para os anos finais do Ensino Fundamental?”



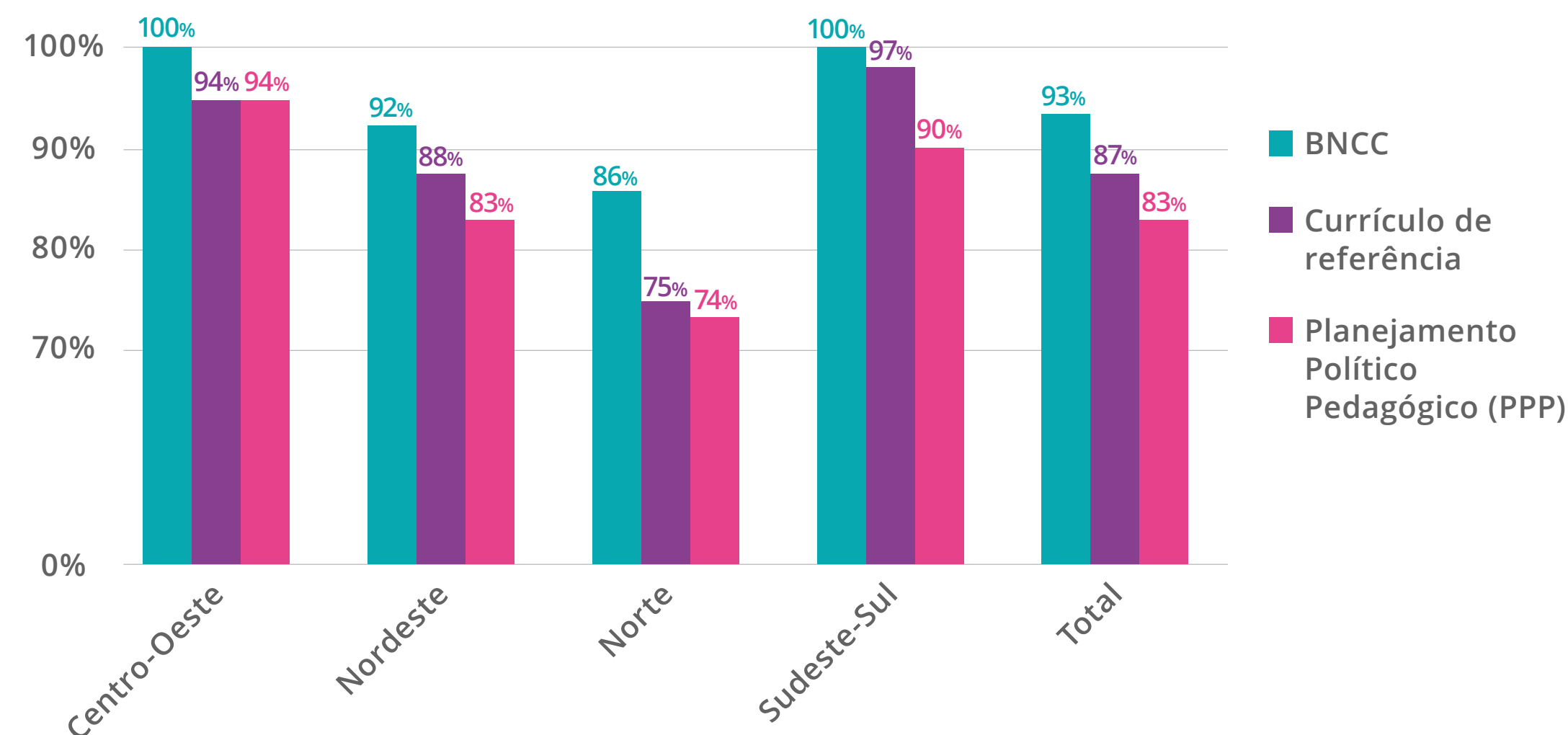
Base total de respondentes: 163 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 30, Nordeste: 68, Norte: 33; Sudeste-Sul: 32

No caso das redes estaduais que atendem aos anos iniciais do Ensino Fundamental, 15% disponibilizam conteúdos diariamente; 77%, semanalmente; e 8%, quinzenalmente. Já entre as que possuem estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, o percentual que provém conteúdos pedagógicos diariamente é maior: 36%, enquanto 57%, semanalmente; e 7%, quinzenalmente.

Considerando apenas as redes municipais, as intervenções pedagógicas estão embasadas, principalmente, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em seus objetivos de aprendizagem (93%) e no Currículo de Referência (87%). O Plano Político Pedagógico é o menos citado dos três, mas ainda assim serve de referência para 83%. Entre as estaduais, todas dizem que as atividades têm como norte a BNCC.

GRÁFICO 6 . RESPOSTAS DAS REDES MUNICIPAIS AO ITEM:

“Indique se as intervenções pedagógicas implementadas pela rede neste momento estão embasadas na BNCC, no Currículo de Referência ou no Projeto Político Pedagógico (PPP):”



Base total de respondentes: BNCC: 222 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 34, Nordeste: 83, Norte: 63; Sudeste-Sul: 42. Currículo de Referência: 208 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 33, Nordeste: 78, Norte: 59; Sudeste-Sul: 38. Planejamento Político Pedagógico (PPP): 213 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 31, Nordeste: 81, Norte: 62; Sudeste-Sul: 39

Redes de ensino que declaram utilizar a **BNCC e o currículo de referência do Município ou Estado como norteadores dos conteúdos** disponibilizados aos alunos no momento:

“Abarcamos um conjunto de atividades contemplando conteúdos novos, habilidades e objetos de aprendizagem de cada ano de escolaridade e cada componente curricular, com foco em Língua Portuguesa e Matemática, trabalhando os demais conteúdos de forma interdisciplinar em consonância com o currículo de referência do Estado.”

Rede municipal da região Sudeste

“Atividades contemplando habilidades e competências da BNCC e currículo de referência.”

Rede municipal da região Sul

Constata-se um esforço das redes em ofertar conteúdos a todas as etapas de ensino que atendem — sendo estas, na maioria dos casos, Educação Infantil e Ensino Fundamental. O que difere, obviamente, são os tópicos e temáticas abordados.

A seguir, respostas de algumas redes de ensino **sobre os conteúdos disponibilizados a cada etapa:**

ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

“Atividades impressas, livros didáticos e literários, vídeos orientadores e de contação de histórias e vídeos de feedback das atividades realizadas.”

Rede municipal da região Norte

“Atividades desenvolvidas pelos professores de turma de acordo com o planejamento de cada disciplina, apresentado no início de ano letivo.”

Rede estadual da região Sul

“Fatos, problemas, operações, sequência numérica, jogo, leitura de diversos tipos de gêneros textuais, interpretação, ortografia, conhecimentos gramaticais, vídeos, músicas, brincadeiras orientadas.”

Rede municipal da região Sudeste

“Estamos encaminhando para os alunos, através de grupos de WhatsApp das turmas, roteiros de atividades com os descritores que apresentaram maior dificuldade de aprendizagem segundo avaliação dada no início do ano letivo, além do envio de links com sugestão de leitura.”

Rede municipal da região Nordeste

“Atividades xerocopiadas dos conteúdos já estudados; materiais dos diversos conteúdos estudados, com a explicação resumida de cada tópico; e exercícios de fixação. Os professores dos alunos cujas famílias têm acesso à internet também solucionam dúvidas, explicam matérias e propõem atividades interativas de forma on-line.”

Rede municipal da região Sudeste

“As atividades são explicadas pelos grupos de WhatsApp por turma, ocorrem envios de vídeos e áudios com base nos temas a serem desenvolvidos a cada dia. Na maioria dos casos, os estudantes realizam as atividades nos próprios livros.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

“As atividades sugeridas deverão estar de acordo com a Diretriz Curricular Municipal, levando em consideração todos os Campos de Experiência e registradas na Plataforma (...) podendo comprovar horas de trabalho do professor.”

Rede municipal da região Sul

“Atividades por Centro de Ensino e Turmas através de correio eletrônico, WhatsApp, blog, videoaulas, redes sociais, material didático impresso com orientações pedagógicas, entre outros.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

“Leitura, escrita, produção textual, desenvolvimento da oralidade, cálculos matemáticos, resolução de problemas, respeitando as especificidades de cada componente curricular e modalidade.”

Rede municipal da região Norte



“Orientações às famílias por meio de roteiros práticos e estruturados, incentivando uma rotina diária de estudo pelos alunos através de revisão de conteúdos interdisciplinares, abordando semanalmente a importância e necessidade do distanciamento social e as medidas de cuidados e atenção para prevenção contra o Covid -19.”

Rede municipal da região Sudeste

PRÁTICAS IDENTIFICADAS NAS REDES DE ENSINO:

- A análise das respostas enviadas pelas redes de ensino mostra que não há um padrão em relação às atividades oferecidas neste momento aos alunos do Ensino Fundamental. Há Municípios que estão seguindo o planejamento feito no início do ano para cada uma das disciplinas, enquanto outros estão priorizando a consolidação e fixação de conteúdos já ministrados, por meio de exercícios, por exemplo. Uma rede municipal da região Sudeste citou a realização de atividades baseadas em uma matriz curricular específica para o momento de pandemia, elaborada pelo Conselho Estadual de Educação.
- No caso dos anos iniciais, são recorrentes as redes que afirmam priorizar atividades de leitura, escrita, interpretação de textos e operações básicas de matemática. Nessa etapa, observou-se a preocupação de alguns gestores em evitar uma ruptura drástica do ciclo de alfabetização das crianças, buscando, para isso, fornecer orientações aos responsáveis de como estimulá-las e sugerindo atividades como contação de histórias ou brincadeiras orientadas envolvendo o alfabeto.
- Nos anos finais, um número ainda maior de redes afirmou elaborar atividades tendo como norte a BNCC, o currículo de referência do Estado ou Município e a matriz de referência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Conteúdos envolvendo o contexto atual, por exemplo, propostas de pesquisas sobre o novo coronavírus ou epidemias/pandemias, aparecem com mais ênfase do que na etapa inicial. Há Municípios também que alegaram buscar desenvolver nos estudantes habilidades socioemocionais, como protagonismo e resiliência.

O CASO DAS REDES MUNICIPAIS DE BELÉM (PA), SALVADOR (BA) E SÃO PAULO (SP):

Algumas redes de ensino estão entregando conteúdos diversos e em diferentes formatos e linguagens (vídeo, *slide*, poesia, música), o que parece ser uma prática positiva para reter a atenção dos estudantes e motivá-los. A rede municipal de São Paulo (SP) fornece materiais específicos para cada uma das séries do Ensino Fundamental. A rede municipal de Salvador (BA) declara disponibilizar, diariamente, aulas ao vivo, e momentos em outro horário para que os alunos possam tirar dúvidas com os docentes e interagir com os colegas.

“As atividades foram planejadas e produzidas pelos professores formadores por áreas do conhecimento e pela equipe pedagógica da Diretoria de Educação da SEMEC e constam de: videoaulas com contação de histórias, slides, imagens, textos, gráficos, tabelas, atividades experimentais, dramatizações, músicas, exercícios propostos.”

Rede municipal de Belém (PA)

“Firmamos uma parceria com a Plataforma Escola Mais e os alunos assistem diariamente, pela manhã, aulas ao vivo e, à tarde, interagem com os professores através de lives. Também temos aulas gravadas pelos professores da rede municipal disponibilizadas no Youtube.”

Rede municipal de Salvador (BA)

“Para o Ensino Fundamental, há nove cadernos diferentes (um para cada série). A quantidade de atividades do caderno foi pensada para 2 meses de aulas remotas, com atividades de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. As atividades foram pensadas para que estudantes tivessem autonomia para realizá-las; e há orientação aos responsáveis também para o trabalho com as crianças com deficiência. Para os anos iniciais, assim como para a Educação Infantil, há a transmissão de conteúdos no canal 2.2 da TV Univesp.”

Rede municipal de São Paulo



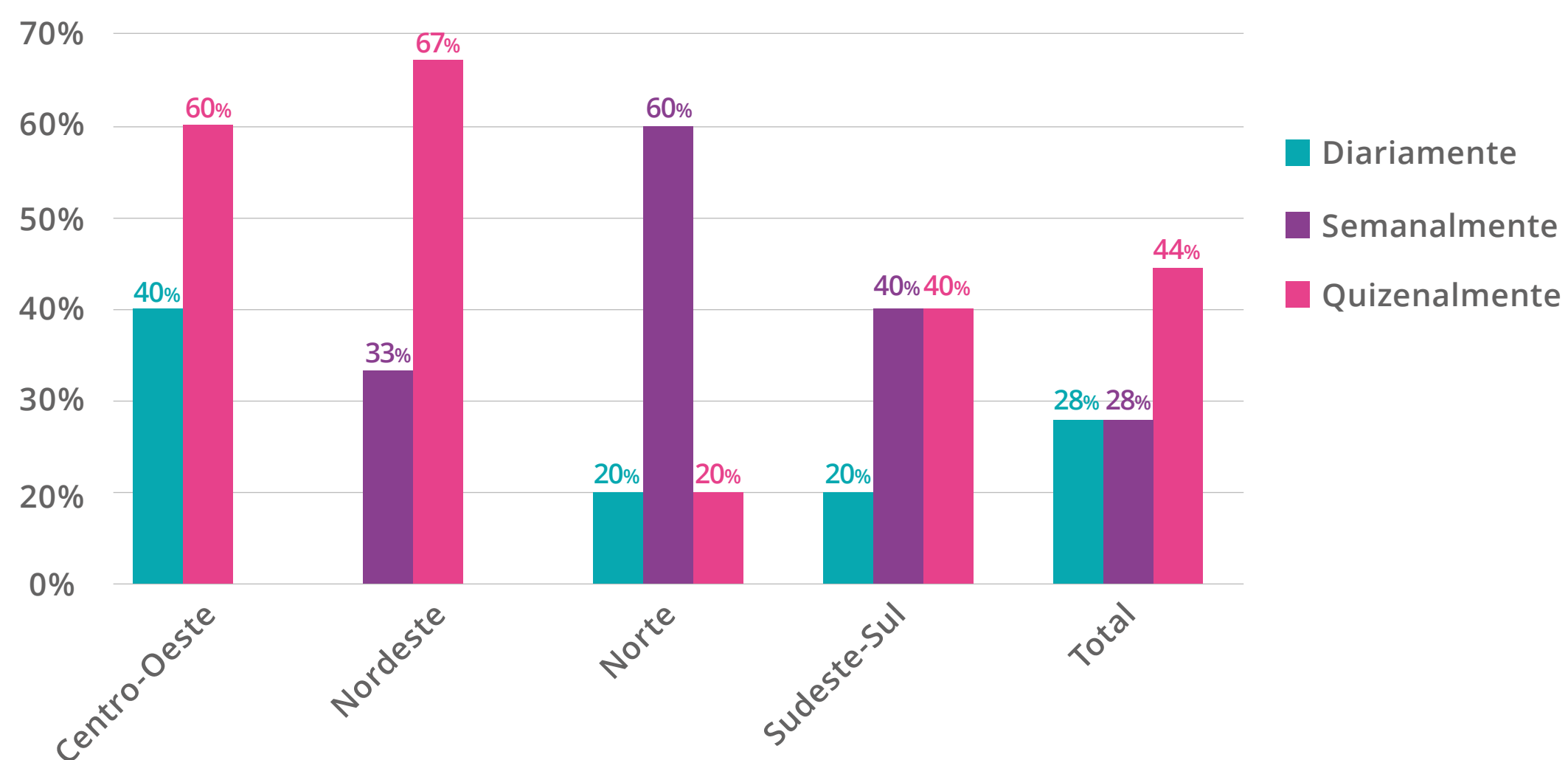
1.1.3. Ensino Médio

Nas redes municipais que atendem à etapa do Ensino Médio observam-se diferenças significativas entre as regiões do País em relação à periodicidade com que os conteúdos são ofertados. No Centro-Oeste, por exemplo, 40% das redes afirmam que disponibilizam conteúdos diariamente, já no Norte, o índice é de 20%, como indica o gráfico 5, subsequente.

Entre as 17 redes estaduais, 33% asseguram conteúdos diariamente; 60%, semanalmente; e 7% quinzenalmente.

GRÁFICO 7 . RESPOSTAS DAS REDES MUNICIPAIS À QUESTÃO:

“Com qual periodicidade são disponibilizados conteúdos para o Ensino Médio?”



Base total de respondentes: 18 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 5, Nordeste: 3, Norte: 5; Sudeste-Sul: 5

Entre as 17 redes estaduais, 33% asseguram conteúdos aos alunos diariamente; 60%, semanalmente; e 7%, quinzenalmente.

Respostas de algumas redes de ensino sobre os conteúdos disponibilizados e plataformas utilizadas no **Ensino Médio**:

“TV aberta, web, app e impressos.”

Rede estadual da região Sudeste

“O conteúdo ministrado aos alunos é referente ao segundo bimestre, com a utilização do livro didático, exercícios impressos e aulas através de vídeos e links no WhatsApp, que é principal ferramenta de comunicação entre professores, alunos e famílias.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

“Os professores usam os grupos de WhatsApp e a plataforma Classroom para encaminhar as atividades, além do Meet para a realização das aulas on-line.”

Rede municipal da região Nordeste

“Atividades didáticas com base no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, por meio eletrônico e impresso.”

Rede municipal da região Nordeste

“Caderno de experiências e atividades curriculares em consonância com a BNCC e o novo currículo da rede e a implementação de diferentes atividades com recursos on-line.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

PRÁTICAS IDENTIFICADAS NAS REDES DE ENSINO:

- Aulas ministradas a distância em todas as redes entrevistadas. Algumas delas disponibilizam conteúdos diariamente, o que tende a ser uma estratégia importante para

alunos que estão na etapa final da Educação Básica e, em muitos casos, se preparando para o Enem e vestibulares em geral.

OS CASOS DAS REDES ESTADUAIS DO TOCANTINS, DE MATO GROSSO E DE SERGIPE:

As redes estaduais do Tocantins e de Mato Grosso oferecem conteúdos voltados à preparação ao Enem, utilizando um meio democrático para tal, que é a transmissão em TV aberta. A rede estadual de Sergipe provém conteúdos diários aos estudantes, por duas horas.

“Temos o programa ‘TO de casa no Enem’, material apostilado, aulas gravadas e disponibilizadas no site da Seduc, pílulas do Enem em rádios e veiculação de aulas pela TV Assembleia.”

Rede estadual do Tocantins

“Os conteúdos do Ensino Médio são norteados conforme a BNCC de cada ano e estão disponíveis na plataforma aprendizagem conectada. Há ainda ‘O Enem Digital’, via TV Assembleia.”

Rede estadual de Mato Grosso

“As aulas são transmitidas pela TV Aperipê, com estudos diários de 40 minutos para os estudantes da 1º a 3º série, totalizando 2h, das 16 às 18h; material Pedagógico do PREUNI (videoaulas, lives, apostilas, caderno de estudos e simulados); livros, jogos, filmes, músicas, orientação para iniciação científica, conteúdos sobre Sergipanidade; material pedagógico para professores etc.”

Rede estadual de Sergipe

COMO FORAM IMPLEMENTADAS AS ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO MÉDIO

Rede estadual de Mato Grosso: “O Estado de Mato Grosso optou por oferecer atividades pedagógicas não presenciais aos estudantes, por meio da Plataforma ‘Aprendizagem Conectada’ (www.aprendizagemconectada.mt.gov.br). O objetivo é oferecer possibilidades de estudo e possibilitar que os alunos estejam em contato com situações de aprendizagem para os manter ativos, além de precaver situações de desânimo que possam acarretar em abandono escolar. A decisão da Secretaria foi de não contar essas atividades como carga horária letiva em razão da não garantia de igualdade de oportunidades a todos, mesmo os materiais sendo disponibilizados pela internet e de forma impressa. No caso dos materiais impressos, toda semana é enviado o caderno apostilado para que os estudantes possam resolver as situações propostas. Na semana seguinte, é disponibilizado o caderno de resolução comentada, a partir do qual o aluno é convidado a fazer uma autoavaliação da sua aprendizagem e anotar as dúvidas que persistirem para serem discutidas com seus professores no retorno às aulas presenciais. Isto posto, ao retomar as aulas, será realizada uma avaliação diagnóstica para que possam ser analisados os indicadores de aprendizagem e planejadas as ações de intervenção.”

CONTEÚDOS SOBRE O ENEM

Rede estadual do Tocantins: “Em Tocantins, a equipe de currículo elabora e disponibiliza os conteúdos para o Ensino Médio por meio da rádio governamental, ligada ao sistema da universidade estadual. Também foi realizado um termo de cooperação com a universidade federal para ampliação do sinal. Juntas, elas atingem cerca de 60 Municípios para a disponibilização das pílulas do Enem, que são pequenas dicas sobre diversos componentes curriculares.”



PROCESSO PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DE CONTEÚDOS NA TV ABERTA

Rede estadual do Tocantins: “Foram enviadas às instituições propostas de programação, que foram acatadas e firmadas em termos de cooperação técnica. A televisão é da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, que, após fazermos uma solicitação formal, realiza duas sessões diárias, de 30 minutos cada, para retransmissão das aulas.”

Rede estadual de Mato Grosso: “As tratativas de parceria com a TV Assembleia foram realizadas diretamente pela Secretaria de Estado de Educação e a Presidência da Assembleia Legislativa, por meio de Termo de Cooperação.”

MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM

Rede estadual do Tocantins: “Todas as sextas-feiras são realizados ‘aulões tira dúvidas’, onde são corrigidas as atividades enviadas ao longo da semana. Os estudantes preenchem uma planilha com as respostas e encaminham para a escola, que insere as informações no sistema da Secretaria. Dessa forma, são obtidos os resultados parciais dos estudantes.”

1.1.4. Estudantes com deficiência

A escola, como a conhecemos, precisa constantemente se adaptar para atender adequadamente estudantes com diferentes níveis de deficiência, oferecendo igualdade de oportunidades de aprendizagem a todos. E isso não é diferente em relação ao ensino remoto: para alguns grupos é fundamental o uso de tecnologia assistiva, por exemplo; para outros, materiais impressos adaptados.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), dispõe em seu artigo 2º:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Dados dos questionários do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2017, tabulados pelo Iede, mostram que nove a cada dez diretores de escolas públicas brasileiras afirmam que há pelo menos um aluno com necessidade especial em sua unidade. Todavia, quase 80% dos diretores consideram que eles próprios não têm formação específica para trabalhar com esses estudantes e mais da metade (50,5%) acredita que falta formação adequada aos professores. Infraestrutura inadequada para atender a tais alunos é uma reclamação que atinge ¼ dos gestores escolares.

Alcançar uma verdadeira inclusão é um desafio que os educadores já enfrentavam diariamente e que, neste período, está apenas intensificado. Não há respostas prontas nesse sentido, já que, como os casos e necessidades variam, as soluções também não são as mesmas. Ressalta-se somente é a necessidade de as redes e escolas buscarem alternativas para contemplar esses estudantes. O fato de, em geral, serem minoria na turma não faz com que seu direito à Educação seja menor ou menos relevante.

O estudo “A Educação Não Pode Esperar” mostra que, dentre os Municípios que estão ofertando conteúdos pedagógicos no momento, há um esforço de contemplar também os estudantes com deficiência. A resposta mais recorrente é que os professores que atuam com Atendimento Educacional Especializado (AEE) continuam em ação, adaptando os conteúdos dos colegas para atender às diferentes necessidades das crianças e jovens.



Respostas de algumas redes de ensino sobre o **trabalho realizado com estudantes com deficiência** neste momento:

“As atividades são adaptadas e entregues aos pais dos alunos.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

“São orientadas as adequações das atividades organizadas para os demais estudantes a partir do plano educacional individualizado e suas especificidades.”

Rede estadual da região Centro-Oeste

“Atividades adaptadas pelos professores que continuam contratados e atuando adaptando atividades e conteúdos de acordo com a necessidade dos estudantes.”

Rede estadual da região Sul

PRÁTICAS IDENTIFICADAS NAS REDES DE ENSINO:

- Adaptação dos materiais para as necessidades de cada aluno, sejam elas de formato (letras ampliadas, intérprete de Libras etc.) ou conteúdo, por exemplo, para crianças com deficiência intelectual.
- Orientações às famílias via WhatsApp, vídeos e impressas. Nos casos de estudantes com deficiência, a aproximação da escola com as famílias é ainda mais importante, já que, em alguns casos, a autonomia dos estudantes é restrita e o acompanhamento dos responsáveis é imprescindível para a concretização das atividades propostas.

O CASO DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS:

Além de materiais adaptados à necessidade de cada estudante, ressalta-se a importância de uma orientação precisa às famílias para que possam conduzir ou au-

xiliar os filhos na realização das atividades. Na rede estadual de Minas Gerais, há o suporte de equipes multidisciplinares para orientações ocupacionais.

“Para os estudantes com deficiência, temos planos de estudos tutorados (braille e ampliado para os que precisam); tira dúvidas via aplicativo de chat; teleaula com tradutor e intérprete de Libras; plano de organização de rotinas; orientação aos professores de atendimento educacional especializado para acompanhamento a distância, orientação às famílias; e disponibilização de suporte das equipes multidisciplinares para orientações ocupacionais.”

Rede Estadual de Minas Gerais

ADAPTAÇÕES REALIZADAS PARA ATENDER AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Rede estadual de Minas Gerais: “Os conteúdos foram elaborados por professores da rede em colaboração com a Undime e levaram em consideração as habilidades descritas no plano de curso que seria desenvolvido em 2020 nas escolas. Todas as atividades são embasadas no Currículo de Referência de Minas Gerais e na BNCC. As adaptações para os estudantes com deficiência variam de acordo com a deficiência e o próprio estudante. Os projetos que temos nesse sentido são: 1. A Secretaria possui cinco Centros de Apoio Pedagógico às Pessoas com Deficiência Visual (CAP) que ficaram responsáveis por fazer a adaptação do material para o braille ou ampliado para os estudantes com baixa visão; 2. O Centro de Apoio Pedagógico às Pessoas com Deficiência Visual (CAP) de Patos de Minas produziu um vídeo tutorial com informações de como apoiar o desenvolvimento do estudante com deficiência visual em casa; 3. Servidores da Secretaria dedicados à área da Educação da Criança Cega produziram material voltado aos pais dos estudantes; 4. Durante todas as teleaulas, há tradutores e intérpretes de Libras; 5. Todos os tradutores e intérpre-



tes de Libras da Secretaria estão disponíveis para fazer a mediação comunicativa com o estudante surdo e as escolas foram orientadas a acioná-los sempre que os professores produzirem materiais audiovisuais. Tais profissionais também apoiam a Secretaria Estadual de Educação quando *lives* e webinários são produzidos; 6. Há o fomento para que os tradutores e intérpretes de Libras produzam ou apoiem os professores na elaboração de materiais extras de Língua Portuguesa como 2ª língua para os surdos; 7. Realizou-se contato com representantes da comunidade surda e do Movimento Bilíngue para produção de Programa de Educação Tutorial (PET) em Libras e de Língua Portuguesa como 2ª língua; 8. Para as famílias de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com Deficiência Intelectual foi produzido um guia de orientação para organização da rotina e dicas para apoiar os estudos do aluno; 9. Todos os professores de apoio à comunicação, linguagens e tecnologias assistivas e de sala de recursos estão orientados a fazer as adaptações do PET para os estudantes com deficiência. Tal adaptação deve ser individual, de acordo com as características de cada um. Não há a possibilidade de padronização dessas adaptações; 10. As equipes multidisciplinares das escolas especiais foram orientadas a prestar suporte e orientações para aumentar o repertório comunicativo dos estudantes e a instruir as famílias no desenvolvimento de atividades ocupacionais.”

PRINCIPAIS DESAFIOS DA ADAPTAÇÃO DE ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Rede estadual de Minas Gerais: “Dar capilaridade para que a comunicação oficial chegue a todos os servidores da rede; excesso de *fake news*; e volume excessivo de trabalho em curto espaço de tempo, em decorrência da situação emergencial.”

1.2. Monitoramento do acesso às atividades e plataformas

A maioria das Secretarias de Educação que compõe a amostra deste estudo disse ter controle do número de estudantes que têm acesso aos conteúdos ofertados. Esse monitoramento, todavia, em parte dos casos, é em relação ao recebimento das atividades, mas não à sua realização em si.

Respostas de algumas redes de ensino sobre o **monitoramento do acesso e realização das atividades:**

“Os alunos entregam as atividades feitas e recebem novas, semanalmente. O diretor recolhe as atividades e as arquiva por 4 semanas. Ao final, entrega para os professores, que utilizam as 4 atividades para fazer frequência e dar notas relativas ao mês. Posteriormente, as 4 atividades correspondentes ao mês são corrigidas com notas e observações e entregues aos alunos.”

Rede municipal da região Nordeste

“Inicialmente, realizamos um levantamento através do Google Forms e criamos um formulário de monitoramento para o professor e os supervisores para acompanharem os alunos e qual ferramenta estão utilizando para acessar as atividades diariamente.”

Rede municipal da região Nordeste

“Através de planilhas, 100% dos alunos estão recebendo.”

Rede municipal da região Sul

“Através do site é gerada uma estatística, onde temos as informações de acessos e outros dados importantes para termos um feedback de como estamos avançando com as atividades postadas. Portanto, temos um panorama com o quantitativo de visualizações e interações, além de dados de atividades com maior e menor interesse.”

Rede municipal da região Sudeste



“O controle é realizado com o retorno das atividades dos alunos, seja pelo WhatsApp ou pela devolução das atividades entregues. Os responsáveis ou os próprios alunos encaminham fotos ou vídeos das atividades realizadas para os professores.”

Rede municipal da região Norte

O CASO DAS REDES MUNICIPAIS DE TRÊS LAGOAS (MS) E BARROQUINHA (CE):

Os dois Municípios citados abaixo, Três Lagoas (MS) e Barroquinha (CE), parecem realizar um monitoramento mais estruturado e contínuo do acesso e da realização das atividades neste período, utilizando para isso ferramentas diversas, contemplando estudantes que possuem internet e aqueles que retiram os materiais nas escolas.

“O monitoramento é feito por meio de 3 documentos: um instrumento para o professor acompanhar a entrega/acesso e devolutiva das atividades; instrumento da gestão pedagógica com o compilado das informações dos professores, estabelecendo assim um cenário de acesso da unidade escolar; e instrumento que a Secretaria Municipal de Educação elabora a partir dos dados informados pela equipe gestora das unidades, gerando relatórios com análises quantitativas e qualitativas da realidade de acesso e de participação dos estudantes.”

Rede municipal de Três Lagoas (MS)

“Os gestores escolares elaboraram instrumentos de acompanhamento a esses alunos, dividindo-os por categorias (com internet, sem internet, motivo de não realizar as atividades). A planilha é alimentada e atualizada semanalmente pela gestão da escola e repassada para a superintendência da Secretaria Municipal da Educação.”

Rede municipal de Barroquinha (CE)

COMO É REALIZADO O MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELOS ESTUDANTES

Rede municipal de Barroquinha (CE): “A equipe de formação da Secretaria elabora, semanalmente, atividades para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Tais conteúdos estão alinhados ao currículo estadual e, conseqüentemente, à BNCC. As atividades são encaminhadas aos professores e disponibilizadas para os alunos através do portal da Secretaria, Instagram e de forma impressa, sendo esta exclusivamente para aqueles que não possuem equipamentos e/ou internet. Toda semana, a equipe de formação e a equipe gestora das escolas marcam encontros virtuais (via plataforma *Meet*) para apresentar as expectativas de aprendizagem dos materiais elaborados. A rede disponibiliza aos gestores e professores uma planilha de acompanhamento dessas atividades. Os professores têm a incumbência de preenchê-la semanalmente e encaminhar aos coordenadores pedagógicos informações como data de realização da atividade, componente curricular, conteúdos abordados, procedimentos metodológicos, número de alunos na turma e número de atendidos. As equipes gestora e de formadores acompanham esses dados, com o intuito de monitorar as ações e corrigir possíveis desigualdades ou dificuldades”.

Rede municipal de Três Lagoas (MS): “Foram disponibilizadas as ‘Atividades Pedagógicas Complementares à Aprendizagem (APCAs)’ via Facebook, WhatsApp e em formato impresso. Cada técnico do departamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) ficou responsável por tutorar uma quantidade de escolas. Eles criaram grupos de WhatsApp com diretores e coordenadores para o encaminhamento de documentos, orientações de ações e esclarecimentos de dúvidas. Também encaminharam às escolas uma planilha de acompanhamento, em que professores e gestores registram dados como a quantidade de estudantes matriculados na turma; quantidade que teve acesso às APCAs; e total de estudantes



que deram devolutivas em relação às atividades realizadas. Em todos os arquivos foram assegurados espaços para o registro descritivo dos dados apresentados nas planilhas. Aos estudantes e seus responsáveis foram encaminhados documentos para que avaliassem a qualidade das APCAs. A cada etapa finalizada, a SEMEC recebe os dados compilados, interpreta-os e planeja melhorias no processo.”

MUDANÇAS GERADAS A PARTIR DO MONITORAMENTO

Rede municipal de Três Lagoas (MS): “O monitoramento foi iniciado após a disponibilização das APCAs por e-mail e WhatsApp. Nessa etapa, foi observado um baixo índice de devolutivas e muitos estudantes também sem acesso. Diante disso, as escolas passaram a disponibilizar as APCAs impressas e a encaminhar vídeo ou áudio às famílias com orientação da atividade do dia, para manter os laços afetivos e pedagógicos. Criou-se uma plataforma para acesso às APCAs no site da Prefeitura Municipal, além de ações de chamamento e acolhimento para entrega desses materiais nas próprias unidades de ensino. O maior desafio foi possibilitar que os estudantes do campo também tivessem acesso aos materiais, o que foi solucionado com a entrega de conteúdos em suas casas, usando para isso transporte fornecido pela SEMEC.”

1.3. Expectativas em relação à aprendizagem dos estudantes

A maioria das redes espera que os estudantes não retrocedam nas aprendizagens já adquiridas, que mantenham os vínculos com os colegas de turma e com os professores, e que isso os estimule a retomar os estudos quando as aulas presenciais retornarem. Algumas têm expectativa de que este momento sirva também como uma oportunidade para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como determinação, protagonismo, autonomia e resiliência.

Dado o papel central e insubstituível do professor, são poucas as redes que consideram que os estudantes irão consolidar a aprendizagem de novos conteúdos neste período.

Respostas de algumas redes de ensino sobre a **expectativa em relação à aprendizagem dos estudantes:**

“Que todos se sintam cuidados, acolhidos, não se sintam esquecidos pelos professores, pela sua escola ou amigos e que desenvolvam o sentimento de pertencimento a um grupo escolar e com isso se interessem cada vez mais pela realização das atividades propostas, reforçando o conhecimento já adquirido.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

“A expectativa é que se mantenha o aprendizado já adquirido até o momento e que as crianças e adolescentes não percam o vínculo com a escola e os professores.”

Rede municipal da região Norte

“Sabemos que um profissional presente na vida desses alunos com certeza faz falta, e somos cientes de que 2020 estará prejudicado em relação à aprendizagem.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

“A expectativa é manter ambientes de aprendizagem independentes do espaço físico. Precisamos manter o vínculo do estudante com a escola para atendimento dos direitos de aprendizagem. Acreditamos que é possível fomentar o protagonismo e a autonomia, competências essenciais para uma rotina de estudos em casa.”

Rede estadual da região Norte

“Fixar os conteúdos trabalhados e manter vínculo com a escola e colegas. Desenvolvimento da habilidade de leitura, escrita e raciocínio lógico.”

Rede municipal da região Sudeste



PRÁTICAS IDENTIFICADAS NAS REDES DE ENSINO:

- A acolhida dos estudantes durante a pandemia é um ponto fundamental e que algumas redes vêm buscando fazê-lo. Mesmo a distância, é preciso que o sentimento de pertencimento dos alunos seja nutrido para que eles se sintam desejosos de realizar as atividades propostas e retornar à escola, quando assim for seguro.
- Algumas redes estão aproveitando para estimular o desenvolvimento de habilidades socioemocionais para a realização das atividades pedagógicas e organização dos tempos de estudo e lazer, promovendo autoconhecimento, tolerância ao estresse e à frustração, empatia etc.

O CASO DA REDE MUNICIPAL DE SETUBINHA (MG) E DE MONTEIRO (PB) E DA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA:

Mesmo com as inegáveis dificuldades do período que, indubitavelmente, impactam na aprendizagem dos estudantes, algumas redes estão empenhadas na busca por alternativas para contornar suas limitações. Verifica-se que o monitoramento do acesso e da entrega dos conteúdos propostos é muito importante para que as redes nutram altas expectativas em relação aos alunos.

“Destacam-se: a realização de vídeos de conscientização e motivação para os pais; a divulgação de vinhetas em rádio e carro de som dando publicidade ao projeto “Estude com seu Filho”; a elaboração de boletins informativos com gráficos de monitoramento das atividades realizadas pelos alunos; e concurso de produção textual. O Município informou ainda que foi estabelecido um cronograma diário para a realização das atividades propostas, obedecendo a uma rotina de estudos, onde há interação entre professor, responsáveis e alunos. A rede destaca que pretende fazer

avaliação diagnóstica para averiguar o desempenho dos alunos, por disciplina, e realizar um trabalho de intervenção pedagógica no retorno às aulas presenciais.”

Tribunal de Contas do Estado da Paraíba sobre a rede municipal de Monteiro (PB)

“Esperamos que os estudantes não retrocedam nas aprendizagens adquiridas, que mantenham o vínculo com a escola, o que ocorre através do contato pessoal semanal com os professores, quando acompanham os pais ou responsáveis no momento da entrega dos materiais impressos, nas escolas. Que adquiram o hábito de estudar em casa, de ler sem obrigatoriedade, de buscar seu próprio conhecimento. Que sintam falta das explicações individuais dos professores e valorizem cada nova aprendizagem.”

Rede municipal de Setubinha (MG)

“A expectativa é que todos os alunos aprendam e se desenvolvam, seja por meio de propostas pedagógicas com o uso de tecnologias digitais ou por atividades impressas encaminhadas pela escola e professores aos estudantes. Cabe salientar que estão mantidos os objetivos de aprendizagem previstos na BNCC e no Currículo Base do Território Catarinense, em especial as competências gerais, por áreas e por componentes curriculares, assim como as habilidades, os objetos de conhecimento e os conteúdos. Embora os referenciais de aprendizagem permaneçam os mesmos, há que se considerar as particularidades do contexto vivenciado e as possíveis lacunas que necessitarão serem retomadas no retorno às aulas presenciais.”

Rede estadual de Santa Catarina

ESTRATÉGIAS PARA POSSIBILITAR A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES NESTE PERÍODO

Rede municipal de Setubinha (MG): “Durante a semana, os professores elaboram as atividades dos Estudos Remotos, de acordo com o planejamento anual e bimestral



e com o Currículo de Referência de Minas Gerais, tiram as cópias aqui na Secretaria Municipal de Educação e as entregam aos responsáveis ou aos próprios alunos, todas as segundas-feiras, nas escolas onde trabalham. Nesse momento, há explicação com relação às atividades daquela semana; assinatura nas listas de entrega; e recebimento dos conteúdos entregues na semana anterior. Essas atividades serão corrigidas, analisadas e arquivadas para serem utilizadas, posteriormente, como material de consulta para diagnóstico e realização dos estudos presenciais. Todos têm acesso às atividades, uma vez que são entregues em mãos. Aqueles que não podem, por algum motivo pessoal, buscar as atividades na escola, pedem aos vizinhos ou parentes que o façam. Quando há ausência por duas semanas, o caso é reportado a mim. Entro em contato com o responsável e explico a necessidade de continuidade dos estudos e do contato com a escola. Entrego pessoalmente as atividades e oriento com relação à resolução e devolução. Se, por acaso, algum aluno não devolve, o professor vai até a casa dele, procura saber o que aconteceu e resolve o problema. Também foram criados grupos de WhatsApp para os educadores trocarem informações com os pais, solucionarem dúvidas dos alunos, sugerirem *links* para pesquisa etc. O fato de Setubinha ser muito pequena e ‘todo mundo conhecer todo mundo’ facilita a comunicação e a resposta imediata ao problema. A extrema pobreza da população, especialmente a rural — que é a nossa clientela — não permite que usemos videoaulas ou que cobremos o uso do celular ou do computador. Nem as aulas transmitidas pela Rede Minas são viáveis para todos, por não possuírem os equipamentos necessários à conexão. No entanto, o que está ao nosso alcance, nós usamos. E, para ser extremamente sincera, não temos ilusão de que alcançaremos ótimos resultados com os estudos remotos, uma vez que os alunos não tinham o hábito da auto instrução. Agora, que surgiu a necessidade, com ela surgiram dois problemas: incutir na mente do aluno que ele precisa estudar sem a supervisão presencial do professor e que depende dele a busca por seu próprio aprendizado. Dessa forma, sucesso absoluto não

é nossa meta, mas já observamos bons resultados, pois os alunos estão procurando pelos professores, solicitando ajuda e alguns pais procuram por nós para agradecerem pelos filhos estarem dedicando uma parte do seu tempo, em casa, aos estudos.”

MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM

Rede municipal de Monteiro (PB): “Realizamos semanalmente um monitoramento mais estruturado dos estudantes que estão realizando as atividades. Considerando os dados informados pelos professores, a equipe gestora das escolas registra a participação de cada turma. O monitoramento das atividades complementares é feito pelos professores, diariamente, por meio da interação com os educandos e/ou responsáveis via rede social. Está sendo realizada também a busca ativa dos alunos que são identificados como infrequentes, ligando para os responsáveis e mostrando a eles a importância das crianças realizarem as atividades em casa.”

PLANEJAMENTO PARA O RETORNO ÀS AULAS

Rede municipal de Setubinha (MG): “Vamos realizar avaliações diagnósticas, tanto internas, elaboradas pelos especialistas e professores da Secretaria Municipal de Educação; como as aplicadas pela Secretaria de Estado de Educação nas escolas estaduais. Por isso adotamos os Planos de Ensino Tutorados (PETs) da Rede Estadual. Esclareço que essa adoção se deu da seguinte forma: no primeiro mês de estudos remotos, que para nós foi de 22 de abril a 30 de maio, os professores produziram as próprias atividades e usaram os PETs, volume 1, como complemento. Nessa segunda etapa, que começou em 1º de junho, estamos utilizando os PETs, volume 2, como base dos estudos remotos, e as atividades preparadas pelos professores são utilizadas como complementação.”



2. ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Os professores são figuras centrais e insubstituíveis do processo de ensino-aprendizagem. Com a interrupção das aulas presenciais, precisaram aprender, com urgência, a lidar com uma série de ferramentas e tecnologias com as quais, em geral, não estavam habituados. Além disso, são afetados, como todos, pelos efeitos emocionais da pandemia, que trazem sentimentos como medo, angústia, ansiedade e insegurança.

Quando questionadas sobre o suporte dado aos docentes neste momento, quase todas as redes afirmaram que eles estão sendo assistidos. Contudo, as respostas indicam que, em parte dos casos, esse suporte é elementar e focado, principalmente, no esclarecimento de dúvidas via WhatsApp e redes sociais ou envio de documentos orientativos, sendo pequeno o número de redes que declararam oferecer algum tipo de formação aos professores para a elaboração e execução das atividades — um total de 39% das redes municipais ouvidas.

Esses dados vão ao encontro de uma pesquisa realizada pelo Instituto Península, que ouviu 7.734 professores de todo o País entre os dias 13 de abril e 14 de maio de 2020 e mostra que 55% deles não tiveram, durante o período de isolamento social, qualquer tipo de suporte ou capacitação para ensinar fora do ambiente físico da escola. No total, 83% se dizem “pouco ou nada” preparados para o ensino virtual. Além disso, 75% dizem que gostariam, sim, de receber apoio e treinamento neste sentido.

Respostas de redes de ensino sobre o tipo de **suporte oferecido aos professores**:

“Envio de carta informativa sobre o momento de pandemia; envio de documento orientador para elaboração do Plano de Continuidade Pedagógica; formação continuada específica sobre ensino remoto e sobre a implementação do Documento de Território.”

Rede municipal da região Norte

“Curso on-line de capacitação acerca do uso de aulas remotas e em ambiente virtual em tempo de pandemia e curso sobre a elaboração de atividades para a plataforma on-line (...).”

Rede municipal da região Centro-Oeste

“Acompanhamento por técnicos formadores, por meio de grupos de WhatsApp.”

Rede municipal da região Nordeste

“Foram disponibilizados notebooks, orientações do uso das ferramentas tecnológicas, comunicação por meio de WhatsApp.”

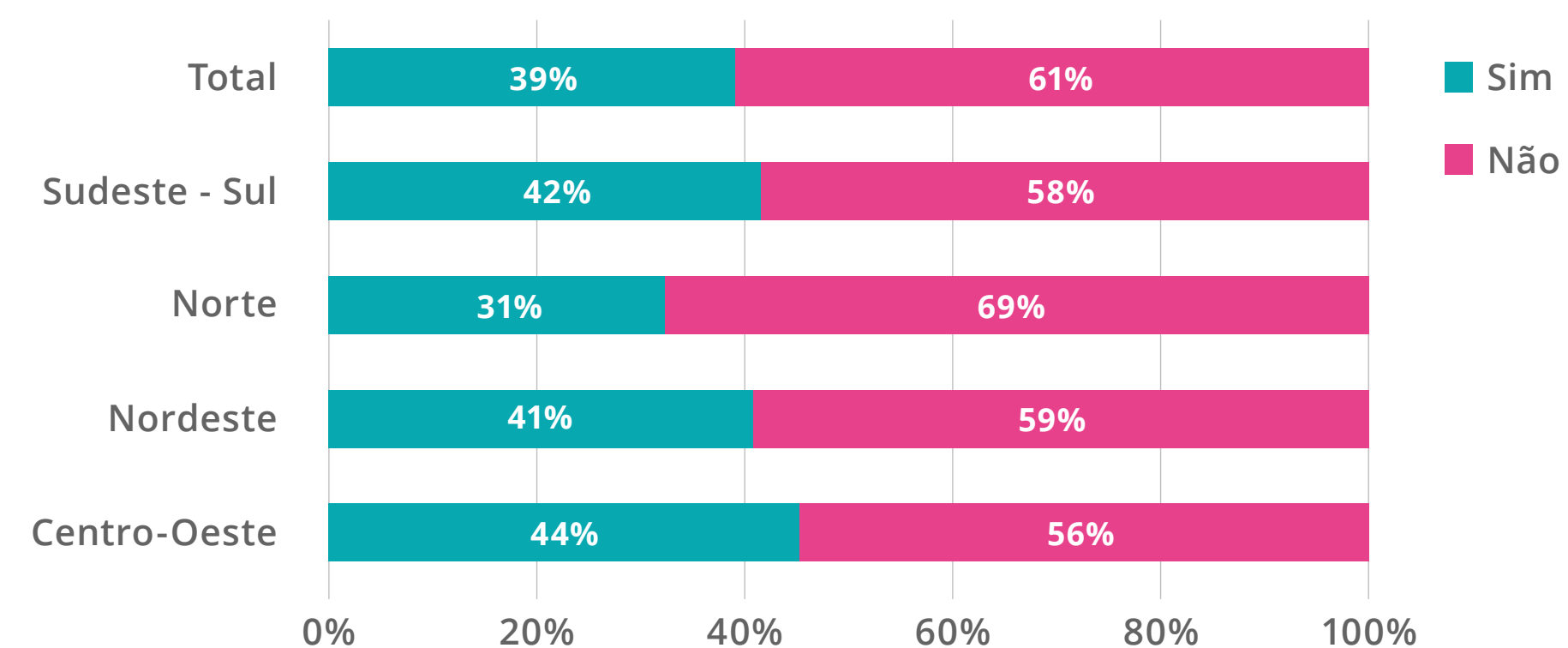
Rede municipal da região Centro-Oeste

“Sites que disponibilizam conteúdos diversos.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

GRÁFICO 8 . RESPOSTAS DAS REDES MUNICIPAIS À QUESTÃO:

“Estão ocorrendo formações para os profissionais da rede para desenvolverem as atividades a distância com os estudantes?”



Base total de respondentes: 232 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 34, Nordeste: 88, Norte: 67; Sudeste-Sul: 43

No caso das redes estaduais, dentre as 17 analisadas, 14 responderam que estão oferecendo formação aos educadores a fim de capacitá-los para a elaboração e condução de atividades pedagógicas não presenciais.

Respostas de redes de ensino sobre a **formação oferecida aos professores, no que se referem ao objetivo, conteúdo e frequência:**

Objetivo	Conteúdo	Frequência
Garantir que todos os professores continuem alinhados ao planejamento feito no início do ano letivo de 2020.	Dar continuidade aos conteúdos e temas selecionados de acordo com as habilidades previstas na BNCC, currículo e Projeto Político Pedagógico (PPP).	Semanal, intercalando prática e teoria.

Rede municipal da região Nordeste

Objetivo	Conteúdo	Frequência
Capacitar professores para a prática de metodologias ativas e o uso de tecnologias, objetivando um processo ensino-aprendizagem mais eficaz.	Sala invertida, estudo e análises de possibilidade de implantação do sistema <i>Google For Education</i> , <i>Google formulário</i> , gravação de <i>podcast</i> , aprendizagem colaborativa.	Semanal, intercalando prática e teoria.

Rede municipal da região Sudeste

Objetivo	Conteúdo	Frequência
Aprender a utilizar uma plataforma educacional.	Como montar aulas, gravar vídeos, apresentar conteúdos utilizando as TICs.	Três dias durante o mês de maio.

Rede municipal da região Sul

Objetivo	Conteúdo	Frequência
Capacitar visando à organização e curadoria de objetos digitais, incluindo materiais de acessibilidade. Capacitar, por meio de tutoriais e <i>lives</i> , quanto ao uso da EVirtual e demais ferramentas disponíveis, bem como quanto às normativas.	Curadoria de objetos digitais; Escola Virtual; uso pedagógico das ferramentas digitais; normativas.	O acompanhamento técnico é permanente.

Rede estadual da região Norte

As respostas são apenas uma pequena amostra da diversidade de formações oferecidas, que vão desde cursos *on-line* com dias e duração específicos até formações contínuas com frequências variadas, de diárias a mensais; ou então sob demanda dos educadores.

Um verdadeiro acolhimento dos educadores pelos gestores é fundamental para que tenham condições físicas e mentais de exercerem bem a sua função. Ainda recorrendo ao levantamento “Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do Coronavírus no Brasil”, do Instituto Península, 75% dos professores entrevistados declararam que não receberam apoio ou suporte emocional das escolas.

A promoção do bem-estar, dentro do que é possível no momento, é condição imprescindível ao trabalho. Obviamente, não única: é papel dos gestores escolares e das Secretarias de Educação fornecer aos professores formações para o uso de tecnologia aplicada à Educação e orientações claras sobre o que é esperado deles em relação aos estudantes e também à comunicação com os responsáveis. A articulação com outras redes de ensino, sejam municipais ou mesmo do Estado, para otimizar a organização e a oferta dessas capacitações pode facilitar e agilizar este procedimento, bem como



pode se configurar em uma oportunidade para a troca de experiências e disseminação de boas práticas entre gestores e demais profissionais da Educação, a qual poderá se manter para o período pós-pandemia.

PRÁTICAS IDENTIFICADAS NAS REDES DE ENSINO:

- Com poucas exceções, observou-se que as redes municipais de maior porte, de capitais, por exemplo, e as redes estaduais têm ofertado formações mais estruturadas aos professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares. Nestes casos, a pesquisa indica que as formações visam a dois objetivos principais: 1. capacitar a equipe para que possa fazer o melhor uso das ferramentas digitais; 2. formar os profissionais para que consigam realizar as adaptações necessárias nos conteúdos pedagógicos, considerando a mudança da modalidade de ensino, de presencial para remoto, e todas as implicações que isso traz (menor acompanhamento do professor etc).
- Enquanto há redes que não ofereceram nenhum tipo de formação ao corpo docente ou que atuam, principalmente, “tirando dúvidas”, há algumas que se anteciparam à demanda, se organizando para prover formações tão logo as aulas presenciais foram interrompidas.

O CASO DA REDE ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO E DA PARAÍBA:

A rede estadual do Espírito Santo declara fornecer três tipos de formações, que são complementares entre si: *lives* semanais entre os profissionais; disponibilização de tutoriais e comunidades virtuais para a discussão permanente; e cursos periódicos. A rede estadual da Paraíba adotou estratégia diversa, e que também merece análise: selecionou e treinou professores para atuarem como tutores dos colegas.

Objetivo	Conteúdo	Frequência
Orientar as equipes das escolas quanto ao uso das ferramentas digitais em práticas pedagógicas não presenciais. Orientar os estudantes quanto ao acesso às ferramentas digitais.	Realização de <i>lives</i> semanais para os profissionais da Educação, todas disponíveis no link: https://sedudigital.edu.es.gov.br/p%C3%A1gina-inicial . Criação de tutoriais para gestores, professores e estudantes para o uso das ferramentas digitais: https://sedudigital.edu.es.gov.br/manuais/tutoriais e https://sedudigital.edu.es.gov.br/google-for-education/tutoriais-google . Criação de 9 comunidades virtuais para que as 11 Superintendências Regionais de Ensino (SREs), junto à equipe da Sedu Central, possam orientar, monitorar e assessorar o trabalho dos gestores, pedagogos e professores. Cursos EAD: TIC a serviço da Educação: conhecimentos avançados (finalizado); Escola na Nuvem (em andamento); Grandezas e medidas: explorar para compreender (em andamento); Inova Escola: projeto de vida (em andamento) e Produção de Videoaulas (lançamento em junho).	<i>Lives</i> : semanais; Comunidades e tutoriais: contínuo; Cursos EAD: periódicos

Rede estadual do Espírito Santo

“Houve um planejamento integrado na rede estadual de ensino para estabelecimento das ações durante a crise, para implantação do Regime Especial de Ensino. Para sua execução, inicialmente, foram selecionados 100 tutores, treinados no mês de abril para serem responsáveis pela formação dos demais professores na utilização de tecnologias educacionais para planejamento pedagógico e organização



das aulas. Outra ação a ser destacada é a elaboração de Plano Estratégico Escolar por todos os gestores escolares, a partir das orientações da Secretaria e submissão à Gerência Regional de Ensino. As atividades devem ser previamente planejadas e elaboradas pelo docente, em consonância com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e as orientações da Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT). Uma plataforma online 'Paraíba Educa' (<https://paraiba.pb.gov.br/paraibaeduca>) reúne todas as informações sobre Regime Especial de Ensino, assim como os recursos educacionais, documentos legais e pedagógicos norteadores, além de promover o contato direto entre estudantes, professores, gestores e a SEECT."

Tribunal de Contas do Estado da Paraíba sobre a rede estadual de Educação

ATIVIDADES PREVISTAS AOS PROFESSORES

Nesse contexto de aulas remotas, o papel do professor é crucial, pois é ele o responsável, em grande parte das vezes se não em todas elas, por motivar os estudantes para que realizem as tarefas propostas. Assim, como já explanado, é primordial que os professores tenham suporte e recebam formação por parte da Secretaria de Educação para que consigam desempenhar suas funções apropriadamente. Além disso, que tenham clareza do que realmente é esperado deles em relação à assistência e ao apoio aos alunos e a seus pais/responsáveis.

Respostas de redes de ensino sobre os **múltiplos papéis desempenhados pelos docentes** neste momento:

"Planejar e elaborar as atividades pedagógicas não presenciais em consonância com o currículo; enviar as atividades para coordenação pedagógica dentro do prazo estabelecido; acompanhar a devolutiva e garantir um processo avaliativo contínuo; arquivar as devolutivas para fins de comprovação do desenvolvimento

das habilidades previstas no currículo, da carga horária anual e dos dias letivos previstos no calendário escolar."

Rede municipal da região Centro-Oeste

"Elaboração de material para os estudantes. Gravação de explicação das atividades e envio pelo aplicativo do WhastsApp ou plataforma Google Class Room. Atendimento aos estudantes em horário planejado por meio dessas mídias. Organização do material para ser entregue de forma impressa."

Rede municipal da região Nordeste

"Criar, no aplicativo WhatsApp ou em outros canais, grupos das turmas sob sua responsabilidade. Só são aceitos alunos nos grupos mediante autorização escrita dos pais e/ou responsáveis. Orientar os responsáveis e/ou estudantes a forma de organização das tarefas em casa. Zelar pela aprendizagem dos alunos, bem como motivá-los e esclarecer as dúvidas pertinentes aos conteúdos. Complementar os estudos dos alunos com sugestões de videoaulas, textos, entre outras atividades. Responsabilizar-se pelo acompanhamento e avaliação das atividades realizadas pelos estudantes. Entregar semanalmente relatório das atividades desenvolvidas para a equipe técnico-pedagógica (supervisor, orientador, coordenador e apoio pedagógico)."

Rede municipal da região Centro-Oeste

O CASO DA REDE MUNICIPAL DE GUAJARÁ MIRIM (RO) E A ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO:

As duas redes citadas a seguir, a municipal de Guajará Mirim (RO) e a estadual do Espírito Santo, detalham as funções que são esperadas dos professores, tanto em relação à elaboração de atividades, como de orientação, motivação dos alunos e esclarecimentos de dúvidas.



“Os professores devem: 1. Planejar as aulas não presenciais a serem desenvolvidas; 2. Apresentar à supervisão escolar com antecedência as atividades elaboradas para apreciação; 3. Divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar; 4. Preparar material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidades de execução, sendo autoinstrucional, por meio de videoaula, material impresso, conteúdos disponibilizados em grupo de WhatsApp da turma, correio eletrônico e outros meios digitais que viabilizem a realização das atividades escolares por parte dos estudantes; 5. Monitorar a execução das atividades pelo estudante nos meios pelos quais as aulas e atividades forem disponibilizadas; 6. Registrar as Atividades Pedagógicas Remotas (APRs) desenvolvidas em portfólio, constando relatórios descritivos e fotográficos das ações, com gráficos do resultado do rendimento do estudante.”

Rede municipal de Guajará Mirim (RO)

“Planejar e elaborar ao menos uma atividade semanal por ano/série/segmento de acordo com as orientações recebidas pela equipe pedagógica da escola e por este documento, em consonância com os documentos curriculares oficiais; registrar as atividades propostas para os estudantes por meio de instrumento próprio (Google Forms), encaminhado pela Superintendência; estruturar a aplicação das atividades pedagógicas não presenciais, utilizando os recursos disponíveis, em consonância com as condições de acesso a meios tecnológicos pelo estudante e contexto no qual a escola está inserida; acompanhar sistematicamente a evolução das atividades propostas aos estudantes, sempre comunicando à equipe pedagógica a sua participação; buscar possíveis meios de comunicação, em conjunto com a equipe pedagógica, que visem favorecer o esclarecimento de dúvidas dos estudantes, bem como de pais ou responsáveis. Os professores deverão assistir às videoaulas conforme programação disponibilizada pela SEDU e interagir com os estudantes via aplica-

tivo/salas de aula virtuais no intuito de realizar a mediação da aprendizagem, esclarecimento de dúvidas e para disponibilizar atividades pedagógicas a partir dos objetos de conhecimento explorados nas videoaulas.”

Rede estadual do Espírito Santo

SUPORTE E ORIENTAÇÃO AOS PROFESSORES

Rede estadual do Espírito Santo: “A orientação é que os professores, com o apoio dos pedagogos, elaborem e acompanhem as atividades complementares às videoaulas disponibilizadas em TV aberta e no YouTube. Cabe ao diretor fazer contato com os alunos/famílias que os professores estão tendo dificuldades. Eles acompanham o trabalho dos docentes e enviam relatórios à Superintendência. Além da formação a distância voltada para o uso de tecnologias para a Educação, há um apoio para o professor que tiver dificuldades com o desempenho das atividades nessa nova configuração, conforme indicação do diretor por meio do relatório. O papel do professor é o de manter contato frequente com os alunos e apoiá-los nas atividades, contando para isso com o suporte dos gestores.”



3. ORIENTAÇÕES AOS RESPONSÁVEIS PELOS ESTUDANTES

Na construção das estratégias mais adequadas ao atual momento, as redes de ensino e escolas precisam levar em consideração que parte dos estudantes está tendo pouco ou nenhum suporte dos responsáveis para a realização das tarefas escolares. Não apenas em razão de outras atribuições desses adultos, como também, em muitos casos, devido à baixa escolarização que possuem. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2017 mostram que, dentre os adultos responsáveis pelos estudantes do Ensino Médio da rede pública, 21% concluíram somente o Ensino Fundamental e outros 21% sequer finalizaram essa etapa. Sendo assim, é importante pensar em atividades que os estudantes, independentemente da etapa de ensino, consigam realizar com certa autonomia, sem sobrecarregar seus pais ou familiares.

Respostas de redes de ensino sobre as **orientações dadas aos responsáveis**:

“Os pais ou responsáveis acionam os professores sobre eventuais dúvidas sobre o uso da plataforma e estes entram em contato com a equipe da Secretaria Municipal de Educação (SME) que orienta sobre o uso.”

Rede municipal da região Sudeste

“Contato contínuo por meio de grupos de WhatsApp com informações da Secretaria sobre prevenção e higiene, pertinentes neste momento, e atividades para seus filhos.”

Rede municipal da região Nordeste

“Criação de ChatBot de comunicação com as famílias, criação de grupo de apoio psicopedagógico e orientação à partir dos diretores das escolas.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

“Suporte da unidade escolar para dar atendimento quanto ao uso da plataforma e acesso as atividades sejam on-line ou impressas. Blog (...) que disponibiliza tutoriais, materiais e informações necessárias.”

Rede municipal da região Sul

“Orientações quanto às atividades escolares remotas e ao recebimento da merenda escolar do aluno.”

Rede estadual da região Norte

3.1. Principais canais de comunicação

Os meios mais citados pelas Secretarias de Educação para comunicação com as famílias são telefone e WhatsApp. Algumas destacam também o atendimento presencial nas unidades de ensino no dia do recebimento ou devolução das atividades preparadas pelos professores ou ainda sob agendamento. Em ambos os casos, ressaltam seguir as normas de segurança da Organização Mundial da Saúde (OMS) para evitar aglomerações e diminuir o risco de contágio.

Respostas de redes de ensino sobre os **canais de comunicação disponíveis** aos familiares:

“Telefone, aplicativo de mensagem do diretor da escola, cartazes na escola e manutenção do acesso à escola com o funcionamento mínimo na secretaria escolar.”

Rede municipal da região Norte

“Telefone, celular, WhatsApp, e-mail, e as escolas ficam abertas para atender aos pais quando necessário.”

Rede municipal da região Centro-Oeste



“Redes sociais (WhatsApp, email, Facebook), por meio de telefones disponibilizados (supervisora e professores), bem como os diretores se encontram duas vezes por semana na escola.”

Rede municipal da região Nordeste

“E-mail e WhatsApp são os principais canais de comunicação. O encontro presencial se dá apenas na entrega do Kit Merenda em Casa.”

Rede estadual da região Norte

PRÁTICAS IDENTIFICADAS NAS REDES DE ENSINO:

- Acionar a assistência social nos casos em que a escola tem insistentemente tentado falar com a família do estudante, por diversos meios (on-line e off-line), mas sem sucesso. Sabe-se que os pais/responsáveis estão muito sobrecarregados, o que pode resultar em uma menor assistência aos filhos e às suas atividades escolares neste período, e que o Conselho Tutelar não deve ser acionado ao acaso. Todavia, diante da gravidade do atual cenário, em que muitas famílias estão passando por severas privações financeiras, é muito relevante essa atuação conjunta entre as escolas e os órgãos assistenciais. É crucial ainda que os gestores comuniquem os órgãos de proteção pertinentes em casos de suspeita de violação dos direitos das crianças e adolescentes, como abuso físico, psicológico ou sexual.
- Oferecer mais de um canal de comunicação com a escola, contemplando as famílias que não têm acesso à internet, não utilizam WhatsApp e não conseguem enviar e-mail às unidades ou interagir por redes sociais, e também àquelas que não têm telefone. A utilização de moto som/carro de som para chegar aos estudantes mais distantes e sem acesso aos recursos tecnológicos pode ser uma possibilidade, assim como o rádio, em alguns casos.

- Dentro das possibilidades de cada escola e do contexto das famílias, se favorável a tal, há a possibilidade de realização de reuniões coletivas, via videoconferência, por exemplo. Dessa forma, os pais podem trocar impressões com os educadores e também com outras famílias, em tempo real, compartilhando boas práticas, angústias e dúvidas.
- Entende-se que é autonomia da escola, seguindo às orientações de sua Secretaria de Educação, se manter aberta para atendimento às famílias, com funcionamento mínimo e respeitando as normas de segurança, ou completamente fechada. O primordial é que os responsáveis pelos estudantes tenham clareza de quem procurar e como acessar tal profissional para tirar dúvidas e obter informações precisas sobre as atividades desenvolvidas no período, volta às aulas etc.

O CASO DAS REDES MUNICIPAIS DE AMONTADA (CE) E FRAIBURGO (SC) E DA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA:

Considera-se fundamental a articulação com outros órgãos e instituições quando a unidade de ensino, mesmo tentando insistentemente e por vias diferentes, não conseguir estabelecer contato com os estudantes. Possivelmente, tais famílias têm necessidades e precisam de apoio em campos que transpassam a atuação escolar. No caso da rede estadual de Santa Catarina, ter um canal único, gratuito, destinado tanto aos profissionais como aos estudantes e seus responsáveis, pode facilitar para a Secretaria dar unidade à comunicação.

“WhatsApp ou grupos no WhatsApp; plataformas tecnológicas como o ZOOM Cloud Meetings, Google Meet e Formulários Google.”

Rede municipal de Amontada (CE)



“Rádio, telefone, e-mail, plataforma e, no caso de alunos em que a escola não conseguiu contato, acionamos a Assistente Social, considerando que, muitas vezes, a família está precisando de outros tipos de auxílio.”

Rede municipal de Fraiburgo (SC)

“A Secretaria Estadual de Santa Catarina disponibilizou um telefone 0800 único, para todo o Estado, para pais, alunos, professores e gestores tirarem suas dúvidas, tanto no que concerne à plataforma digital, quanto relativas a procedimentos e conteúdos. Essa chamada é direcionada para uma das 36 regionais de Educação, em que há supervisores educacionais das 7h às 19h, diariamente, para auxiliá-los. Isso torna o contato mais próximo, já que o supervisor conhece a realidade local mais profundamente.”

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina sobre a rede estadual

COMO A REDE SE ORGANIZOU PARA SE COMUNICAR COM TODAS AS FAMÍLIAS

Rede municipal de Fraiburgo (SC): “A Secretaria de Educação de Fraiburgo disponibiliza um celular para a direção de cada unidade escolar e todas também possuem telefone fixo. A rádio local transmite recados. Todos os professores e as escolas possuem e-mail de trabalho, computador e internet. Criamos também um blog para repassarmos atividades, sugestões e recomendações aos alunos e às famílias. Àqueles não têm acesso à internet, disponibilizamos atividades impressas (as mesmas do blog) e para os que não podem vir buscar entregamos em casa. Há casos que a Assistente Social da Secretaria faz visitas para verificar a situação da família, entregar material pedagógico e o kit emergencial de alimentação.”

3.2. Expectativas em relação à atuação das famílias

A maioria das redes de ensino ouvidas neste estudo disse ter expectativas positivas em relação à atuação, neste período, dos responsáveis pelos estudantes. Algumas, inclusive, acreditam que a participação das famílias pode melhorar no período pós-pandemia, dada a união de esforços que se fez necessária ao enfrentamento desta crise, em que novas modalidades de ensino foram impostas e exigiram e exigem adaptações por parte de todos — profissionais da Educação, estudantes e seus pais ou responsáveis. A união e colaboração entre as partes envolvidas tornaram-se cruciais para a efetividade das ações.

Muitos gestores ressaltam compreender que a participação das famílias varia em razão das suas diversas constituições e condições (financeiras, socioemocionais etc), o que é compreensível e inevitável. De toda forma, reitera-se o quanto é positivo que os educadores nutram altas expectativas em relação à participação dos responsáveis e que incentivem o envolvimento deles com a escola.

De forma geral, os principais desafios relatados pelos educadores são em relação à comunicação com as famílias que moram na zona rural, distantes, e com aquelas que não possuem internet ou celular. Números de telefone e endereços desatualizados também são queixas frequentes e um empecilho ao contato. Excepcionalmente, algumas redes utilizam o rádio para o envio de comunicados às famílias.

PRINCIPAIS DESAFIOS E DIFICULDADES DA RELAÇÃO COM OS RESPONSÁVEIS:

“A resistência de alguns; o Município está no período da colheita do café e as famílias não se encontram em casa.”

Rede municipal da região Sudeste



“A troca de número de telefone é constante. Famílias mais vulneráveis trocam de endereço com maior facilidade. O contato com os pais e responsáveis é fundamental neste momento para garantir que as crianças mantenham o vínculo com os estudos.”

Rede municipal da região Sul

“Muitos dados incompletos e trocas de telefones constantes.”

Rede municipal da região Sudeste

“Muitos não têm noção da importância da relação com a escola; outros porque trabalham; ou porque não têm ideia do processo ensino aprendizagem.”

Rede municipal da região Nordeste

“As famílias não entendem o processo de atividades remotas, alegam que não são professores, outros têm dificuldades para orientar os filhos pelo baixo grau de formação que possuem (...) Falta de hábito de estudo do aluno e falta de tempo das famílias.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

“Dificuldade no apoio aos estudantes com a rotina de estudo em casa, por vários fatores, como baixa escolaridade dos pais e ambiente que não oferece as condições mínimas para aprendizagem.”

Rede estadual da região Norte

Respostas de redes de ensino sobre as **expectativas que têm em relação à atuação das famílias:**

“Conhecendo nossa clientela não temos boas expectativas”

Rede municipal da região Norte

“Ótima em relação à Educação Infantil e boa em relação ao Ensino Fundamental, porém, com grande tendência a melhorar uma vez que os buscamos de forma insistente e percebemos aumento no retorno e maior participação, principalmente nos anos iniciais.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

“Na maior parte muito boa, pois neste momento percebe-se que está tendo a maior participação dos pais, que já existia na história da Educação. Devido à necessidade atual, todos nós estamos em aprendizados (professores, pais, alunos, gestores e outros).”

Rede municipal da região Norte

“Temos expectativa positiva, entretanto, consideramos os diferentes cenários em que estão inseridas as famílias, o que lhes fornece condições distintas de atuação.”

Rede estadual da região Centro-Oeste

“Esperamos que eles orientem os filhos a realizarem os estudos remotos, que dediquem, de forma habitual e rígida, um período do seu tempo e do tempo dos filhos para a realização das atividades; que busquem auxílio para os filhos, quando eles mesmos não conseguirem os ajudar; que se reportem a nós para solicitação de ajuda, para darem sugestões e para indicarem as falhas observadas na estratégia adotada pela Secretaria Municipal de Educação com relação aos estudos remotos.”

Rede municipal da região Sudeste

“A Secretaria compreende a diversidade das constituições familiares e a limitação que muitos estudantes terão no acompanhamento familiar. Nos locais em que a realidade permitir, espera-se que os responsáveis orientem os estudantes na organização de seus materiais, na busca da informação por meio dos canais oficiais e



direcione os estudantes para assistir às teleaulas, resolver as atividades constantes nos Planos de Estudos Tutorados e tirar as dúvidas com professores, além de manter a comunicação com seus colegas de turma.”

Rede estadual da região Sudeste

“A relação escola/família é uma premissa fundamental para o bom êxito escolar do estudante. Durante o regime especial de atividades escolares não presenciais torna-se ainda mais significativa a participação da família, à medida em que os pais e/ou responsáveis precisam apoiar e estimular seus filhos para o engajamento nas atividades escolares, que são mediadas, acompanhadas e avaliadas pelos professores conforme seu plano de ensino. Dentre as expectativas em relação ao papel dos familiares/responsáveis estão as ações de acompanhamento. Portanto, é essencial que as famílias busquem manter contato com a escola, com os professores de seus filhos. Além disso, é imprescindível que auxiliem os estudantes na organização de uma rotina de estudos e os incentivem, dialoguem sobre a relevância da escola e do conhecimento escolar(...).”

Rede estadual da região Sul

do escolar é um ponto delicado, especialmente para os adolescentes mais vulneráveis, que podem sofrer diversas pressões para trabalhar a fim de ajudar no orçamento doméstico. Casos desse tipo devem ser relatados à gestão escolar para que as alternativas possíveis sejam discutidas junto às famílias.

- Reportar às unidades de ensino sobre a viabilidade dos exercícios propostos e a efetividade das plataformas utilizadas para que sejam realizadas as melhorias e adequações necessárias.
- É muito importante também que comuniquem a escola sobre trocas de telefone e endereço. Ter o cadastro dos alunos atualizado é fundamental, não apenas em situações excepcionais, como neste momento de pandemia, mas também para informes rotineiros.

PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES AOS PAIS FORNECIDAS PELAS REDES DE ENSINO ANALISADAS:

- Ajudar as crianças e adolescentes na organização de sua rotina de estudos e incentivá-los a realizar as atividades propostas, ainda que não possam acompanhar de perto esses momentos.
- Preparar os estudantes para o retorno às aulas presenciais, esclarecendo sobre os cuidados essenciais com sua saúde e higiene.
- Reforçar a importância de que os estudantes retornem à escola para a conclusão do ano letivo, tão logo seja viável, sem colocar em risco a saúde e segurança de todos. O aban-

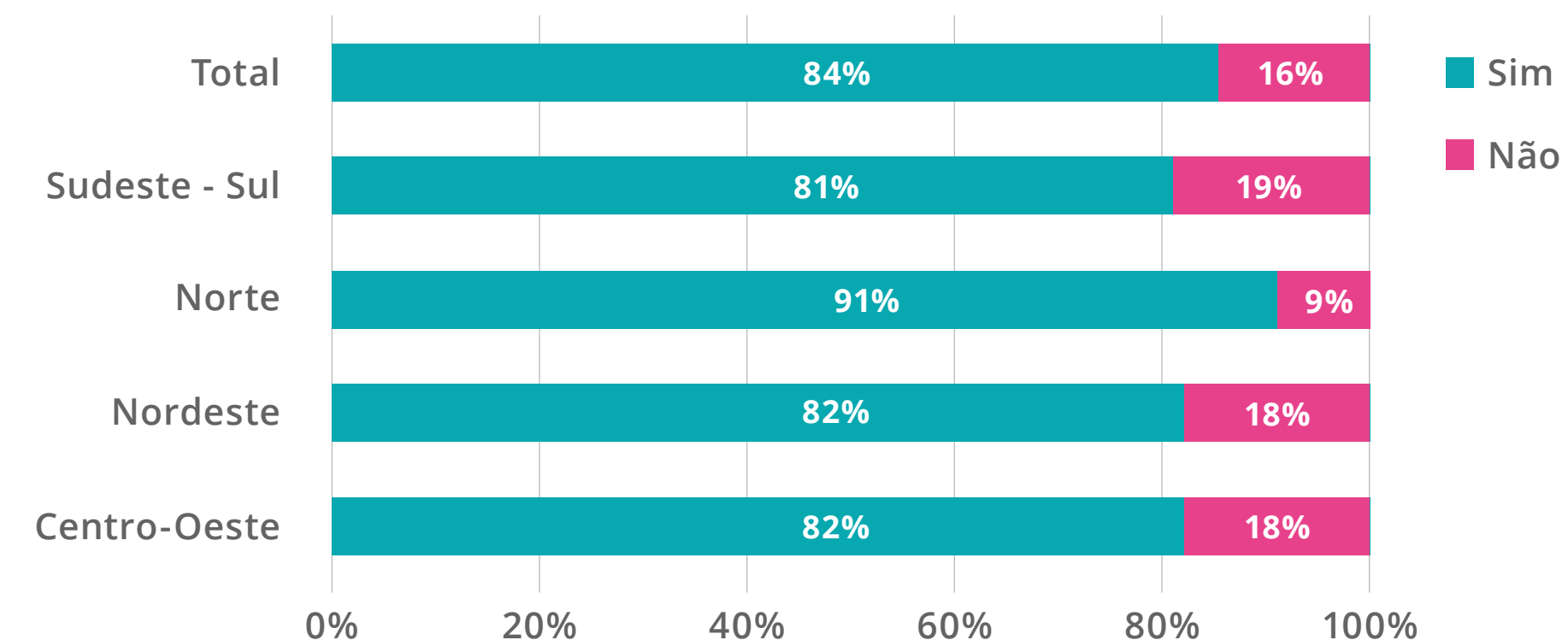


4. PLANEJAMENTO PARA A VOLTA ÀS AULAS

No total, 84% das redes municipais declararam que estão se preparando para a volta às aulas, o que significa que 16% delas ainda não estão planejando como se dará esse retorno. Dentre as redes estaduais, duas também responderam não haver organização nesse sentido. A falta de definição em relação ao retorno às aulas presenciais no País gera inseguranças e incertezas, mas algo já é sabido: todas as redes de ensino enfrentarão desafios grandiosos no retorno e a construção das melhores soluções passa, necessariamente, pelo envolvimento de todos os atores escolares.

Algumas redes de ensino alegam que estão esperando orientações dos órgãos pertinentes e dos Conselhos de Educação para começarem a se planejar; já outras, que estão conversando com os pais dos estudantes, professores e diretores para estabelecer as melhores estratégias. Percebe-se, naquelas que estão mais avançadas nesse processo, uma organização em três frentes principais: 1. Ações para o acolhimento dos corpos discente e docente e demais funcionários da escola; 2. Avaliações diagnósticas para identificar os diferentes níveis de aprendizagem dos estudantes e as principais lacunas de conhecimento e, a partir disso, estabelecer intervenções; 3. Repensar todas as medidas de higiene adotadas nas unidades de ensino, visando a mitigar os riscos de contágio pelo novo coronavírus.

GRÁFICO 9 . RESPOSTAS DAS REDES MUNICIPAIS À QUESTÃO:
“A rede está se preparando para a volta às aulas?”



Base total de respondentes: 232 redes municipais, sendo Centro-Oeste:34, Nordeste: 88, Norte: 67, Sudeste-Sul: 43

Entre as redes estaduais, 15 disseram que estão se preparando para a volta às aulas, enquanto duas, não.

Respostas de algumas redes de ensino sobre o **planejamento para a volta às aulas:**

“Estamos elaborando um plano de ação para nortear as ações que irão orientar as estratégias de acolhimento aos alunos, professores e profissionais envolvidos. Importante também destacar todos os cuidados no sentido de prevenção no que se refere à transmissão do Covid-19 no meio escolar.”

Rede municipal da região Norte



“Primeiro, fizemos uma formação inicial com os profissionais da limpeza, técnica de nutrição escolar (merendeiras) e técnicos de desenvolvimento infantil (trabalham diretamente com crianças da primeira infância). Estamos nos reunindo com os diretores para informar quais EPIs serão adquiridos, como utilizá-los e informar a nota técnica da saúde sobre os itens indispensáveis para retorno das atividades.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

“Preparando compra de máscaras, dispenser, álcool em gel 70%, reajuste do calendário letivo e convênio com a Google for Education para apoio aos estudantes no controle e reforço da aprendizagem.”

Rede municipal da região Sudeste

“Planejando a reestruturação do currículo priorizando as principais habilidades para cada série/ano e a reorganização do calendário escolar.”

Rede municipal da região Nordeste

“Elaborando o Plano Estratégico de Contingenciamento e Reposição das aulas. Buscando meios para aquisição de materiais de higiene e assepsia dos espaços das unidades escolares da rede para receber os alunos, os educadores e a comunidade escolar, de acordo com as medidas de segurança estabelecidas pelas organizações nacionais e internacionais de saúde. Palestra on-line de orientações à comunidade escolar como um todo.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

“Cuidados sanitários, reavaliação de enturmação, aquisição de EPI's, aquisição de equipamentos de limpeza pesada, inserção de conteúdos novos em disciplinas que tratem da conscientização de mudanças de hábitos saudáveis.”

Rede municipal da região Norte

“Realizando reuniões administrativas e pedagógicas on-line para decidir o que será feito. Dentre as ações, a rede prevê, além de aulas voltadas às orientações sobre a pandemia, implantação de lavatórios de mãos na entrada da escola, distribuição de máscaras, marcação de distanciamento social, medição de temperatura, etc. No entanto, acredita-se que não estaremos totalmente preparados para a pós quarentena, ainda haverá muitas ações que serão realizadas no imediato tempo de retorno.”

Rede municipal da região Norte

“A rede tem mantido contato com a Undime, de forma a ficar atenta às diretrizes propostas em relação à revisão curricular, por exemplo, e pretende elaborar estratégias de acordo com essas diretrizes, além de ter sido mencionada a possibilidade de adoção de tempo integral.”

Tribunal de Contas sobre rede municipal da região Centro-Oeste

PRÁTICAS IDENTIFICADAS NAS REDES DE ENSINO:

- Mesmo neste cenário de incertezas em relação à data de retorno e como essa volta se dará, se com turmas reduzidas, dias alternados de aulas etc., há redes que estão se antecipando aos desafios que devem encontrar e trabalhando com diversos cenários. Muitas estão em processo de aquisição ou já adquiriram produtos de limpeza e proteção individual para alunos e funcionários, estão realizando treinamento com as equipes sobre as atitudes recomendadas para mitigar o risco de contágio e preparando planos estratégicos para diagnóstico da aprendizagem dos estudantes, combate às defasagens e cumprimento das 800 horas de trabalho escolar efetivo.



O CASO DA REDE ESTADUAL DE SERGIPE E DA REDE MUNICIPAL DE MACEIÓ (AL):

O período de volta às aulas exigirá mudanças e adaptações das mais diversas ordens: em relação ao conteúdo curricular previsto para o ano; à configuração das salas de aula para minimizar os riscos de contágio; à higiene e limpeza da escola como um todo; entre várias outras. Há algumas redes de ensino, como as mencionadas a seguir, que estão adotando estratégias para o enfrentamento de múltiplos desafios concomitantemente.

“No que se referem às ações pedagógicas: acolhimento inicial do corpo docente, discente e demais profissionais da Educação; avaliação diagnóstica dos conhecimentos e habilidades/competências dos alunos; oferta de atividades de reforço aos alunos que não tiveram aproveitamento satisfatório das atividades não presenciais; oferta de estudos de intensificação da aprendizagem; medidas sanitárias a serem adotadas para evitar a contaminação e propagação da doença; busca ativa dos alunos que abandonaram o ano letivo; aproveitamento das horas de atividades não presenciais como horas letivas, se for o caso; replanejamento do calendário escolar.”

Rede estadual de Sergipe

“Estamos projetando várias possibilidades e ajustes quanto ao calendário letivo; contexto de localização das escolas; evolução do contágio do vírus no bairro onde a escola está localizada; como os estudantes chegam à escola; cultura e área de vulnerabilidade da escola; área das salas de aula e quantitativo de alunos; novos protocolos de distanciamento e sanitários; horários de entrada por turma; turno intermediário; recreio diferenciado; cancelamento de eventos coletivos e adiamento de atividades em grupo.”

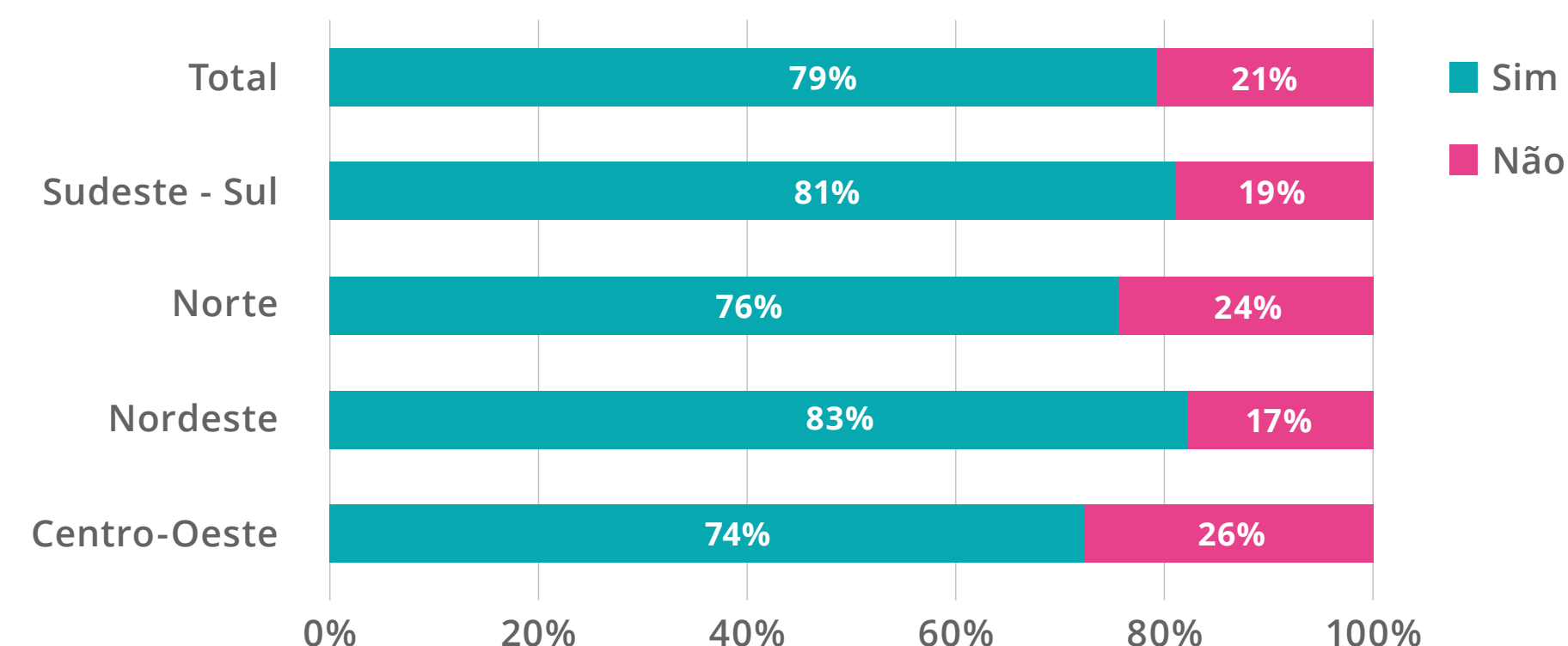
Rede municipal de Maceió (AL)

4.1. Estratégias para evitar o abandono e a evasão

Quase oito em cada dez redes de ensino afirmam que já estão se organizando para enfrentar o abandono e a evasão escolar, que devem ser questões de extrema importância na retomada do ano letivo. Manter o vínculo com os estudantes e suas famílias enquanto as aulas presenciais estão suspensas, mostrando que eles não foram esquecidos pela escola, que são importantes e que seu retorno é muito aguardado, é uma das formas de minimizar as chances de que desistam dos estudos.

GRÁFICO 10 . RESPOSTAS DAS REDES MUNICIPAIS À QUESTÃO:

“A rede possui alguma estratégia para evitar o abandono escolar na volta às aulas?”



Base total de respondentes: 232 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 34, Nordeste: 88, Norte: 67; Sudeste-Sul: 43

Todas as 17 redes estaduais pesquisadas declararam que possuem estratégias para evitar o abandono escolar.

Respostas de algumas redes de ensino sobre o **planejamento para evitar o abandono ou evasão de alunos:**

“A principal estratégia é a busca ativa. Outra importante atividade em implementação, em parceria com o UNICEF, é o Trajetórias do Sucesso Escolar, com organização curricular para o enfrentamento da distorção idade-série, que é uma das principais causas do abandono escolar.”

Rede estadual da região Norte

“Orientadores educacionais estão acompanhando a frequência dos alunos junto aos Gestores e tomando atitudes quando percebem ausência na plataforma ou infrequência ao buscar o material na unidade. Encaminhamento ao Conselho Tutelar (APOIA). Motivação através da equipe da inteligência emocional.”

Rede municipal da região Sul

“Campanha de mobilização de volta às aulas, busca ativa, acolhimento socioemocional do estudante e profissionais.”

Rede estadual da região Sudeste

“Contato por telefone ou no endereço domiciliar das famílias ou dos amigos do estudante e/ou dos vizinhos das famílias, e comunicação aos órgãos competentes após tentativas de contatos sem sucesso.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

“Foi elaborado um plano de ação pela orientação escolar, no qual professores informam quando o aluno não realizou as atividades, a orientação entra em contato on-line com os responsáveis informando das suas responsabilidades. Em caso de alunos que não têm acesso à internet, a escola informa a Secretaria de Educação

que a família não compareceu para retirar as atividades e a mesma procura a família para saber os motivos pelo qual o aluno não está realizando as atividades.”

Rede municipal da região Norte

PRÁTICAS IDENTIFICADAS NAS REDES DE ENSINO:

- Uma das práticas mais citadas pelas redes de ensino pesquisadas é a manutenção do vínculo do aluno com a escola durante o período de interrupção de aulas presenciais, tanto pela disponibilização de atividades como pelo contato frequente dos educadores para sanar dúvidas, motivá-los e oferecer apoio nas questões pertinentes. Uma estratégia relevante e citada com recorrência pelos Municípios é monitorar a realização dessas atividades pelos estudantes, sejam elas on-line ou impressas (neste caso, devolvendo-as na escola), buscando interferir de forma rápida quando não estiverem sendo executadas, compreendendo junto às famílias quais são as dificuldades enfrentadas nesse processo.
- Algumas redes enfatizam que irão reforçar a comunicação com as famílias, tão logo haja uma definição em relação à data de retorno, garantindo que todas tenham ciência da retomada. Para isso, preveem utilizar diversos meios: rádios e televisões locais, redes sociais, grupos no WhatsApp, e-mail e carros de som nos bairros do entorno da escola.
- Já no retorno, após o diagnóstico dos alunos faltantes, parte alega que intensificará a busca ativa desses estudantes, por meio de contato com as famílias e visitas domiciliares. As razões que podem levar o estudante a abandonar a escola são diversas, por isso, há a necessidade das redes de entender quais são os motivos por trás daquela desistência (doenças físicas ou mentais, como depressão; necessidade de trabalhar; gravidez na adolescência; entre tantas outras) e como é possível reverter essa decisão.



O CASO DA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA E DA REDE MUNICIPAL DE SALVADOR (BA):

A rede estadual de Santa Catarina cita a adoção de diversas estratégias para combater o abandono e a evasão, já a rede municipal de Salvador (BA) tem uma pessoa alocada em cada uma das escolas, desde antes da pandemia, olhando para esses aspectos e visando à adoção de medidas preventivas.

“A busca ativa de estudantes para manutenção do vínculo escolar, durante o regime especial de atividades escolares não presenciais, ocorre por meio de diferentes ações, tais como: contato direto com alunos maiores de 18 anos via telefone, WhatsApp, e-mail, recados por colegas de turma; contato com pais e/ou responsável por alunos menores de 18 anos via telefone, WhatsApp, e-mail e recados por vizinhos; articulação com a rede de proteção (serviço de assistência social e saúde) para identificar vulnerabilidades; comunicação ao Conselho Tutelar para comprometimento de pais e/ou responsáveis.”

Rede estadual de Santa Catarina

“Atualmente: contato dos gestores escolares com as famílias por meio de mensagens nas redes sociais, e-mail e telefone; e estabelecendo vínculo do estudante com a escola por meio das atividades pedagógicas distribuídas e disponibilizadas na plataforma digital; lives com professores da rede municipal e distribuição das cestas básicas. Após o retorno: as escolas da rede municipal contam com um estudante de pedagogia que atua como Agente da Educação, promovendo a articulação entre a escola, a família e a comunidade. A principal atribuição do Agente da Educação é combater o abandono e a evasão escolar, por meio de ações preventivas desenvolvidas na escola e de visitas à residência do estudante infrequente.”

Rede municipal de Salvador (BA)

4.2. Estratégias para combater a defasagem

Durante o período sem aulas presenciais, mesmo com a disponibilização de conteúdos pedagógicos de forma *on-line* e *off-line*, alguns estudantes podem ter estagnado na aprendizagem ou mesmo sofrido retrocessos. Já outros terem solidificado conteúdos e avançado na compreensão de novos temas. Por essa razão, o Conselho Nacional de Educação (CNE), em seu Parecer nº 05/2020, orienta as redes de ensino a realizarem avaliação diagnóstica no retorno:

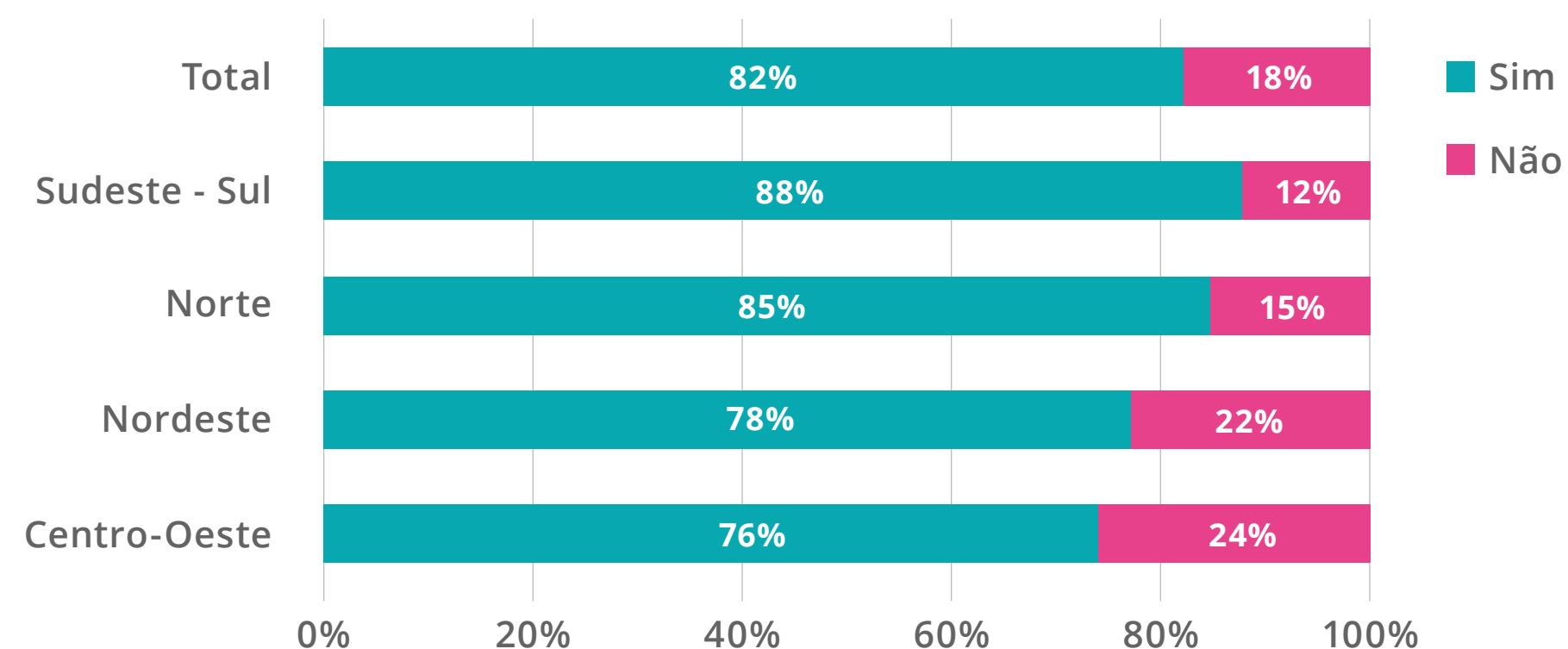
- b)** realizar uma avaliação diagnóstica de cada criança por meio da observação do desenvolvimento em relação aos objetivos de aprendizagem e habilidades que se procurou desenvolver com as atividades pedagógicas não presenciais e construir um programa de recuperação, caso seja necessário, para que todas as crianças possam desenvolver de forma plena o que é esperado de cada uma ao fim de seu respectivo ano letivo. Os critérios e mecanismos de avaliação diagnóstica deverão ser definidos pelos sistemas de ensino, redes de escolas públicas e particulares, considerando as especificidades do currículo proposto pelas respectivas redes ou escolas.
- c)** realizar programas de revisão de atividades realizadas antes do período de suspensão das aulas, bem como de eventuais atividades pedagógicas realizadas de forma não presencial.

Nesse sentido, a maioria das redes municipais analisadas nesta amostra (82%) está alinhada ao parecer do CNE e se organizando para a realização de avaliações diagnósticas, como indica o gráfico 10, subsequente.



GRÁFICO 11 . RESPOSTAS DAS REDES MUNICIPAIS À QUESTÃO:

“A rede está se planejando para realizar algum tipo de avaliação diagnóstica?”



Base total de respondentes: 232 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 34, Nordeste: 88, Norte: 67, Sudeste-Sul: 43

Todas as estaduais afirmaram que vão realizar avaliações diagnósticas.

Respostas de algumas redes de ensino sobre o **planejamento para correção das defasagens e promoção da aprendizagem** dos estudantes:

“Realizar diagnóstico com as crianças e adaptar o planejamento de atividades para suprir as defasagens.”

Rede municipal da região Norte

“Faremos uma avaliação externa envolvendo todos os estudantes do Ensino Fundamental no retorno das aulas para elaborar um diagnóstico e planejar as ações futuras.”

Rede municipal da região Nordeste

“Diversificação das metodologias e foco num conjunto básico de competências a ser trabalhado.”

Rede municipal da região Nordeste

“Avaliação diagnóstica para organização de turmas para reforço.”

Rede municipal da região Sudeste

“Criação de espaços multidisciplinares para nivelamento de conteúdos no contra turno.”

Rede municipal da região Norte

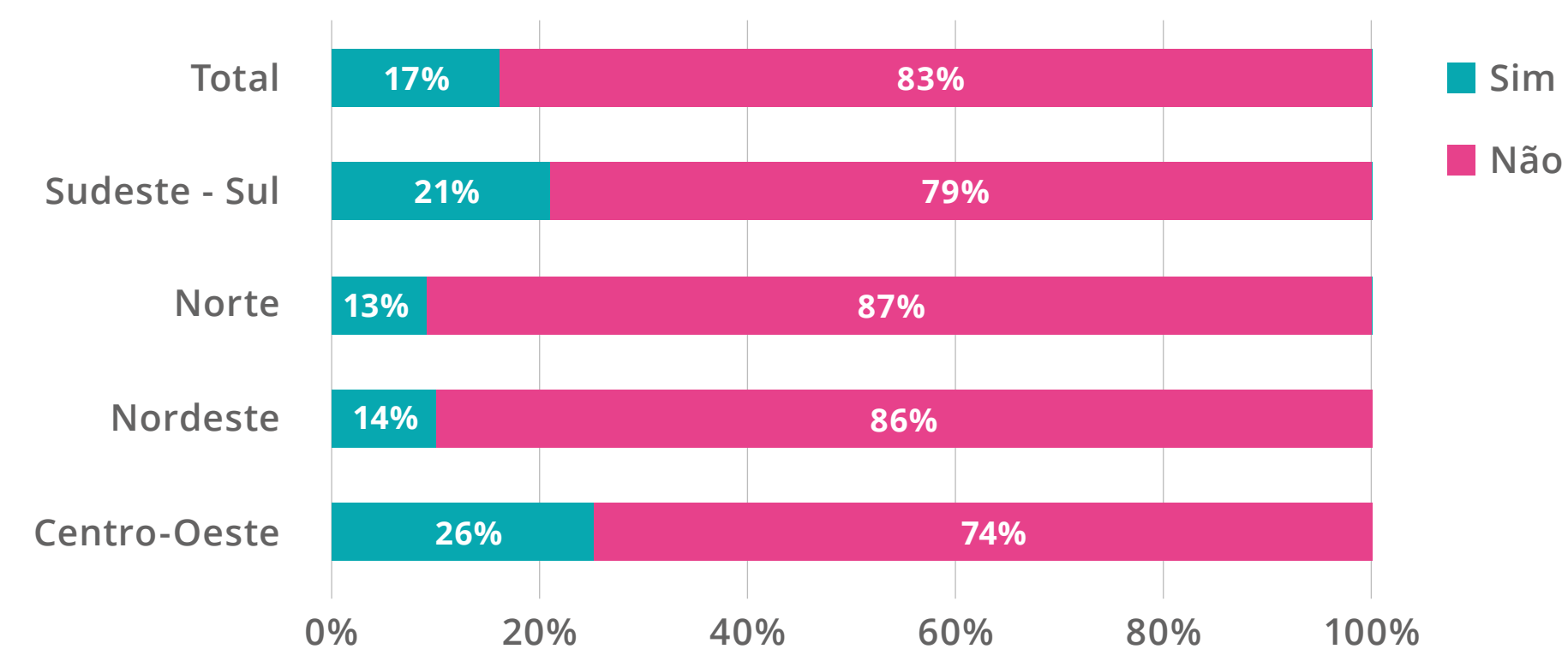
“Faremos uma avaliação diagnóstica com os estudantes para verificarmos em que nível de aprendizagem o aluno se encontra e procurar trabalhar com estratégias diferenciadas de trabalhos e atividades para diminuir essa discrepância na aprendizagem.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

Preparar os estudantes para as avaliações externas não é uma grande preocupação das redes municipais no momento: somente 20% disseram que há algum trabalho nesse sentido.

GRÁFICO 12 . RESPOSTAS DAS REDES MUNICIPAIS À QUESTÃO:

“No atual período está ocorrendo algum tipo de estratégia ou ação para preparar os estudantes para as avaliações externas?”



Base total de respondentes: 232 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 34, Nordeste: 88, Norte: 67; Sudeste-Sul: 43

No caso das redes estaduais, há uma divisão: enquanto 53% disseram que há algum tipo de estratégia ou ação para preparar os estudantes para as avaliações externas, 47% responderam que não.

PRÁTICAS IDENTIFICADAS NAS REDES DE ENSINO:

- Planejamento para a realização de avaliação diagnóstica no retorno. Algumas redes especificam que essa avaliação será realizada para cada série atendida e contemplando os diversos componentes curriculares. Algumas explicam que, a partir desse diagnóstico da real situação dos estudantes, irão planejar as próximas ações; outras já se organizam para realizar aulas de reforço no contraturno ou aos sábados.

O CASO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO (RJ) E DE BELÉM (PA) :

A rede municipal de Belém (PA) afirma que, a partir da avaliação diagnóstica, irá elaborar um Projeto Pedagógico de Apoio (PPA) com foco na equidade. São Gonçalo (RJ) é uma das redes que preveem reorganização de conteúdos no retorno.

“São projetadas avaliações diagnósticas e trabalhos de reorientação com possível reorganização de conteúdos, para garantia de igualdade de direitos e de acesso e alcance dos objetivos de aprendizagem.”

Rede municipal de São Gonçalo (RJ)

“Serão realizadas avaliações diagnósticas para que os professores dos diversos componentes curriculares, em parceria com os professores das salas ambientes (sala de leitura, sala de informática, biblioteca e Sala de recursos Multifuncionais), desenvolvam o Projeto Pedagógico de Apoio (PPA) em sala de aula.”

Rede municipal de Belém (PA)

4.3. Principais desafios para a retomada das aulas

A impossibilidade de uma definição, neste momento, em relação à data de reabertura das escolas, e as dúvidas e preocupações sobre como garantir o cumprimento das 800 horas previstas em Lei para o ano letivo, assegurando que todos os alunos aprendam os conteúdos de sua respectiva etapa de ensino e que ninguém seja deixado para trás, além de como possibilitar um retorno seguro a todos, evitando o contágio e a propagação de novos casos de coronavírus, perpassam todas as redes de ensino ouvidas no projeto “A Educação Não Pode Esperar”.

As incertezas são muitas, como expõe a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina:

“Os maiores desafios e preocupações para a retomada do ano letivo estão diretamente ligados às condições de saúde e de segurança ao estudante e profissionais da Educação em SC. As condições pedagógicas estão postas e preliminarmente previstas. Agora, resta organizar o ambiente escolar com total segurança e proteção à saúde do estudante e do profissional que retornará: como serão recebidos após o período do distanciamento social, que impacta em fatores psicológicos, sociais, econômicos e culturais? Como manter distâncias adequadas em ambientes frequentados por tantas pessoas diariamente? Como realizar efetivamente a higienização contínua de ambiente em que circula tanta gente? Como garantir o uso de máscara e álcool para todos? Como verificar a febre de tantas pessoas ao ingressar no ambiente? O que fazer com quem apresenta sintomas durante a aula presencial e com aqueles com quem teve contato? Há ainda outras indagações que transcendem ao processo pedagógico.”

Os principais desafios e preocupações relatados pelas redes de ensino podem ser divididos nos seguintes grupos:



a. Garantir a segurança dos estudantes, educadores e funcionários, evitando a propagação do vírus

Além de preservar a saúde dos estudantes, as redes de ensino relatam uma preocupação grande com os funcionários, principalmente, os que integram o grupo de risco da doença por terem idade avançada ou comorbidades. Em alguns casos, eles chegam a compor ¼ do quadro da escola. Garantir a segurança de todos e evitar o contágio no ambiente escolar é a fala mais recorrente.

“Números de casos infectados diante do retorno das atividades. Atendimento com segurança para não ocorrer disseminação do vírus.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

“O transporte escolar e o acolhimento em sala devido ao distanciamento, e os nossos funcionários do grupo de risco, que equivalem a 25% do meu quadro.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

“Segurança sanitária diante da circulação do vírus.”

Rede estadual da região Sudeste

“Não expor servidores e estudantes ao contágio. A saúde mental dos servidores e estudantes.”

Rede municipal da região Nordeste

“Não temos estrutura física e financeira para atender às necessidades da pandemia.”

Rede municipal da região Nordeste

b. Aumento do abandono e da evasão escolar

As possíveis causas que podem fazer com que o abandono escolar e a evasão aumentem no período do pós-pandemia são diversas, como já explicitadas neste documento, e incluem,

entre várias outras, o medo dos pais de os filhos frequentarem as escolas por receio de contaminação e a necessidade de jovens terem que interromper os estudos para auxiliar na subsistência doméstica, dado o aumento do desemprego e queda na renda das famílias.

“O que mais nos preocupa é a saúde mental dos alunos e professores. (...) Mesmo diante de todos os mecanismos usados, ainda vamos nos deparar com muita evasão e um grande distanciamento educacional.”

Rede municipal da região Sudeste

“Acreditamos que seja a resistência dos pais em mandarem seus filhos para o ambiente escolar, com medo da contaminação pelo Covid-19.”

Rede municipal da região Norte

“A perda de interesse e motivação pela aprendizagem formal.”

Rede municipal da região Norte

c. Cumprimento das 800 horas letivas, garantindo equidade na aprendizagem

A Medida Provisória nº 934, de 2020, dispensou, “em caráter excepcional, as escolas de Educação Básica da obrigatoriedade de observar o mínimo de 200 dias letivos de efetivo trabalho escolar”. Contudo, a MP determina que “a carga horária mínima de oitocentas horas deve ser cumprida, nos termos das normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino.” A execução da lei no que tange à carga horária é motivo de preocupação entre as redes, como indicam os relatos a seguir:

“Reorganização do calendário para o cumprimento das 800h; a rota dos transportes escolares, tendo em vista a ampliação em 30 minutos por turno; e os professores com 2 vínculos empregatícios, que trabalham em outros Municípios.”

Rede municipal da região Nordeste



“Conciliar o tempo perdido com o planejamento curricular para o encerramento do ano letivo, sabendo que o prejuízo na aprendizagem foi enorme e haverá alunos que precisariam ficar retidos na série atual e a base legal não oferece esse suporte. Por exemplo: alunos da alfabetização que não conseguirão se desenvolver diante da sua realidade atual. (...) Por mais que se diga que o primeiro e o segundo ano são um bloco da alfabetização, na realidade, isso não acontece e quando o aluno não consegue aprender a ler no primeiro ano de modo satisfatório terá inúmeras dificuldades, podendo ser prejudicados nas séries subsequentes, causando um déficit cumulativo de aprendizagem que o acompanhará por muitos anos.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

O Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio do Parecer nº 05/2020, descreve as possibilidades para o cumprimento da carga horária mínima estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

(...) a reposição da carga horária de forma presencial ao fim do período de emergência; a realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares, garantindo ainda os demais dias letivos mínimos anuais/semestrais previstos no decurso; e a ampliação da carga horária diária com a realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades.

No caso da reposição da carga horária de forma presencial ao fim do período de emergência, o CNE considera como possibilidades:

(...) utilização de períodos não previstos, como recesso escolar do meio do ano, sábados, reprogramação de períodos de férias e, eventualmente, avanço para o ano civil seguinte para a realização de atividades letivas como aulas, projetos, pesquisas, estudos orientados ou outra estratégia; e ampliação da jornada escolar diária por meio de acréscimo de horas em um turno ou utilização do contraturno para atividades escolares.

Todavia, o Conselho ressalta que as **redes que optarem pela reposição de aulas exclusivamente de forma presencial enfrentarão muitas dificuldades**, a saber:

(...) dificuldades operacionais para encontrar datas ou períodos disponíveis para reposição de aulas presenciais, podendo acarretar prejuízo também do calendário escolar de 2021; dificuldades das famílias para atendimento das novas condições de horários e logísticas; dificuldades de uso do espaço físico nas escolas que tenham um aproveitamento total de seus espaços nos diversos turnos; dificuldades administrativas dependendo do impacto financeiro dos custos decorrentes dos ajustes operacionais necessários; e dificuldades trabalhistas envolvendo contratos de professores, questões de férias, entre outros.

Por essas razões, o CNE ressalta a primordialidade de que sejam **“identificadas alternativas para reduzir a necessidade de reposição presencial de dias letivos a fim de viabilizar minimamente a execução do calendário escolar deste ano.”** No dia 1º de junho, o Ministério da Educação (MEC) homologou parcialmente o parecer do CNE, autorizando as atividades remotas a valerem como carga horária. Isso traz mais segurança às redes, mas o presente estudo mostra que as dúvidas em relação a como computar as horas de atividades não presenciais permanecem.



Apenas a título de exemplificação, **explica-se a seguir como a rede municipal de Paial (SC) tem contabilizado as horas de atividades não presenciais:**

“As atividades não presenciais são pensadas para serem realizadas em 2 horas diárias (o tempo que o aluno precisa se dedicar diariamente para realizar os estudos propostos), totalizando 10 horas semanais. Disso, eles computarão como horas letivas 10 horas semanais, a metade do que ocorreria caso as aulas fossem presenciais. As demais horas serão realizadas posteriormente, com reposição em sábados, feriados, estendendo a carga horária diária em 15 ou 30 minutos e levando o ano letivo até próximo ao Natal. Como o retorno está demorando mais do que o previsto, já estão pensando em continuar a enviar atividades extraclasse para continuar somando nas horas letivas, compondo um sistema híbrido, parte presencial, parte não presencial.”
- Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina sobre a rede municipal de Paial

d. Lidar com o impacto emocional da pandemia nos alunos e profissionais

As redes pesquisadas apontaram que estão preocupadas com o aspecto emocional da comunidade escolar durante o período da pandemia e no retorno às atividades presenciais.

Haverá a necessidade de apoio psicológico aos profissionais da rede para que estejam fortalecidos e sadios para esse retorno, sendo capazes de acolher adequadamente e apoiar os estudantes, que, assim como eles, passaram por situações severas de estresse e ansiedade. Diante disso, as redes pesquisadas apontaram ações e expectativas quanto à retomada das aulas:

“O acolhimento de forma adequada, uma vez que os alunos passaram por momentos de muita preocupação quanto à pandemia e perdas de pessoas de seu convívio.”

Rede municipal da região Norte

“Alunos desmotivados, com baixo nível de aprendizagem. Professores ainda atônitos por causa de casos de Covid-19 na família e sem condições psicológicas de desenvolver sua função”.

Rede municipal da região Norte

“Entendemos como maiores desafios: a recuperação da aprendizagem dos estudantes que não obtiveram sucesso no período de afastamento, seja pela falta de acesso às atividades ou pela dificuldades na aprendizagem; a saúde mental de nossos professores e estudantes e de que maneira poderemos minimizar os danos psicológicos deste período.”

Rede estadual da região Centro-Oeste

e. Aumento do número de estudantes oriundos da rede particular

Apenas uma das 249 redes pesquisadas, entre estaduais e municipais, trouxe a preocupação com o aumento do número de alunos em razão da vinda de egressos do sistema privado de ensino. Ainda que seja algo mencionado por apenas uma Secretaria de Educação, considera-se que este é um receio legítimo, que, a depender do número de estudantes, pode impactar significativamente vários Municípios e Estados. Por isso, faz-se necessário pensar em estratégias caso a rede necessite absorver novos estudantes.

“Nível dos alunos em termos de conteúdo, número de alunos egressos de redes particulares que não estavam previstos no orçamento anual, reorganização financeira.”

Rede municipal da região Sudeste

4.4 Sugestões gerais para o período de volta às aulas

***Buscar intersetorialidade entre órgãos e instituições.** A crise exige, inevitavelmente, que os órgãos públicos dialoguem mais. Na volta às aulas, serão necessárias ações arti-



culadas, especialmente com a área da saúde e com a assistência social. A primeira, principalmente, para ajudar na condução de questões mais complexas envolvendo a saúde mental dos estudantes e dos profissionais da Educação; já a segunda, para identificar e auxiliar as famílias mais vulneráveis.

***Buscar orientações com a Vigilância de Saúde do Município e/ou Estado** quanto aos procedimentos sanitários para evitar contaminação e ao modo de proceder ao detectar-se algum aluno ou profissional da escola com suspeita de contaminação.

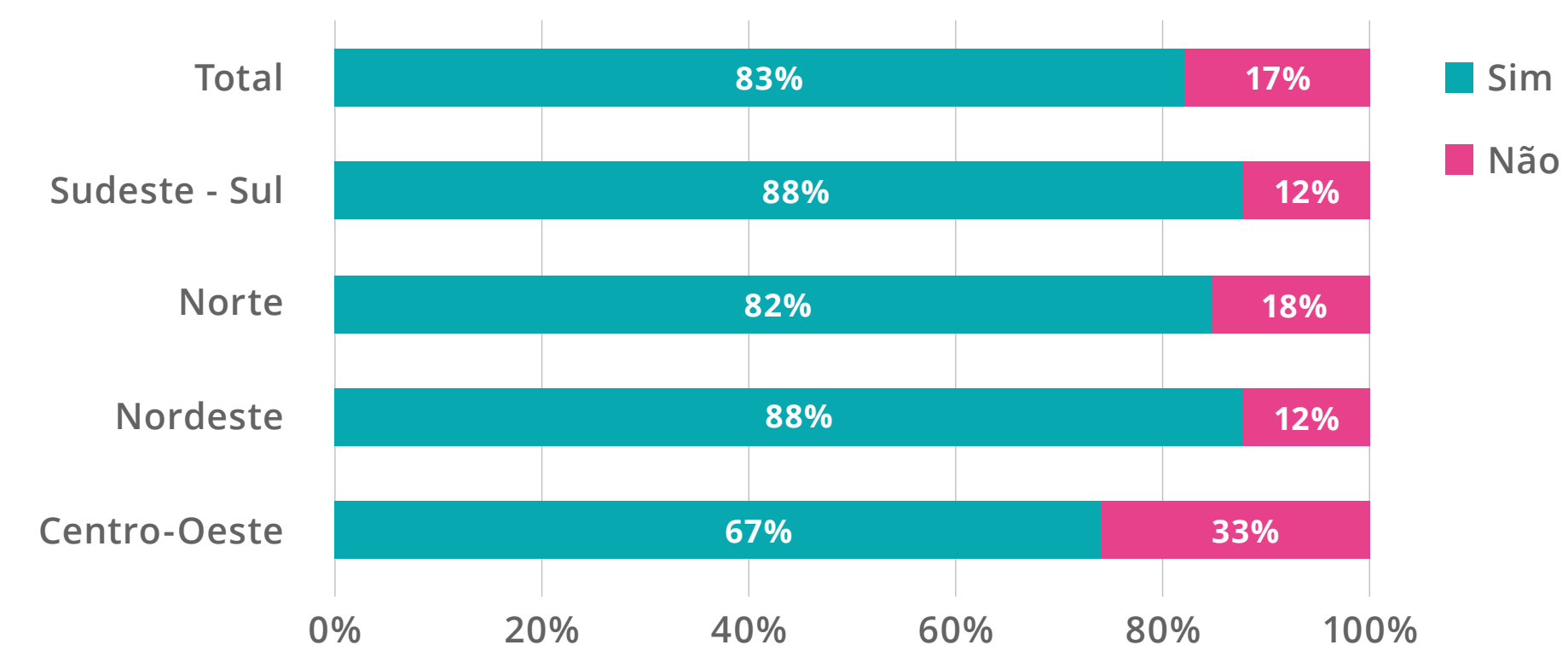
***Realizar levantamento de quantos educadores e funcionários compõem o grupo de risco para contágio pelo novo coronavírus.** O Censo Escolar 2019, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), indica que 61.688 professores da Educação Básica brasileira têm 60 anos ou mais. É muito importante que os gestores escolares e da Secretaria de Educação tenham conhecimento de como é composto o quadro de funcionários da rede para que, dessa forma, possam se organizar melhor para o retorno. No caso em que a escola optar por uma estratégia mista, com aulas presenciais e remotas (de reforço etc), os professores mais velhos ou com comorbidades podem, por exemplo, ser alocados para as atividades não presenciais. Tão importante quanto é conhecer bem como é formado o corpo discente. No caso da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente, podem ter estudantes classificados como do grupo de risco, que requerem políticas específicas para que não abandonem os estudos (terem aulas remotas pode ser uma possibilidade).

5. DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS OU VOUCHERS ÀS FAMÍLIAS DOS ESTUDANTES

A Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, autorizou, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de Educação Básica. Em todas as regiões do País, a maioria das redes disse que há políticas para o cumprimento da Lei. O pior índice é registrado na região Centro-Oeste, em que 67% das redes entrevistadas declararam ter adotado ações para viabilizar a distribuição de alimentos ou entrega de *vouchers* às famílias dos estudantes, como revela o gráfico 18, subsequente.

GRÁFICO 13 . RESPOSTAS DAS REDES MUNICIPAIS À QUESTÃO:

“Há políticas relacionadas à Lei Federal nº 13.979/2020?”



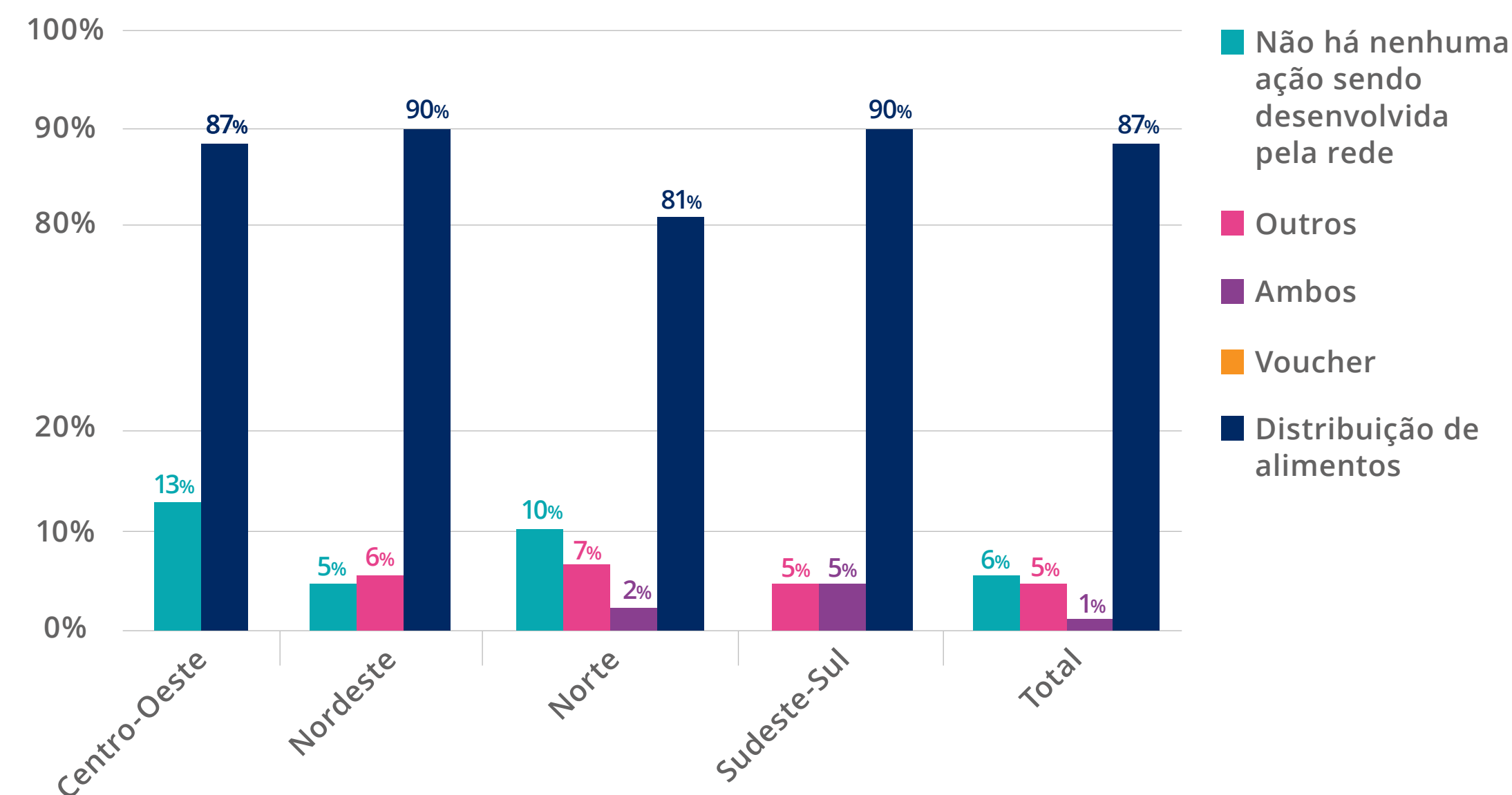
Base de respondentes: 217 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 30; Nordeste: 86; Norte: 60; Sudeste-Sul: 41.



Entre as redes estaduais, os percentuais são semelhantes: 82% disseram ter políticas relacionadas à Lei nº 13.987/2020, enquanto 18%, não.

GRÁFICO 14 . RESPOSTAS DAS REDES MUNICIPAIS AO ITEM:

“Tipo de política adotada para o cumprimento à Lei Federal nº 13.979/2020”



Base de respondentes: 217 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 30; Nordeste: 86; Norte: 60; Sudeste-Sul: 41.

No caso das estaduais, também predomina a distribuição de alimentos: 59% adotam essa política; 6% optaram por *voucher*; 12% por ambos; e 24% escolheram a opção outros. A rede municipal de São Paulo adotou ambas as práticas (distribuição de alimentos e de *vouchers*)⁵.

5. Reitera-se que a rede municipal de São Paulo não está contemplada nos gráficos que trazem as redes municipais porque a metodologia de pesquisa utilizada para esse município foi diferente dos demais.

Respostas de algumas redes de ensino sobre as ações adotadas para o cumprimento à Lei Federal nº 13.987/2020:

“Os alimentos foram organizados em forma de kits, cada um contendo 21 itens.”

Rede municipal da região Norte

“Distribuição de kits de alimentação para os estudantes da rede, na seguinte ordem: indígenas, cadastrados no Bolsa Família e demais estudantes.”

Rede estadual da região Sul

“Cestas básicas e produtos da agricultura familiar para alunos beneficiários do Programa Bolsa Família que estudam na rede municipal de ensino.”

Rede municipal da região Sul

“A doação dos itens/produtos alimentares será realizada preferencialmente aos estudantes que se encontram em estado de vulnerabilidade socioeconômica, beneficiário no programa Bolsa Família, mas não se limita apenas a eles, uma vez que a Alimentação Escolar é direito de todos os estudantes. (...) Foram atendidos no projeto Bem Viver, estrutura localizada próximo ao centro da cidade, em dia e horário pré-informados no momento da inscrição.”

Rede municipal da região Centro-Oeste

“O pouco que tinha no estoque será distribuído para os pais ou responsáveis dos estudantes de acordo com a realidade local.”

Rede municipal da região Norte

“Foi criado sistema de retirada de vouchers que dão direito ao recolhimento de cestas nos supermercados credenciados mais próximos às casas dos estudantes.”

Rede municipal da região Sudeste

“Através de Kits de Alimentação Escolar às famílias ou responsáveis dos alunos que moram em locais de extrema pobreza.”

Rede municipal da região Nordeste

“1. Distribuição dos Kit’s de alimentos: a Semec distribuiu 91.295 kits de alimentos às famílias com filhos matriculados nas unidades de Educação Infantil e ensino fundamental da rede municipal. A distribuição foi realizada nas escolas, sob a responsabilidade dos gestores. 2. Distribuição do estoque dos gêneros alimentícios nas escolas: a Secretaria autorizou a distribuição do estoque dos gêneros alimentícios, que estavam nas unidades de ensino para as famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, conforme orientação do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) e dos Conselhos Escolares de cada unidade de ensino.”

Rede municipal da região Nordeste

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério da Educação divulgaram uma cartilha com orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia. Na página 4, a **cartilha traz que “a universalidade do atendimento é uma das diretrizes do PNAE** e deve-se garantir, mesmo neste momento de suspensão de aulas, o direito à alimentação a todos os estudantes atendidos nas escolas públicas, para a correta execução do PNAE neste momento excepcional.”

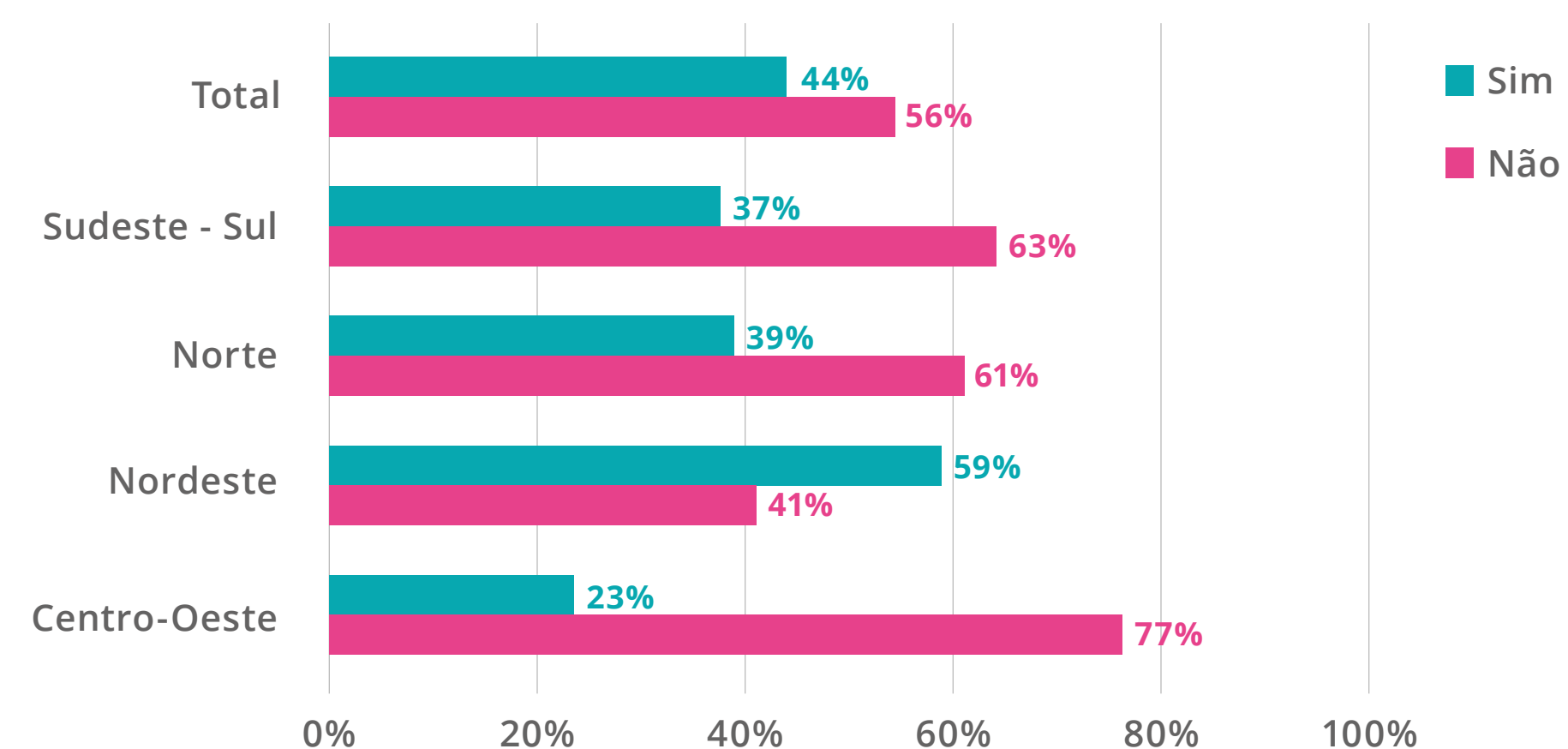
A maioria das redes pesquisadas não adotava, na ocasião das entrevistas, distribuição de alimentos de forma universal, como indica o gráfico 21. Em geral, nas respostas abertas, as redes justificam que, primeiro, são atendidos os estudantes beneficiados pelo Bolsa Família e outros programas sociais do governo e na sequência aqueles identificados pelos profissionais como em situação de maior vulnerabilidade social.

Reitera-se que, **como um dos princípios que regem o PNAE é a universalidade, não pode haver seleção ou priorização de estudantes a serem atendidos com esse re-**

curso federal. As Secretarias de Educação podem estabelecer critérios de atendimento tão somente para os recursos do respectivo Estado ou Município. É importante reforçar também que os recursos do PNAE devem ser utilizados apenas para a aquisição de gêneros alimentícios; não sendo permitida, por exemplo, a transferência de valor monetário às famílias dos estudantes. Além disso, as escolas que optarem por entregar os kits, devem contar com a ajuda de uma nutricionista para o planejamento e a definição dos gêneros alimentícios que forem compor a cesta.

GRÁFICO 15

Percentual de redes municipais que responderam que a distribuição de alimentos é uma política universal, ou seja, que atinge todos os estudantes sem nenhum critério.



Base de respondentes: Distribuição de Alimentos: 203 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 26, Nordeste: 82, Norte:54, Sudeste-Sul: 41.

Entre as redes estaduais, a maioria (59%) também não adota a distribuição de alimentos de forma universal.

Respostas de redes de ensino sobre os **critérios para distribuição dos alimentos e/ou vouchers**:

“Análise, pelas equipes diretivas, dos alunos que realizam a principal refeição na escola, por entendermos que estes são os de maior vulnerabilidade.”

Rede municipal da região Sudeste

“Os kits de alimentação escolar foram distribuídos primeiro aos estudantes cadastrados no Programa Bolsa Família, depois estendeu-se aos alunos em situação de vulnerabilidade social que não possuíam o cadastro.”

Rede municipal da região Sudeste

“Aos alunos da rede municipal, cujas famílias são cadastradas no CadÚnico.”

Rede municipal da região Sudeste

“A Secretaria contratou empresa que montará os kits de alimentos e fará a distribuição em 548 polos distribuídos pelo território do Estado, atendendo a toda a rede estadual de ensino.”

Tribunal de Contas sobre rede estadual da região Sul

“Inicialmente, foi realizada a distribuição dos alimentos em estoque, priorizando as famílias mais necessitadas. Após a edição da lei federal foi instituída uma comissão com representantes da Educação, assistência social, conselhos de Educação e infância, CAE (com nutricionista), que mapeou todas as famílias necessitadas, e, a partir do final de maio, todos os pais que foram retirar o material pedagógico também retiraram um kit lanche da semana para os filhos. O kit será entregue a cada 3 ou 4 semanas.”

Tribunal de Contas sobre rede municipal da região Sul

“A primeira remessa entregue em abril foi integralmente paga com recursos do PNAE, não houve entrega de cestas em maio. E já esta segunda, programada para junho, será com recursos do PNAE e recursos municipais (royalties ou FPM).”

Rede municipal da região Nordeste

O CASO DAS REDES MUNICIPAIS DE BARRA DO CORDA (MA) E JOÃO PESSOA E POMBAL, AMBAS DA PARAÍBA:

O estudo mostra que a maioria das redes não tem conseguido fornecer alimentos a todos os estudantes, contemplando somente os mais vulneráveis. Os exemplos a seguir são de redes que priorizaram a entrega aos estudantes que mais necessitavam, mas já se organizaram ou estão se estruturando para que a entrega dos kits seja feita de forma universal.

“Distribuição do kit emergencial para os alunos em duas etapas: primeiro foram considerados os alunos de baixa renda cadastrados nos programas do governo federal (CADÚnico) e, na segunda etapa, os demais alunos matriculados na rede municipal de ensino.”

Rede municipal de Barra do Corda (MA)

“A princípio, houve o fornecimento de refeições nas escolas em tempo integral e CREI's, por serem as unidades educacionais com o fornecimento regular das referidas refeições. Em seguida, o modelo vem sendo gradativamente ampliado para outras unidades, de acordo com o critério da maior vulnerabilidade das escolas, com o objetivo final de se chegar ao atendimento universal de todas as unidades. Atualmente, são atendidas 156 unidades escolares, o que equivale a aproximadamente 85% do total. Em relação a cada unidade escolar onde ocorre o fornecimento, a política de alimentação é universal, no sentido de que todos os alunos matriculados na respectiva unidade têm assegurado o acesso à alimentação.”

Rede municipal de João Pessoa (PB)



“Foi feita uma distribuição de 169 cestas básicas para os alunos de creche de tempo integral mais carentes, com os alimentos da merenda já adquiridos. Nesta distribuição, a proporção de recursos do PNAE foi de 78%. O Município está providenciando uma nova compra para fazer a distribuição para todos os alunos da rede municipal. Nessa próxima distribuição, os recursos próprios participarão com mais de 30%, no mínimo.”

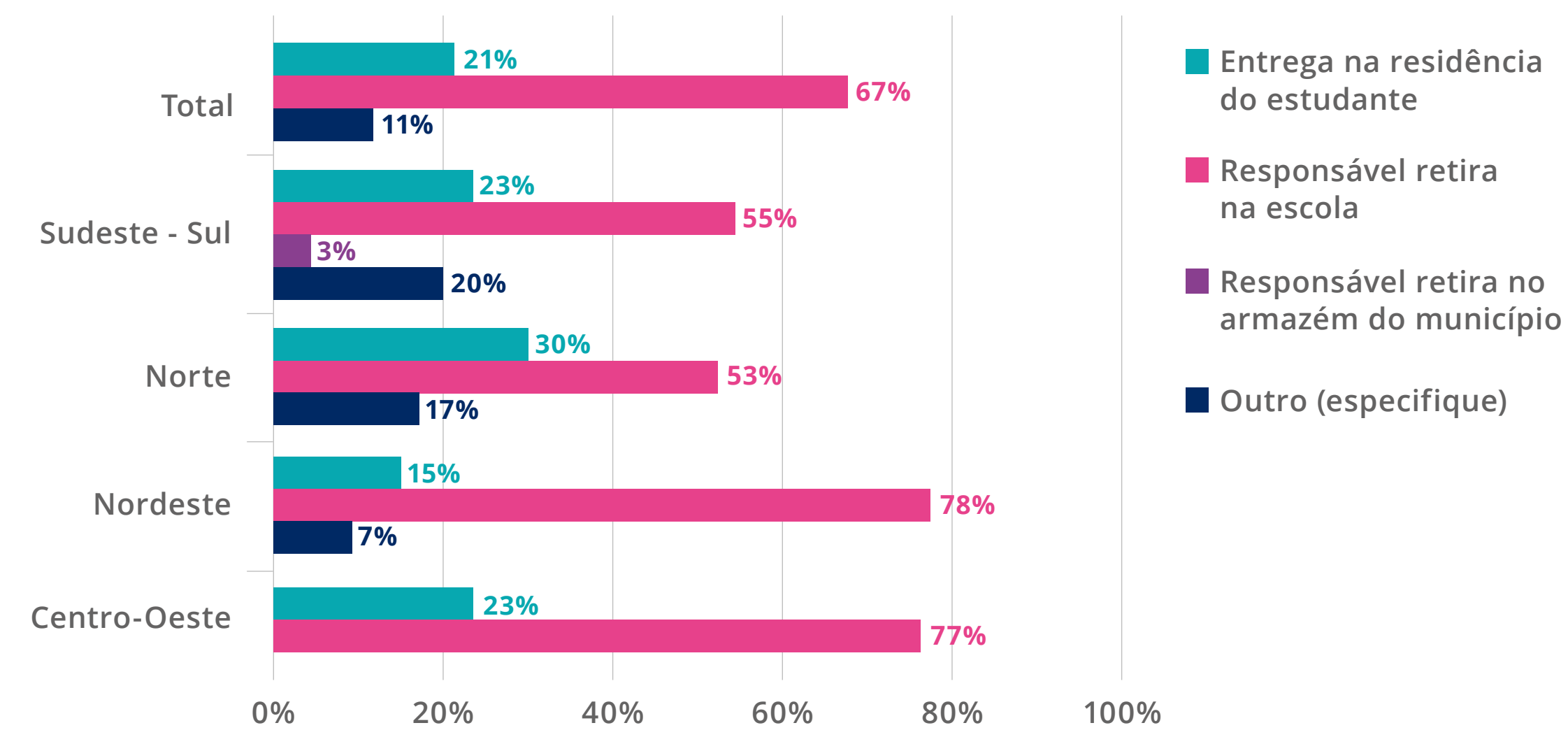
Tribunal de Contas sobre a rede municipal de Pombal (PB)

5.1. Logística de distribuição

A forma mais comum de distribuição dos alimentos nas redes municipais é pela retirada na escola (66%), seguida por entrega na residência do estudante (21%).

GRÁFICO 16 . RESPOSTAS DAS REDES MUNICIPAIS À QUESTÃO:

“Qual logística está sendo utilizada para a distribuição destes alimentos?”



Base de respondentes: 201 redes, sendo Centro-Oeste: 26, Nordeste: 82, Norte:54, Sudeste-Sul: 41

Nas redes estaduais, “retirada na escola pelo responsável” também é a forma predominante de entrega: 59% assinalaram essa opção.

Respostas de redes de ensino sobre a logística de distribuição dos alimentos:

“Utilizando veículo da administração municipal.”

Rede municipal da região Sul

“A equipe gestora realizou a entrega das cestas de alimentos nas casas dos alunos.”

Rede municipal da região Norte

“Na própria escola. Em casos específicos em que a família não pode ir buscar, a Secretaria da Educação entrega em domicílio.”

Rede municipal da região Nordeste

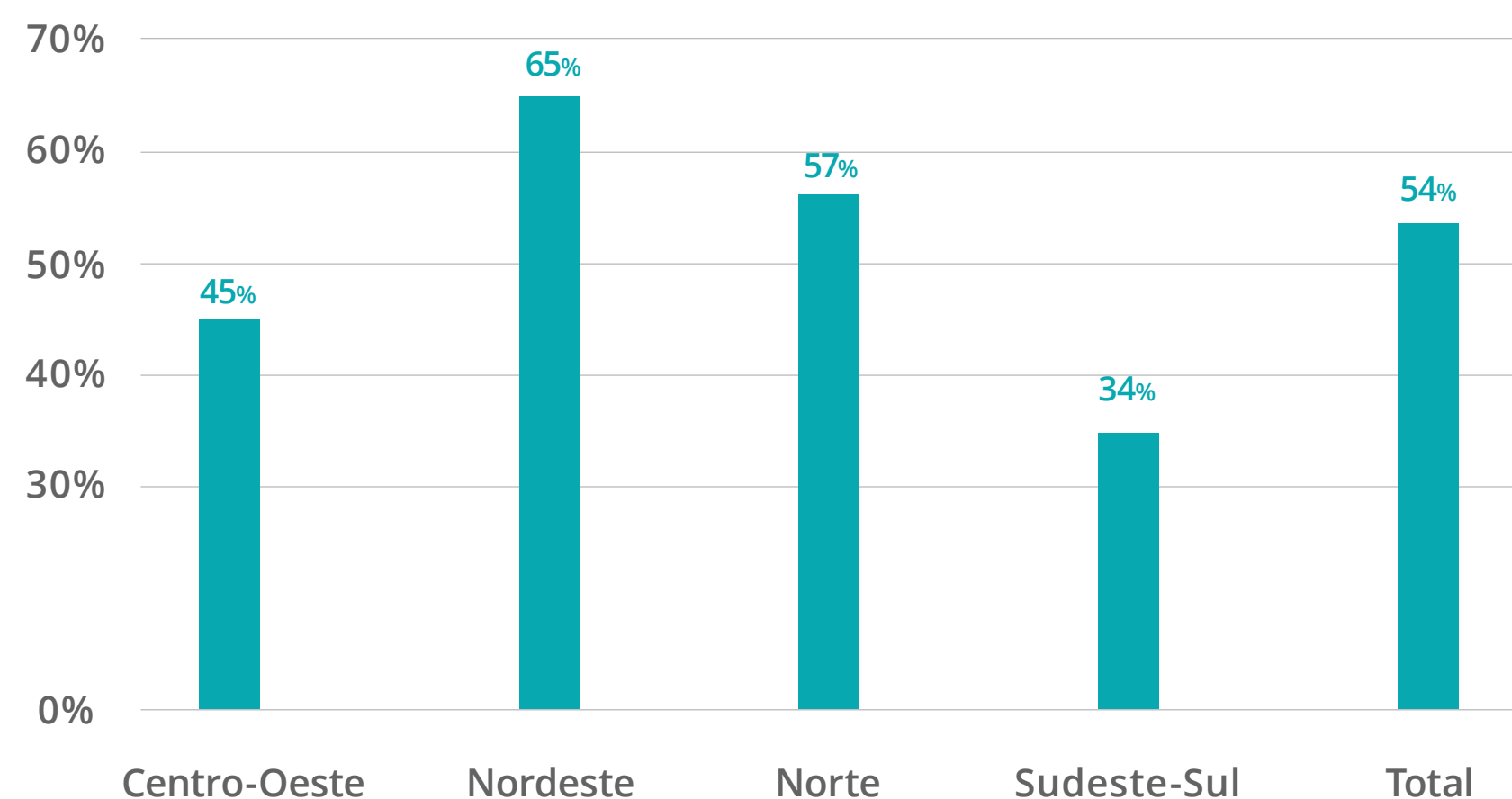
5.2. Valor gasto com a política adotada para cumprimento da Lei

Há uma variação bastante significativa pelo País em relação a quanto o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) responde dos gastos do Município com alimentação escolar: entre a amostra de redes do Nordeste, a média é de 65%, enquanto no Sul-Sudeste, de 34%. A maioria das redes (64%) informou que o gasto com alimentação manteve-se no mesmo patamar de antes da pandemia e não foi alterado em decorrência da Lei nº 13.987/2020.



GRÁFICO 17 . RESPOSTAS DAS REDES MUNICIPAIS À QUESTÃO:

“O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) responde por quantos por cento dos gastos do Município com a alimentação escolar?”

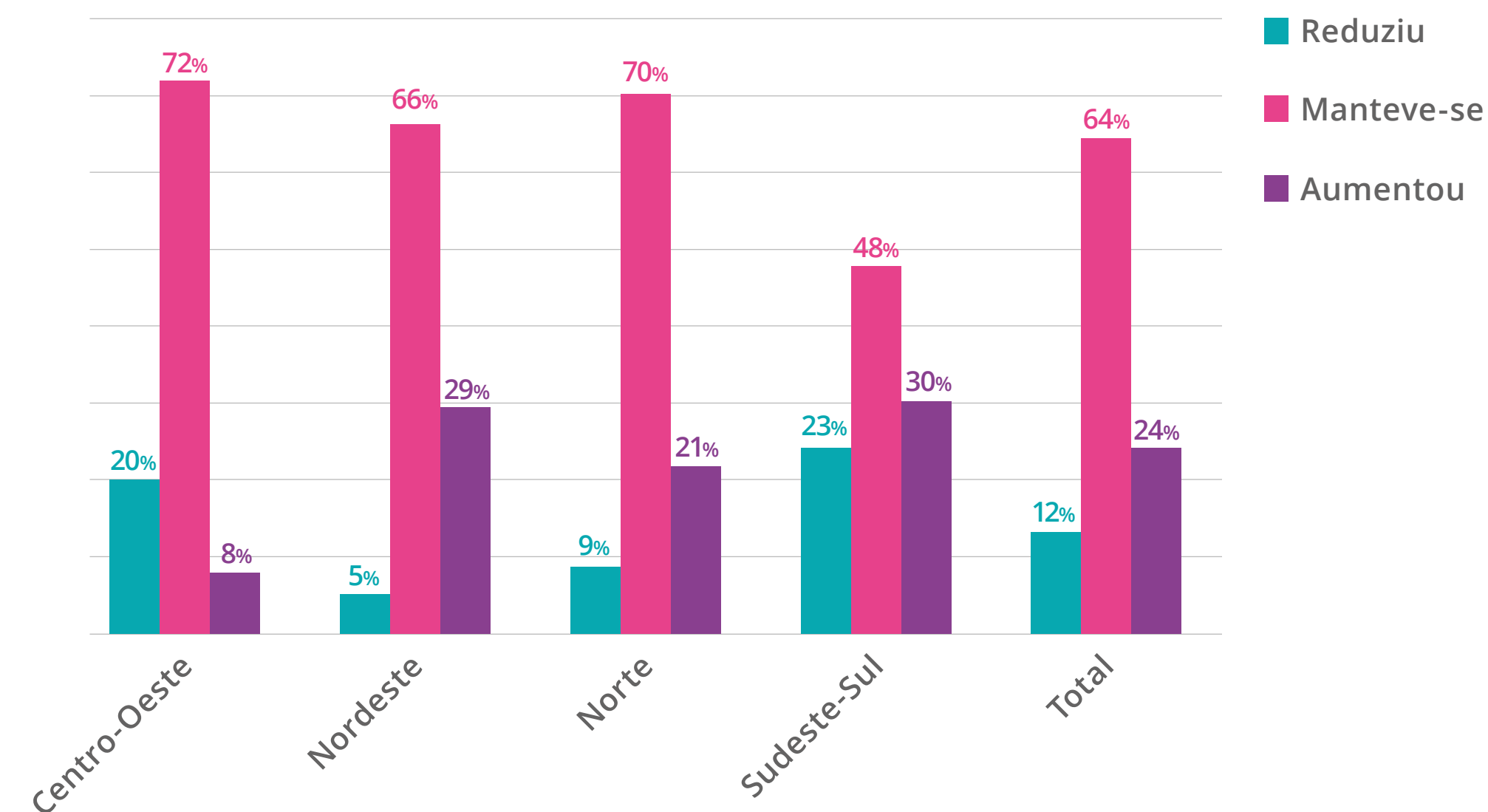


Base de respondentes: 217 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 26, Nordeste: 82, Norte:54, Sudeste-Sul: 41

Nas redes estaduais também é observada uma grande variação em relação à participação do PNAE nos gastos com alimentação escolar: Centro-Oeste (47%), Nordeste (60%), Norte (20,4%) e Sudeste-Sul (33,3%).

GRÁFICO 18 . RESPOSTAS DAS REDES MUNICIPAIS À QUESTÃO:

“Dada a Lei Federal nº 13.987/2020, sobre distribuição dos alimentos, houve aumento no valor gasto com a distribuição dos alimentos?”



Base de respondentes: 197 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 25, Nordeste: 80, Norte: 53, Sudeste-Sul: 40

Nas redes estaduais, a situação é um pouco diferente: a maioria (56%) disse que houve aumento nos gastos com a distribuição de alimentos; 31%, que eles se mantiveram no mesmo patamar; e apenas 13% alegaram que houve redução.

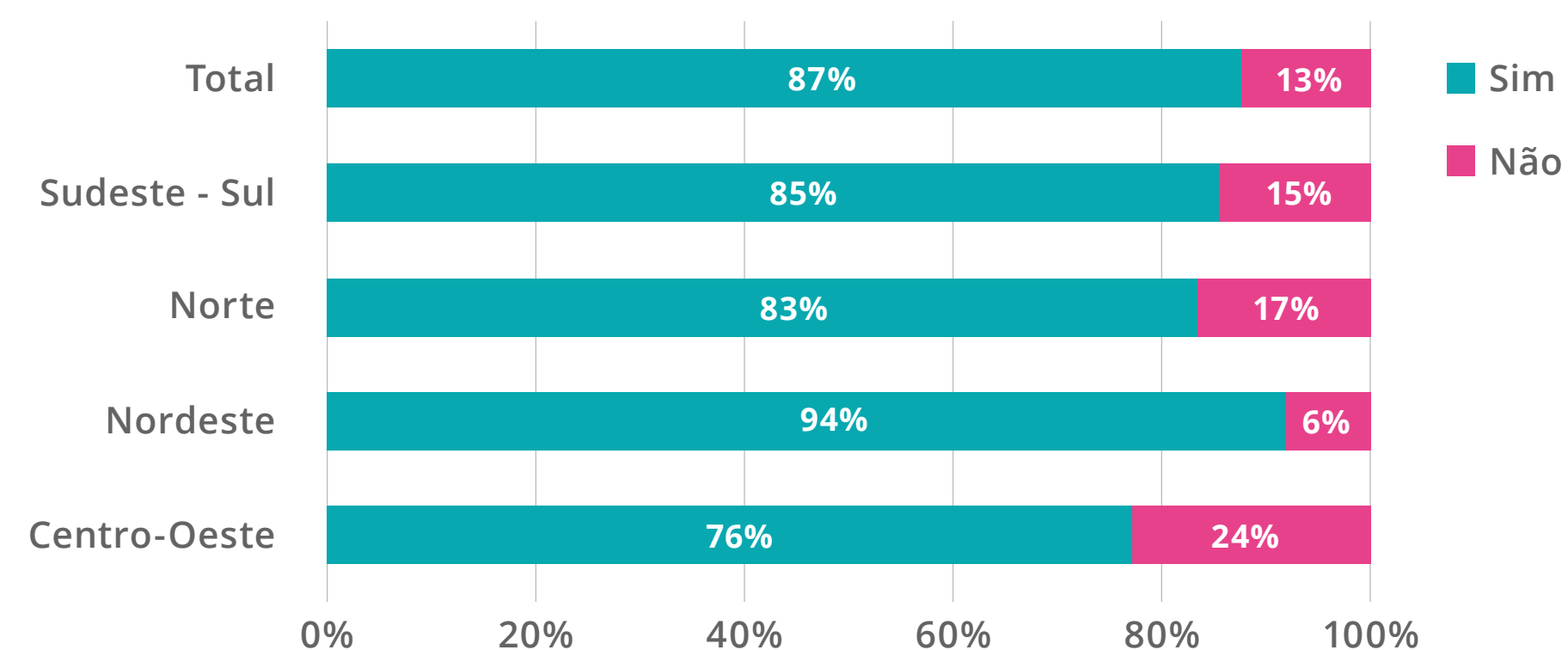


5.3. Segurança jurídica

Oitenta e sete por cento das redes municipais estudadas neste projeto afirmaram que se sentem seguras juridicamente nas ações que estão adotando para garantir a distribuição de alimentos aos estudantes. Apesar desse percentual ser muito relevante, há que se considerar que, em algumas regiões, pelo menos ¼ das Secretarias que participaram deste estudo declara que tem dúvidas.

GRÁFICO 19 . RESPOSTAS DAS REDES MUNICIPAIS À QUESTÃO:

“Você se sente seguro juridicamente nas ações que estão sendo realizadas em relação à alimentação escolar?”



Base de respondentes: 197 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 25, Nordeste: 80, Norte: 53, Sudeste-Sul: 40

Das 16 redes estaduais que responderam a essa questão, apenas uma declarou que não se sente segura juridicamente.

ALGUMAS JUSTIFICATIVAS DAS REDES QUE SE SENTEM SEGURAS

“Porque o Município organizou um comitê intersetorial, para todas as deliberações sobre este processo de distribuição de alimentos e tem buscado parecer jurídico para todas as ações.”

Rede municipal da região Sul

“Estamos trabalhando conforme orientações do órgão federal FNDE/PNAE e também há o acompanhamento do Conselho de Alimentação em todo o processo.”

Rede municipal da região Sudeste

“Estamos tomando todas as medidas necessárias, com registros e documentos de todas as ações, pautando-nos nas legislações vigentes.”

Rede municipal da região Norte

“Porque estamos sendo acompanhados pela assessoria jurídica da Secretaria, pela procuradoria do Município e estamos adquirindo os gêneros pela licitação vigente.”

Rede municipal da região Nordeste

“Estamos seguindo às determinações da Resolução nº 2/2020 do FNDE, com base na Lei nº 13.987/2020, que autoriza a distribuição dos Gêneros Alimentícios existentes em estoque nas escolas, como também os que serão adquiridos com recursos do PNAE, enquanto durar o período de suspensão das aulas, mediante à pandemia do novo coronavírus.”

Rede municipal da região Nordeste

ALGUMAS DÚVIDAS DAS REDES QUE SE SENTEM INSEGURAS

“As normas não estão bem claras principalmente quanto à prestação de contas e critérios de distribuição.”

Rede municipal da região Nordeste

“Se estas ações de distribuição dos kits escolares estão assegurados somente pela Legislação Federal nº 13987/2020 e a Resolução do FNDE nº 02. Infelizmente, os recursos do PNAE são insuficientes para atender a todos os alunos.”

Rede municipal da região Sudeste

“A forma de distribuição; estoque reduzido para atender à demanda; prestação de contas desses itens; contratação de nutricionista; situações atípicas ao ano letivo.”

Rede municipal da região Norte

“Em razão da distribuição ser por família não por aluno, os alunos podem não ter alimentação todos os dias como na escola etc.”

Rede municipal da região Norte

“O recurso repassado pelo PNAE é muito baixo e inviabiliza a distribuição universal.”

Rede municipal da região Sudeste

ORIENTAÇÕES

A orientação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)⁶, vinculado ao Ministério da Educação, é de que os contratos firmados sejam mantidos, respeitando, sempre que possível, o calendário de entrega, principalmente quanto aos agricultores

6. Orientações do FNDE feitas por meio de normativos e webinários e apresentadas de forma consolidada neste documento.

familiares. É possível realizar ajustes ou mesmo suspender contratos vigentes para viabilizar a logística de distribuição de kits de gêneros alimentícios, sempre considerando o parecer da consultoria jurídica da Entidade Executora. Os ajustes podem considerar: a remessa direta para as casas dos estudantes; a determinação do local e do calendário de oferta dos produtos; a negociação com os fornecedores a respeito do adiamento da entrega dos gêneros alimentícios perecíveis para o reinício das aulas.

É possível a dispensa de licitação para a aquisição dos gêneros alimentícios ou a realização de licitação emergencial, conforme os incisos I a XXIV do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993. Ainda assim, sugere-se o aval da consultoria jurídica da Entidade Executora.

Para as aquisições realizadas por meio de dispensa de licitação, não realizando a chamada pública, é necessário que os preços praticados pelos fornecedores sejam compatíveis com o de mercado, e que seja devidamente justificado e comprovado, bem como a justificativa formal da escolha do fornecedor. Nesse sentido, o processo de contratação deverá ter os documentos necessários contendo, sobretudo, a descrição do objeto e a motivação expressa que levou à contratação emergencial; justificativa de preços com a apresentação de 3 propostas válidas; termo de referência ou projeto básico, parecer da comissão de licitação; minuta de contrato e parecer jurídico.

Em virtude da recomendação de distanciamento social, está permitido às Entidades Executoras realizarem, por meio eletrônico, as chamadas públicas para aquisição de alimentos da agricultura familiar, abrangendo todas as etapas referentes ao processo de aquisição e finalizando com o contrato de compra e venda.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Na medida do possível e com os meios disponíveis em cada realidade, é importante que o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) continue acompanhando, mesmo que a



distância, o processo de execução do PNAE; desde a preparação dos kits até a entrega dos alimentos aos estudantes.

Sempre que possível, deve-se documentar por fotos e registros escritos, e compartilhar com os conselheiros as medidas tomadas e os relatórios produzidos. Não há alteração na forma de prestação de contas referentes aos recursos repassados durante o período de pandemia: a prestação de contas será realizada no ano subsequente, junto à prestação de contas dos repasses regulares do exercício de 2020, via Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC).



6. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 15 maio. 2020.

BRASIL. Lei n.8.666. de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 21 maio. 2020.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 11 maio. 2020.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 24 maio. 2020.

BRASIL. Lei n. 13.987, de 7 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>> Acesso em: 13 maio. 2020

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério da Educação. Cartilha com orientações para a Execução do Pnae durante a situação de emergência decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19), 2020. Disponível em: <<https://www.fnpe.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/13454-orienta%C3%A7%C3%A3o-para-a-execu%C3%A7%C3%A3o-do-pnae-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-covid-19>> Acesso em: 18 maio. 2020

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acesso em: 12 maio. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: <<https://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>>. Acesso em: 20 maio. 2020

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>> Acesso em: 20 maio. 2020

BRISON, David W.; SMITH, Anthony H. The Effects of Ontario Teachers' Strikes on Students. Summary and Integration of Three Component Studies. 1978.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC.BR) Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação nos domicílios brasileiros – TIC Domicílios 2018. Disponível em: <<https://www.cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2018/>>. Acesso em: 15 maio. 2020

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category> Acesso em: 15 maio. 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 maio. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2019. Brasília: MEC, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Microdados do Sistema de Avaliação da Educação Básica 2017.

INSTITUTO PENÍNSULA. Relatório de pesquisa: Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do Coronavírus no Brasil – Estágio intermediário, 2020. Disponível em: <https://institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Covid19_InstitutoPeninsula_Fase2_at%C3%A991405.pdf> Acesso em: 21 maio. 2020

KAMAKURA, Wagner A; MAZZON, José Afonso. Estratificação socioeconômica e consumo no Brasil. [S.l.: s.n.], 2013

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. Revista de sociologia e política, v. 24, n. 58, p. 121-143, 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Manual de Orientação #Menos Telas #Mais Saúde. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-_MenosTelas_MaisSaude.pdf> Acesso em: 14 maio. 2020.

WILLS, Gabrielle et al. The effects of teacher strike activity on student learning in South African primary schools. Economic Research Southern Africa Working paper, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. (2019). Guidelines on physical activity, sedentary behaviour and sleep for children under 5 years of age. World Health Organization. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/311664>> Acesso em: 15 maio. 2020.



Realização:



Apoio:

